

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 23 de Abril de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1273 • Director: José Casanova

Algumas revisões da matéria dada

No contexto da envolvente económica, social e política, nacional e internacional em que actuamos, ser comunista hoje é também manter uma elevada capacidade de indignação, uma permanente inquietação, uma acesa disponibilidade para agir.



■ Agostinho Lopes Pág. 18

As queixas do PS

A história e os documentos escritos aí estão a mostrar que o PCP sempre procurou, desde o 25 de Abril, que um entendimento de partidos, particularmente do PCP e do PS, fosse a base política para a formação de governos com um programa de esquerda.

■ João Amaral Pág. 19

O PCP e o Desporto do século XXI

A alternativa existe

■ Carlos Rabaçal Pág. 20

A luta é o caminho

Carlos Carvalhas em Coimbra, no Porto e em Faro

Págs. 7, 8 e 9

Milhares de agricultores em Lisboa contra esta reforma da PAC

VIEMOS PARA SER OUVIDOS!



Págs. 5 e 6

O fascismo existiu

Centrais

VIVA

Comemorações em todo o País

A LIBERDADE





A Organização Regional de Coimbra do PCP reuniu-se no sábado em Assembleia

RESUMO

15 Quarta-feira

O ex-inspector da Pide, Rosa Casaco, é libertado pela Justiça espanhola, depois de pagar uma caução ■ A Comissão de Utentes contra a Taxa de Activação e os Aumentos nos Telefones entrega no Parlamento uma petição assinada por mais de 110 mil pessoas contra a referida taxa ■ No decorrer da sua visita à Ucrânia, Jorge Sampaio desloca-se à central nuclear de Chernobyl ■ A Associação Europeia para o Estudo do Fígado reúne-se em Lisboa ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul revela que Nelson Mandela pediu ao presidente Suharto a rápida libertação de Xanana Gusmão ■ No Irão, o presidente da Câmara de Teerão é libertado, depois de ter estado preso 11 dias acusado de corrupção ■ Nove elementos da Cruz Vermelha são raptados na Somália.

16 Quinta-feira

O Tribunal Constitucional aprova a pergunta proposta para o referendo sobre a despenalização do aborto ■ O Ministério da Justiça torna público o anteprojecto da lei da liberdade religiosa ■ Em Lisboa, é inaugurada a estação de metro do Cais do Sodré ■ No Camboja, é anunciada a morte de Pol Pot, vítima de um ataque cardíaco ■ O presidente dos EUA inicia uma visita ao Chile ■ Em Hebron, confrontos entre estudantes palestinianos e soldados israelitas provocam três feridos ■ O Iraque pede à ONU o levantamento do embargo petrolífero.

17 Sexta-feira

A Assembleia da Organização Regional de Coimbra do PCP reúne-se, numa iniciativa que conta com a participação de Carlos Carvalhas ■ Milhares de agricultores manifestam-se em Lisboa contra a reforma da PAC, respondendo ao apelo da CNA ■ A ministra da Saúde confirma que haverá uma diminuição nas participações do Estado de alguns medicamentos ■ É apresentada a nova proposta de Lei das Finanças Locais à Associação Nacional de Municípios ■ O primeiro-ministro inicia uma visita a Macau ■ O Movimento dos Sem-Terra organiza acções no Brasil e em outros países para assinalar o segundo aniversário da morte de 19 camponeses no Pará ■ Pela segunda vez, Serguei Kirienko é rejeitado pelos deputados da Duma para preencher o cargo de primeiro-ministro da Rússia.

18 Sábado

Têm lugar os encontros distritais de Braga e de Santarém da JCP ■ No Congresso do PSD, que se realiza em Tavira, é aprovada a moção que prevê uma coligação com o PP ■ Inicia-se a Segunda Cimeira das Américas, no Chile ■ O UUP, o principal partido

protestante unionista da Irlanda do Norte, aprova em congresso o acordo de paz assinado na passada semana ■ Ocorre um incêndio num navio porta-contentores ao largo de Creta, na Grécia.

19 Domingo

Realiza-se a 4ª Assembleia da Organização da Cidade do Porto do PCP, com a participação de Carlos Carvalhas... ■ ... e a 6ª Assembleia da Organização Concelhia de Faro ■ Álvaro Cunhal intervém numa festa-comício do PCP, em Queijas, Oeiras ■ Virgínia Moura falece no Porto, com 83 anos ■ António Guterres inicia uma visita de quatro dias à China ■ É anunciado que a inflação e o desemprego aumentaram durante o mês de Março ■ Os 34 países participantes na Cimeira do Chile decidem criar a Área Livre de Comércio das Américas ■ O actual presidente austríaco, Thomas Klestil, é reeleito à primeira volta com 64 por cento da votação para o seu cargo.

20 Segunda-feira

António Mega Ferreira, administrador da Expo'98, mostra-se preocupado com os atrasos na construção dos pavilhões das delegações estrangeiras ■ Populares cortam o trânsito na Avenida Infante D. Henrique, em Lisboa, exigindo passagens aéreas para peões naquele acesso à Expo ■ O ministro da Agricultura anuncia que os subsídios relacionados com animais contaminados com brucelose vão ser revistos ■ Mais de 700 pessoas encontram-se retidas no aeroporto do Funchal à espera de transporte para Lisboa ■ A ministra do Ambiente anuncia um investimento de 7,5 milhões de contos para a região do Douro ■ O Tribunal Constitucional considera inconstitucional a norma que permite a existência de juízes com categorias diferentes e vencimentos iguais ■ A Autoridade Palestiniana e Israel aceitam a proposta do primeiro-ministro britânico de realizar uma cimeira sobre o processo de paz em Londres ■ Inicia-se, na Grã-Bretanha, uma conferência internacional sobre a ajuda humanitária ao Iraque ■ O escritor mexicano Octávio Paz morre, com 84 anos.

21 Terça-feira

Pela terceira vez desde o início do ano, entram em greve os trabalhadores da Carris ■ Acompanhada por milhares de pessoas, vai a enterrar Virgínia Moura ■ São eleitos os 50 membros da Assembleia Metropolitana de Lisboa, cabendo 19 mandatos à CDU, 19 ao PS, 11 ao PSD e um ao PP ■ Depois de analisar os resultados do congresso do PSD, a comissão directiva do PP declara-se disponível para realizar «cimeiras temáticas» com vista à construção de uma aliança de direita ■ O BCP declara um aumento dos lucros de 35 por cento em 1997.

EDITORIAL

Acção comum?

N aquilo a que o «Diário de Notícias» chamou a «primeira entrevista de fundo que Mário Soares concede desde que abandonou o Palácio de Belém», o ex-Presidente da República pronunciou-se, a dada altura, sobre a problemática do comunismo, ou seja, sobre o projecto comunista, os comunistas, os partidos comunistas e as perspectivas que se lhes colocam na situação actual.

Sendo justo sublinhar algumas observações amáveis de Mário Soares sobre os comunistas («Eram idealistas sinceros e honestos cidadãos...»), justo é, igualmente, assinalar a inexorável condenação a que os sujeita (... «que estavam, infelizmente para eles, contra o sentido da História»). É evidente que, reduzindo a História ao seu horizonte visual e interpretando-a nesse limitadíssimo espaço, o ex-Presidente da República não pode vislumbrar outra coisa que não seja, apenas e só, o temporalmente perceptível a olho nu, o facto histórico de «hoje», desinserido do «ontem» e cego de «amanhã».

Na realidade, Mário Soares nega qualquer hipótese de futuro ao comunismo e aos partidos comunistas na medida em que, prevendo (decidindo) História, como que decreta a impossibilidade da «construção de uma sociedade sem classes» e condena todos os partidos comunistas à inevitável «social-democratização». Tudo isto apesar de considerar que, «em certo sentido, o ideal comunista não perdeu a razão de ser» e de confessar «partilhar do desejo de igualdade, no sentido de igualdade de oportunidades, dos comunistas sinceros».

D ando de barato a aparente contradição patente nas considerações acima referidas, importa observar que as transformações ocorridas no mundo, designadamente na última década, e as consequências que delas resultaram, tornam muito mais clara e premente a necessidade de uma sociedade alternativa a este modelo de capitalismo à solta que é o sistema explorador, opressor e desumanizado em que vivemos.

E é óbvio que a alternativa necessária é - continua a ser - a sociedade justa, fraterna, solidária, livre, humanista e humanizada pela qual lutam os comunistas. O facto de tal objectivo comportar inegáveis e enormíssimas dificuldades de concretização não o condena, historicamente, a transformar-se num «sonho impossível» e muito menos leva os comunistas portugueses a baixar os braços, a desistir de lutar, a deixar-se captar pelo canto de sereia da social-democratização.

Tanto mais que, como muito incisivamente acentua Mário Soares, «o ideal comunista não perdeu razão de

ser»... antes pelo contrário: vale a pena e é justo acrescentar...

O outro aspecto digno de nota da entrevista é o que se refere ao destino imediato traçado pelo ex-secretário-geral do PS para os comunistas. Considerando que «os comunistas constituem uma massa crítica importante», Mário Soares concede-lhes a possibilidade de «funcionar dentro ou fora dos partidos socialistas» - os quais, considera ele, «não são o centro» mas «são os que devem polarizar a esquerda moderna de hoje» - «mas sempre que possível em articulação com eles».

Que dizer, pois, deste «convite» à «acção comum entre o PS e o PCP»? Sendo certo que, naturalmente, ninguém espera do PCP a participação em «acções comuns» visando a prossecução da política de direita que o PS - na sequência do PSD - está a aplicar, sendo certo igualmente que o PCP não pretende hegemonizar ninguém nem aceita ser hegemonizado seja por quem for, é igualmente certo que uma «acção comum», tendo como objectivo a construção e a concretização de uma política de esquerda, mereceria o total acordo e disponibilidade do PCP - acordo e disponibilidade que, agora e aqui expressos, não constituem qual-

quer novidade para quem conheça minimamente as posições do PCP nesta matéria.

O outra coisa é a possibilidade real de concretização dessa desejável «acção comum». E sobre isso, talvez mais do que alimentar expectativas em relação a eventuais boas vontades, a eventuais diálogos e entendimentos político-partidários, importa ter em conta que, como todos os dados disponíveis indicam, o elemento fundamental susceptível de provocar a viragem política conducente a uma alternativa de esquerda passa, em primeiro e decisivo lugar, pelo reforço do PCP. Por um reforço traduzido no aumento considerável da sua influência social, eleitoral e política; por um reforço que resulte da compreensão, por parte de milhares e milhares de portuguesas e portugueses, de que são os comunistas, é o PC, que melhor e mais firmemente defende os seus direitos e interesses e que, por isso mesmo, é apoiando o PCP, nas lutas de todos os dias e na luta por uma alternativa de esquerda, que melhor defendem esses seus direitos e interesses.

Esse reforço para o qual o novo impulso na organização, intervenção e afirmação política do Partido - que no momento actual mobiliza e entusiasma o colectivo partidário - pode contribuir de forma determinante.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.ª A, 1100 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante! — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de renovação:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Lisboa — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
Tel.: (01) 923 89 00
Campo Raso — 2710 Sintra
Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Tavira em três tópicos

Apesar de tanta coisa já ter sido dita sobre o Congresso do PSD em Tavira, a verdade é que, talvez por deficiente informação ou por criticável presunção, nos fica a sensação de que há, pelo menos, três tópicos de que ainda ninguém falou.

O primeiro podia chamar-se o tópico do plágio. E diz respeito à tranquilidade e impunidade com que o PSD escolheu para crismar o seu projecto de coligação com o PP exactamente um termo e um conceito - Alternativa Democrática - que, ao longo de anos, repetidamente usado pelo PCP, foi vezes sem conta tratado como monocórdico e inaudível «chavão» do PCP pelos mesmos que agora engoliram sem piar esta escolha terminológica do PSD.

É certo que o dicionário quando nasce é para todos e que, já antes, o PSD não tinha hesitado em escolher para designação da sua coligação autárquica com o PP em Lisboa o título de um jornal - Lisboa Cidade - da Organização da Cidade de Lisboa do PCP.

Mas talvez possamos reconhecer que o PSD sempre poderá invocar que a sua escolha, sendo com iniciais maiúsculas e indo ser conhecida pela inovadora sigla de «AD», é

apenas um nome para a sua coisa e que a alternativa democrática (em minúsculas) defendida pelo PCP é, de facto, outra coisa completamente diferente.

O segundo tópico podia ser sobre um momento de verdade e de lucidez ocorrido na sexta-feira à noite quando, esgrimindo contra a coligação com o PP, Durão Barroso veio dizer parte do que o PCP tantas vezes afirmou à beira das últimas legislativas, infelizmente sem ser compreendido por muitos eleitores que nele confiavam mas acabaram por não lhe dar o seu voto. Abreviando, disse Durão Barroso que até podia a AD ficar à frente do PS, mas que, como o PCP continuava a existir, o mais certo era haver uma maioria parlamentar PS+PCP, pelo que o PSD ser mais votado que o PS nada resolveria, porque à AD continuaria a faltar uma maioria de Governo.

É claro que faltam aqui outros acrescentos que, com razão, o PCP costuma pôr, mas sem dúvida que, por esta insuspeita voz, foi dito algo de basilar para se perceber parte essencial da permanente utilidade do voto no PCP, haja ou não «AD».

O terceiro tópico é sobre a falta de vergonha na cara do PP. Com efeito, se naquelas bandas existisse um mínimo de dignidade e de amor próprio, a nova «AD» não teria nascido em Tavira, antes ali teria morrido fulminada pelos enxovalhos e pela menorização friamente distribuídos ao PP pelos mais activos defensores dentro do PSD daquela coligação.

Na verdade, o que estes gritaram em pleno Congresso, de permeio com outros mimos, foi que, em tal coligação, a liderança, o programa e as regras serão do PSD. Ora, talvez desde o 25 de Abril, nunca se tenha visto em Portugal um partido tratar um seu putativo parceiro de coligação em termos de tamanha arrogância e humilhação.

Dir-se-á que o medo de Portas de contar os votos do seu PP em 1999 é tão grande que explica que tolerem todas as ofensas. Mas também pode haver quem explique que, recentemente em Braga, o que aconteceu não foi um Congresso do PP mas uma OPA sobre o PP protagonizada por um testa de ferro de um investidor chamado Marcelo Rebelo de Sousa.

■ Vítor Dias

A cultura comunista: um fantasma de "este" capitalismo

Em entrevista ao DN na semana passada, Mário Soares confidenciava que «este capitalismo está a gerar uma revolta profunda nas massas espoliadas». E M. Rebelo de Sousa, numa intervenção no Congresso do PSD, levantava a perspectiva de um negro futuro com violentas convulsões como resultado para Portugal da implantação do «euro» e da «Agenda 2000» - precisamente dois pilares de «este» capitalismo representado no caso pelas directrizes da União Europeia. Outros expoentes e defensores do capitalismo têm vindo a lançar idênticos alarmes contra «este» capitalismo que devora o mundo.

Mas capitalismo - não há outro: só este. E é com ele que a humanidade tem que se confrontar.

Para fazer frente ao capitalismo (a «este» de agora e aos outros que vieram de trás...), as «massas espoliadas» não ficaram à espera dos conselhos dos defensores de «outro» capitalismo, supostamente reformado e humanista, mas sempre inexoravelmente espoliador.

O «Manifesto Comunista» constituiu sem dúvida um acontecimento decisivo nessa longa marcha dos espoliados contra a espoliação. Nele encontraram os trabalhadores a exposição racional e científica das raízes da sua espoliação e caminhos de libertação. A partir dele se criaram as bases do movimento comunista moderno, assente na análise objectiva das realidades do mundo capitalista e na organização dos trabalhadores para a luta por uma transformação da sociedade em novos moldes: a sociedade socialista, liberta da exploração do homem pelo homem. Num longo e por vezes difícil, doloroso, processo de luta, com avanços e recuos, desse movimento nasceu uma nova concepção do mundo, que marcou os últimos 150 anos, difundindo por toda a Terra aquilo a que podemos chamar

a cultura comunista. Cultura comunista que de tal modo marcou a consciência da humanidade que hoje continua sendo para os defensores e servidores do capitalismo um espectro que lhes atormenta o sonho de terem no capitalismo, «este» capitalismo, o «fim da História».

A cultura comunista não é uma utopia inventada ou imaginada por alguém: foi e é permanentemente concebida por milhões de seres humanos, quantas vezes injustiçados por se levantarem na luta por um simples objectivo: que a brutalidade e a crueldade sociais não lhes retirem um bem essencial - a sua condição humana.

Para o capital, o ser humano é apenas avaliado ao preço de moeda de troca, hoje tão flutuante desde a rupia ao anunciado euro, na complexa aritmética de «este» capitalismo global que quer sufocar o mundo. Mas o homem tem sempre o preço do futuro, de um permanente e constante futuro, que legará a outros e que outros homens irão receber. Por vezes, sem saberem bem o que recebem ou o que lhes é devido. E a partir desta herança procurando sempre encontrar novos caminhos, a cultura comunista diz: Toma. Continua.

A cultura comunista é um património inalienável das massas espoliadas.

O futuro da cultura comunista tem que ser garantido por novas batalhas no nosso tempo: para a sua defesa, para o seu desenvolvimento, na continuidade do núcleo de valores essenciais que a concretizam e na sua específica visão do mundo, centrada na valorização do ser humano. Apreendendo o mundo, compreendendo o passado, para empreender o futuro.

■ Aurélio Santos

PORTUGAL e o Sahara Ocidental

No conflito que opõe Marrocos à Frente Polisário (FP) há vinte e cinco anos, que causou milhares de vítimas, a deterioração das relações entre Argélia e Marrocos e o agravamento da tensão em todo o Magrebe, a posição de Portugal tem sido caracterizada por um alinhamento ilegítimo e injustificado com a política de Rabat.

Como é sabido, a ONU tomou em mãos o dossier do Sahara Ocidental tendo ainda no tempo de Perez de Cuellar aprovado no Conselho de Segurança a realização de um referendo que devido às manobras dilatórias de Marrocos foi sendo adiado e estando finalmente prevista a sua realização para o próximo mês de Dezembro. Ficarão para a História as várias tentativas (algumas ainda actuais) dos dirigentes marroquinos de fazerem passar por sahuris dezenas de milhares de cidadãos marroquinos em total violação do acordo que previa o recenseamento e preenchimento dos cadernos eleitorais com base no recenseamento feito pelo governo espanhol em 1973.

A resolução 3437 de 16.11.79 do Conselho de Segurança da ONU reconhece a Frente Polisário como representante do povo sahuri e a este o direito à autodeterminação. A República Árabe Saahri Democrática é reconhecida por setenta e dois países sendo a maioria africanos e outros do Terceiro Mundo. É indiscutível que a F.P. ganhou um enorme prestígio no seio dos movimentos de libertação nacional. Apesar da colossal diferença de meios, Marrocos não foi capaz de derrotar nem militar, nem política, nem diplomaticamente a F.P. e foi obrigado a sentar-se à mesa de negociações as quais passaram por Lisboa o ano passado. Mais tarde, em Houston, as partes puseram-se de acordo sob os pontos de divergência: identificação dos eleitores, acantonamentos das tropas da F.P. e de Marrocos, o repatriamento dos refugiados, a libertação dos detidos e a troca de prisioneiros.

Neste quadro, a posição portuguesa deve orientar-se pela defesa dos interesses nacionais e simultaneamente por contribuir para a paz na região. Os interesses nacionais impõem um elevado sentido de responsabilidade que, assente no respeito pelo princípio dos povos à autodeterminação, saiba ter em atenção todo o equilíbrio instável no Magrebe. Com efeito, são antigas as dificuldades de relacionamento entre Argélia e Marrocos, assim como as relações entre a Líbia e a Tunísia. O embargo dos EUA imposto à Líbia agrava a tensão. Portugal só poder ter interesse num relacionamento estreito com todos estes países e com a Mauritania. Há nestes países produtos de que Portugal necessita, como é o caso do gás, do petróleo, do peixe, dos fosfatos e mercados. E há todo um vasto campo cultural a explorar. Assim sendo, Portugal não pode comportar-se como se apenas existisse o interesse do monarca marroquino em toda a região. Só uma cegueira deste tipo explica que Portugal não tenha um relacionamento com uma das partes do processo, a F.P., a qual existe por parte de outros países da Europa.

Portugal esteve, aliás, envolvido directamente na iniciativa da ONU com dois generais que comandavam as tropas da Minurso e tem vários polícias no terreno em cumprimento das tarefas para assegurar o referendo. Portugal esteve assim ligado ao processo revolucionário e deve salvaguardar um bom relacionamento com um eventual novo Estado na região, sendo por isso necessários sinais claros no sentido de encarar essa situação com toda a naturalidade e exigindo que assim seja encarado o referendo por parte de Marrocos, pois até agora ainda não declarou que aceitaria os resultados em caso de vitória da independência. Um bom relacionamento com todos os países do Magrebe é do interesse de Portugal, que forçosamente tem de ter em conta um futuro Estado no Sahara reconhecido pela ONU. E é pena que até hoje esta não tenha sido a posição portuguesa.

■ Domingos Lopes

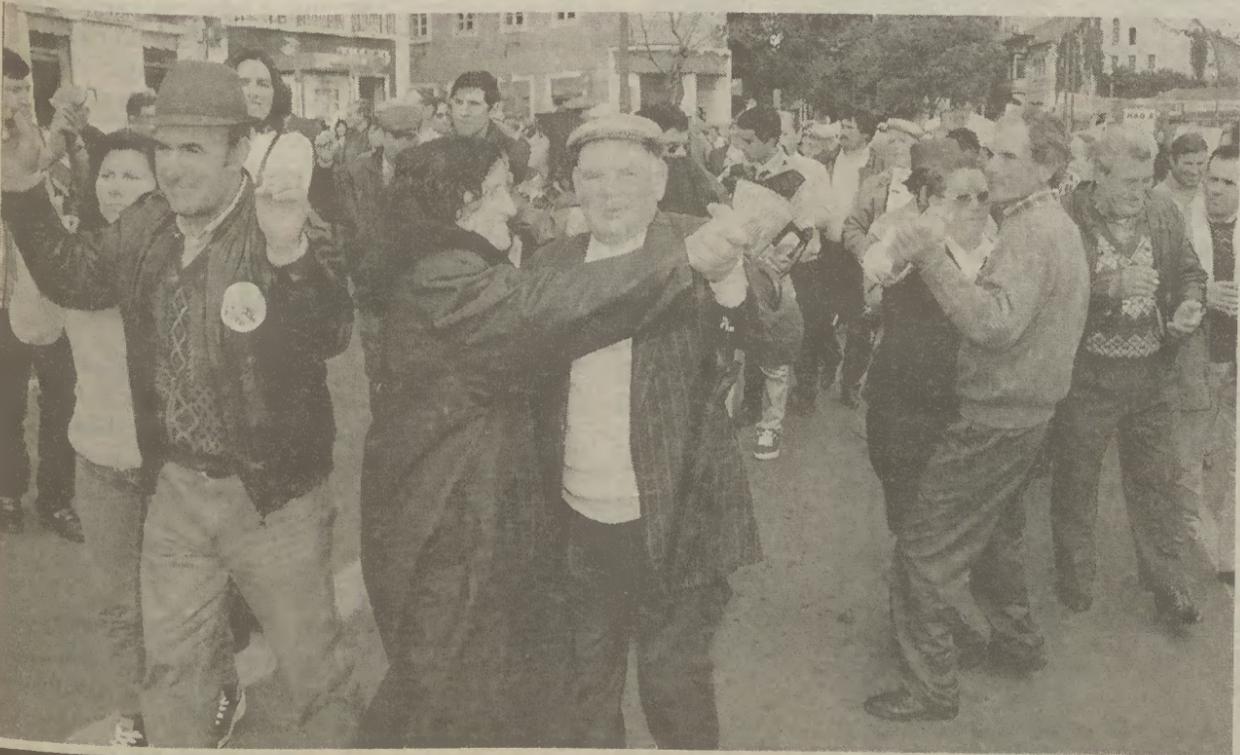


Foto: Jorge Caria

A luta - também se dança...

Fome alastra no Mundo

Aumenta o número de países cuja produção alimentar é insuficiente para fazer face às necessidades da sua população. O alerta foi dado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) em relatório reportado a 1977. Analisando a evolução da situação neste domínio, conclui que a situação configura um estado de emergência em 37 países em vias de desenvolvimento, mais seis do que os recenseados no ano anterior.

Secas, inundações e outras catástrofes associadas ao fenómeno do "El Niño", conflitos armados, desigual repartição da riqueza, relações de dominação económica injustas, voltaram a marcar 1977.

O continente onde a situação assume proporções mais dramáticas continua a ser África,

sobretudo na sua parte oriental (Burundi, Etiópia, Quênia, Uganda, Somália, Sudão e Tanzânia) e em países como a República Democrática do Congo. Da Ásia, onde a crise se mantém, chegam também más notícias, especialmente da Coreia do Norte, dependente em larga medida da ajuda alimentar. Apesar da melhoria relativa conseguida após acordos que o autorizaram a vender o seu petróleo, no Iraque persiste o problema da subnutrição.

De acordo com a FAO, a produção mundial de cereais deverá atingir, no ano em curso, 1895 milhões de toneladas, o que, embora possa responder às necessidades de consumo de 1998 e 1999, não garante que as reservas globais de cereais se situem acima dos níveis mínimos de segurança alimentar.



XX Congresso do PSD

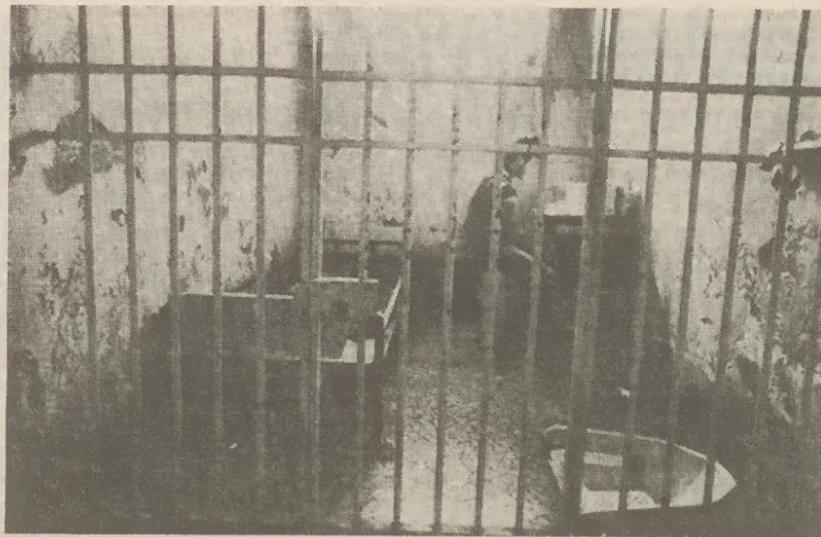
O PSD realizou o seu XX Congresso, em Tavira, sob o lema "Os Portugueses Primeiro". Marcelo Rebelo de Sousa viu a sua moção receber o apoio de mais de dois terços dos congressistas, o que se constituiu num ine-

quívoco reforço da sua liderança e na consagração da estratégia por si delineada com vista a uma "Alternativa Democrática".

Esta foi, aliás, a grande questão que polarizou os trabalhos, permitindo uma separação de águas entre marcelistas e barrosistas (estes, herdeiros de Cavaco), ou seja, entre os defensores de uma convergência e mesmo aliança com o PP de Paulo Portas para concorrer às eleições de 1999 e os que se opõem a essa estratégia por a considerarem, como Dias Loureiro, "um erro

trágico". Santana Lopes, assumindo uma postura mediadora e de equilíbrio em nome da unidade do partido, terá alargado o seu espaço, capitalizando influências para intervenções futuras.

Para Marcelo, que subiu a parada, numa posição de tudo ou nada, tudo acabou, assim, por lhe correr de feição. Num Congresso em que os discursos se esgotaram na estratégia de chegada ao Poder, mas onde pouco se falou dos problemas concretos de Portugal e dos portugueses.



Provedor de Justiça Europeu

O Provedor de Justiça Europeu recebeu cerca de 2300 queixas até final de 1997, revelou o próprio no decorrer de uma visita ao nosso país, destinada a sensibilizar os portugueses para o recurso a casos de má administração a nível comunitário.

Desse conjunto de queixas apresentadas nos dois anos e meio da existência do cargo na União Europeia, 59 eram relativas a Portugal, o equivalente a 2,5 por cento do total. O Provedor europeu examinou,

nesse período, 2.279 casos.

A maior parte das queixas refere-se a situações de falta de transparência das instituições comunitárias no acesso a documentos. Embora a resposta às queixas possa ser dada de imediato, a verdade é que, em geral, demora cerca de um ano, explicou Jacob Soederman aos jornalistas. As queixas são enviadas à instituição em causa, que tem três meses para se pronunciar, podendo o queixoso argumen-

tar a resposta, precisou.

A maioria das queixas foi contra a Comissão Europeia (347 casos), o Parlamento Europeu (37) e o Conselho (18). Apenas cerca de 30 por cento estavam inseridas na esfera de competências do Provedor europeu e alguns casos deveriam ter sido colocados aos provedores ou aos parlamentos nacionais.

Qualquer cidadão de um estado-membro da União Europeia ou residente num estado-

membro pode apresentar uma queixa ao Provedor de Justiça Europeu, bem como as empresas, associações ou organismos que tenham sede estatutária na UE.

Podem ser apresentadas queixas relativas a casos de "má administração a nível da acção das instituições ou dos organismos comunitários", como irregularidades administrativas, injustiça, discriminação, abuso de poder, ausência ou recusa de informação e atrasos indevidos.



A morte de Pol Pot

Morreu Pol Pot. O cadáver do ex-líder dos Kmher vermelhos, rezam as notícias das agências, foi mostrado aos jornalistas e oficiais tailandeses algures em plena selva no norte do Camboja. Desta feita, parecem não subsistir dúvidas. Depois de anteriores anúncios no mesmo sentido, que se revelaram infundados, o corpo, tudo o indica, é mesmo

o do sanguinário que instalou entre 1975 e 1979 um regime de terror responsável pelo genocídio em massa de dois milhões de pessoas.

Durante esse período foram cometidas sob as suas ordens toda a espécie de atrocidades. Tradições ancestrais foram destruídas, famílias dizimadas, cidades esvaziadas, campos de concentração foram criados e cheios, deram-se deslocações em massa para os campos, religiões foram banidas.

Elegendo o Vietnã como seu inimigo, foi este, em Janeiro de 1979, com a entrada das suas tropas em Phnom Penh, em apoio aos opositores do regime Kmher vermelho, que acabaria por pôr fim ao pesadelo. Empurrado para a selva, desde então, contando com estranhas cumplicidades, Pol Pot ainda tentou inverter o curso dos acontecimentos.

Fraco e doente, diz-se, morreu de ataque cardíaco. Não se chegou a sentar em tribunal pelos crimes que cometeu contra a humanidade.

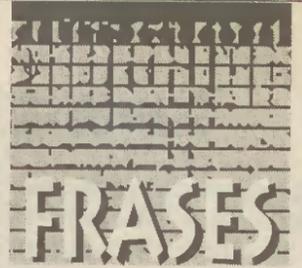


Guterres na China

O Primeiro-Ministro prossegue a sua viagem à República Popular da China. Abrir novas portas que permitam o reforço da cooperação económica entre os dois países constitui um dos objectivos visados. No município de Chongging, primeira etapa do seu périplo no território, isso mesmo ficou patente com a assinatura de uma «joint-venture» entre a Somague e empresas locais que de 1999 a 2001 construirá duas pontes sobre os rios Jianling e Yantze, estando ainda prevista a recupera-

ção das redes de abastecimento de água e de saneamento.

Para trás ficou ainda uma passagem por Macau, no decorrer da qual António Guterres fez uma profissão de fé sobre o futuro do território, em que não escondeu o seu optimismo, e em que reiterou aos macaenses o apoio de Portugal para além de 1999, ou seja, para além do período de pós-transição previsto nos acordos subscritos entre os dois países.



“Não preciso do Poder para ser feliz.”

Marcelo Rebelo de Sousa a pedir a maioria de dois terços ao congresso do PSD, em Tavira.

“Quero, em 1999, um só exército, um só projecto a seguir convictamente o seu líder.”

Idem

“Seja bem-vindo, Dr. Soares, à nossa campanha contra a regionalização. O PSD recebe-o de braços abertos.”

Idem

“A acção comum entre comunistas e socialistas é não só possível como desejável, sobretudo depois do desaparecimento da União Soviética.”

Mário Soares, em entrevista ao «DN», em 18 de Abril

“Certamente seria desejável, se fosse com o objectivo de construir e aplicar uma política de esquerda, portanto muito diferente da actual política do PS. Quanto a ser possível, depende não tanto da boa vontade dos dirigentes mas sobretudo da acção dos cidadãos e do seu voto nos que, de facto, lutam por uma política de esquerda.”

Vítor Dias, comentando, ao «DN» de 19 de Abril, as declarações da véspera de Mário Soares.

“A revolução soviética trouxe-nos muita coisa de bom (...) Levou-nos a agir, a participar. A Revolução Soviética trouxe-nos algo de real, de verdadeiro. Vivemos um novo tempo.”

Jorge Amado, em entrevista ao «Expresso» de 18 de Abril.

“O contra peso para o capitalismo só pode ser o socialismo. Só resta o socialismo: não resta mais nada.”

Idem, ibidem.

“Se fizermos contas relacionando o número de queixas com a população de cada país, são os belgas que mais se queixam. Mas isso é porque a administração europeia é na Bélgica. Acontece o mesmo no Luxemburgo. E também na Finlândia, por minha causa.”

Jacob Soderman, provedor europeu de Justiça, em entrevista ao «DN», em 21 de Abril.

“Quanto a Portugal, a percentagem é normal. Não somos muito conhecidos aqui.”

Idem, ibidem.

“A situação é um bocadinho preocupante.”

Mega Ferreira, administrador da EXPO, manifestando inquietação com atrasos na construção de pavilhões estrangeiros.

“Altos e bonitos, esta nova geração de croatas não mostra qualquer vestígio de um recente passado comunista.”

Rosa Amaral, escrevendo na secção Boa Vida da revista Indy do «Independente», em 17 de Abril.

Milhares de agricultores em Lisboa contra esta reforma da PAC

■ Texto
Lígia Calapez

■ Fotos
Jorge Caria



Agricultores de todo o País vieram a Lisboa, numa das maiores manifestações camponesas na capital, para dizer que assim “não se aguenta mais” e exigir uma outra política agrícola, uma outra reforma da PAC. Mais de 6 mil manifestantes, segundo números estimados pela polícia, concentraram-se na tarde de sexta-feira passada frente à Assembleia da República, depois de um desfile entre o Parque Eduardo VII e a residência oficial do Primeiro-Ministro, em São Bento.

“Eles podem ter muito dinheiro, mas se nós não produzirmos, eles não comem”. Um comentário lançado entre conversas cruzadas, num dia em que “até o S. Pedro está conosco”, e que testemunha da consciência do carácter indispensável de uma agricultura que as políticas que a Comissão Europeia pretende impor condenariam à morte.

As queixas são múltiplas, desdobrando-se em duas linhas fundamentais – a falta de apoios à produção e a impossibilidade de pagar as prestações mensais para a Segurança Social.

No que diz respeito à política agrícola e aos apoios à pro-

dução, poderia dizer-se que nada corre bem.

O desemprego rural tende a aumentar, os preços na produção a baixar, agrava-se a degradação do meio ambiente, diminui a qualidade alimentar. “É-nos exigido produzir abaixo do preço do custo”, não para que o preço baixe junto do consumidor, mas para que os grandes distribuidores fiquem com “a parte de leão”, denuncia um orador, aos microfones instalados num carro de apoio. E questiona-se – “por que é que os agricultores devem ganhar menos, se trabalham mais?”.

A “vergonhosa distribuição de subsídios” é particularmente referida – 80% dos subsídios da

Viemos para ser ouvidos!



C.E. concentram-se em 20% dos países. Uma distribuição ainda agravada em Portugal onde 90% dos subsídios são canalizados para 10% das explorações.

As questões gerais somam-se as – muitas outras – mais específicas. É o azeite, o vinho, a batata, a maçã, que não contam com os adequados apoios à produção e “este ano já está tudo queimado”. Ou as verbas recebidas do Fundo de Calamidades – seis escudos para M^a Anastácia Santos (patente em fotocópia gigante de um espantoso cheque)... O pastor de Vila Real, a braços com o problema da brucelose, que, por razões de idade, já não pode candidatar-se a subsídios compensatórios. Disposições da nova lei da caça que levariam à que “a agricultura seja pasto para coelhos”. As ameaças aos baldios, para que

Dez reclamações fundamentais

1. Queremos preços mais baixos para a electricidade e gasóleo verdes, para o tractor, gasolina e outros combustíveis usados na lavoura; queremos que o gasóleo verde se possa utilizar nas carrinhas ao serviço das explorações agrícolas;
2. Queremos preços compensadores para os nossos produtos;
3. Queremos mais apoios aos prejuízos das intempéries;
4. Queremos o controlo eficaz das importações e a defesa da produção nacional;
5. Queremos um regime de Segurança Social que permita a grande redução dos custos das prestações mensais dos agricultores;
6. Queremos mais e melhores apoios para a sanidade animal;
7. Queremos mais dinheiro nos Orçamentos de Estado para termos os mesmos níveis de ajudas dos outros países da EU e queremos indemnizações compensatórias para todos os que fazem agricultura nas zonas desfavorecidas;
8. Não queremos a proposta de lei da caça que está na Assembleia da República;
9. Estamos contra os encerramentos ou diminuição do horário dos Centros de Saúde, Escolas, Linhas de Caminho-de-Ferro e outros serviços;
10. Queremos que, em Bruxelas, o governo defenda a agricultura portuguesa e o mundo rural.



Milhares de agricultores em Lisboa contra esta reforma da PAC

alertam milhares de compartes. Pois os baldios são "propriedade comunitária dos povos serranos" e, citando Aquilino Ribeiro, "a serra é dos serranos desde que o mundo é mundo".

As situações ligadas ao pagamento das prestações para a Segurança Social, tendem a assumir contornos dramáticos, abrindo caminho, com um número crescente de casos de automarginalização, para uma outra (mais uma) forma de exclusão social.

O aumento das cotizações para a Segurança Social está a levar muitos agricultores a automarginalizarem-se de qualquer sistema de apoio na doença e de garantias de uma reforma, mesmo que mínima.

Queremos um mundo rural vivo

"Estamos habituados a semente. Hoje viemos a Lisboa também semear as sementes que não-de frutificar no futuro". Contra as directivas de Bruxelas, que ameaçam fazer desaparecer "três em cada quatro agricultores". Uma afirmação, entre outras, ovacionada com palmas e apitos dos que por algumas horas trocaram enxadas pelas ruas da capital, por "um mundo rural vivo".

Uma exigência a que, nesta concentração/manifestação promovida pela CNA e associadas, se juntaram solidariamente, a AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal, ARP - Aliança para a Defesa do Mundo Rural Português e a Federação Nacional de Caçadores e Proprietários.

Presentes, também, dirigentes de associações agrícolas estrangeiras em representação da CPE - Coordenadora Agrícola Europeia (com sede em Bruxelas), do SLG - Sindicato Agrícola da Galiza e do MODEF - Confederação Nacional dos Sindicatos de Explorações Familiares.

Várias organizações, nacionais e internacionais, fizeram chegar saudações.

Uma ampla unidade que dá particular força às reivindicações avançadas pelos manifestantes, contribuindo ainda - como é sublinhado em comunicado da CNA - para reforçar a capacidade negocial do governo perante Bruxelas.

Ao longo da jornada de luta - e cumprindo a consigna viemos para ser ouvidos - delegações dos manifestantes foram recebidas na residência oficial do Primeiro-Ministro, no Ministério da Agricultura e pelos grupos parlamentares do PCP, de "Os Verdes" e do PS.



As razões para dizer não

Dizer não às propostas da Comissão Europeia para a Reforma da PAC (Política Agrícola Comum), foi um dos objectivos da jornada de luta camponesa em Lisboa.

Um não que se baseia em várias razões, expostas também em documento divulgado à imprensa.

As propostas de reforma da PAC são consideradas como inaceitáveis, porque:

- Querem impor grandes baixas nos preços à produção, sobretudo no leite e produtos lácteos, na carne bovina e nos cereais/arvenses;
- Trazem novos e gravosos limites (quotas) e outras restrições à produção nacional (azeite, vinho);

- Propõem "ajudas directas ao rendimento" cada vez mais desligadas da produção mas contraditoriamente indexadas a "produções históricas" penalizadoras para o nosso país. Tais "ajudas directas ao rendimento" não vão cobrir a descida dos preços e outros prejuízos. Vão continuar a beneficiar os países do Norte, os maiores produtores e proprietários. Vão prejudicar Portugal e a agricultura familiar;

- As medidas ditas de "desenvolvimento rural" são periféricas, não quantificadas e confusas. Mantêm-se como "panaceias" para atenuar a crise do mundo rural, profundamente afectado pela ruína da lavoura em resultado directo da própria PAC e de políticas agrícolas erradas.



Por menores prestações à Segurança Social

Um abaixo-assinado "pela redução do custo das prestações dos agricultores para a Segurança Social" está neste momento a circular. Uma iniciativa da Confederação Nacional da Agricultura - CNA, com o objectivo de vir a constituir suporte à apresentação de uma petição à Assembleia da República.

Em causa estão os escassos rendimentos dos pequenos e médios agricultores que, "por isso, ficam impossibilitados de pagar as altas prestações mensais para a Segurança Social e perdem os seus direitos", de par da perda do direito às

"indenizações compensatórias" e "não podem candidatar-se a projectos de investimento agrícola".

Os abaixo-assinados apelam à urgente melhoria desta situação, passando pela redução das prestações mensais para a Segurança Social e por outras medidas de carácter excepcional, nomeadamente bonificações e moratórias para o reescalonamento de dívidas e recuperação de direitos, "de forma a ajustar todo o sistema à situação específica dos nossos agricultores".

Solidariedade com os Sem-Terra

Dia 17, um pouco por todo o mundo, realiza-se a Jornada Internacional de Luta Camponesa. Uma iniciativa promovida pela "Via Campesina", movimento associativo agrícola organizado praticamente a nível mundial, e que é também assinalada pela CNA, como membro da CPE - Coordenadora Agrícola Europeia.

Assim, a solidariedade esteve também presente na concentração de agricultores em Lisboa.

Solidariedade na perspectiva do necessário reforço do entendimento e cooperação "entre agricultores e organizações agrícolas, a nível mundial, para fazer frente a tantos problemas comuns causados pela OMC - Organização Mundial do Comércio e, também, pela PAC".

E, mais ainda, solidariedade aos agricultores brasileiros, ao Movimento dos Sem-Terra, contra os massacres de que têm vindo a ser vítimas na sua luta pela Reforma Agrária, pelo direito à terra.

Um documento de solidariedade com os Sem-Terra e exigindo o reinício do diálogo por parte do governo brasileiro, será entregue na embaixada do Brasil.



Assembleia Regional de Coimbra

Um Partido para crescer

Não foi uma iniciativa formal mas um momento de debate e reflexão onde se confrontaram opiniões e experiências em torno de um objectivo que uniu mais de centena e meia de delegados: o reforço do PCP no distrito de Coimbra.

Realizada no passado sábado, na capital do Mondego, com a presença de Carlos Carvalhas, a Assembleia da Organização Regional de Coimbra foi, nas palavras de Sérgio Teixeira, «um contributo para um novo impulso na organização, intervenção e afirmação política do Partido». Assinalando aspectos positivos e factores negativos do trabalho realizado no distrito, este dirigente, membro da Comissão Política e responsável da DORC, considerou que «a terapêutica decisiva para ultrapassar as deficiências é a participação dos militantes na vida do Partido».

Segundo o balanço actualizado da ORC, os efectivos do PCP no distrito são 4.148. Contudo, como afirmou Sérgio Teixeira, o chamado «núcleo activo», «aqueles que asseguram a vida constante do Partido», é constituído por cerca 300 camaradas. Não sendo uma situação anor-

var por baixo, se entrar gente nova». Por isso, insistiu na sua máxima de que «a juventude não é o futuro, é o presente» e «em vez de a paternalizarmos, temos é de perguntar: em que é que podemos ser úteis?...».

Por sua vez, João Paulo, numa interessante intervenção, defendeu maior autonomia e capacidade para a JCP ter opiniões próprias, maior colaboração PCP/JCP e a necessidade de fixar de quadros na JCP, considerando que a passagem ao Partido se faz muitas vezes de forma mecânica, sem benefício para este e com claro prejuízo para a organização de juventude. A falta de quadros na JCP foi igualmente referida por Hermínio Martins para lembrar que os jovens nos diversos concelhos são coordenados pelo Partido.

Outra prioridade definida pela Assembleia é o reforço da organização e a intervenção junto do trabalhadores. Apesar das evolu-

de Coimbra com as dos sectores intelectual e sindical, constata-se que cerca de 50 por cento da organização regional está concentrada no concelho de Coimbra.

É precisamente nestas organizações que se tem verificado evolução no funcionamento e intervenção, assim como se observam melhorias na zona da Serra, onde as debilidades continuam a ser grandes.

A aposta no crescimento do núcleo activo do Partido aponta para a «revitalização das estruturas de base, concretização das assembleias de organização, amplamente participadas, sem formalismos, constituindo-se como espaços abertos de reflexão, debate e tomadas de posição». Na distribuição de responsabilidades entre os membros eleitos dos organismos dirigentes, «deve incluir-se a possibilidade da escolha ou eleição do ou da camarada que vai coordenar ou dinamizar o funcionamento do colectivo», afirmou Sérgio Teixeira.

Esta ideia foi reforçada por Domingos Oliveira, salientando que «uma maior responsabilização individual passa pela nomeação ou eleição como



Nas últimas autárquicas, a CDU cresceu em votos e mandatos, obtendo mais 8% nas Assembleias Municipais e 14% nas de Freguesia

meira vez a vitória na freguesia de Oliveira do Mondego, concelho de Penacova, e confirmou as maiorias absolutas nas Freguesias de Souselas e Torres do Mondego, em Coimbra, e Santo Varão, em Montemor. Foram ainda conquistadas as freguesias de Ameal, concelho de Coimbra, e de Meruge, concelho de Oliveira do Hospital, onde a CDU apoiou uma lista de cidadãos eleitores. Nos concelhos de Cantanhede, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital e Pampilhosa da Serra, a CDU conta agora com eleitos seus.

É com base nestes resultados que Sérgio Teixeira manifestou a «firme convicção de que não estamos cá só para resistir, vamos crescer». E já com vista à preparação das próximas eleições, o responsável da DORC apelou à identificação dos principais problemas do distrito, à elaboração de propostas, ao envolvimento unitário e à escolha de pessoas «capazes de dar mais-valia ao nosso projecto político».

Combater a tese do voto útil através da afirmação do projecto próprio, a esquerda que faz a diferença, e assumir o compromisso de que a eleição de deputados do PCP são a garantia de uma profunda ligação às pessoas e aos problemas e uma voz daqueles que a não têm tido - as pessoas do distrito de Coimbra - são algumas das ideias que considerou essenciais.

Outra linha de trabalho é «crescer no diálogo com a sociedade que nos rodeia». Como explicou, vai continuar a ser preocupação dos comunistas de Coimbra que, «a par da afirmação convicta das nossas propostas e projecto discutamos com outras sensibilidades políticas problemas e questões de forma a estabelecer pontes e convergências para uma política de esquerda».

Aprovada a resolução política e eleita a nova equipa de direcção regional, os comunistas de Coimbra entram num período de intensa actividade onde, para além de dois actos eleitorais, têm pela frente importantes combates políticos como a despenalização da IVG, a Regionalização e a luta contra as novas leis laborais que o Governo está a preparar. Neste sentido estão já previstas várias iniciativas no distrito. ■ CN

Carlos Carvalhas em Coimbra

A luta é o caminho

O encerramento da Assembleia de Coimbra foi marcado pela intervenção de Carlos Carvalhas da qual publicamos os principais extractos:

Em Março e Abril verificou-se o desenvolvimento de muitas lutas a nível de empresas e sectores impulsionada pela dinâmica reivindicativa em torno dos salários, dos horários, do emprego, dos direitos consagrados na contratação colectiva e pelos direitos consagrados na Constituição da República.

Permitam-me que destaque e saude entre muitas, a luta:

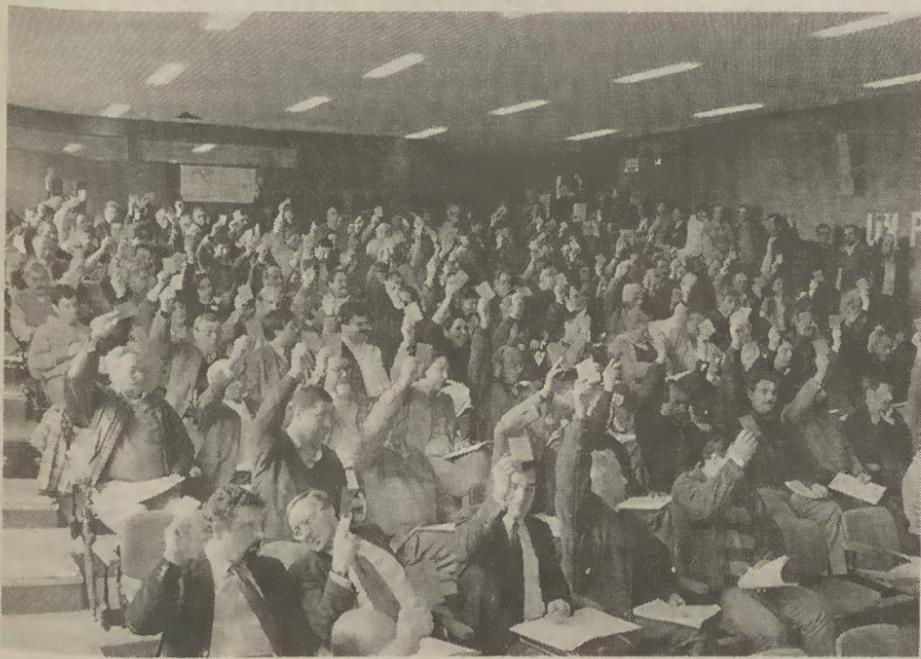
- dos ferroviários em defesa dos seus direitos, por melhores salários e de caminhos-de-ferro com dimensão pública e social;
- da Carris, onde há mais de 7 anos que não se verificava uma tão forte adesão dos motoristas, com elevada participação dos mais jovens;
- dos hotéis de Lisboa (Ritz, Penta e Sheraton), onde apesar da presença intimidatória da polícia, os grevistas conseguiram ganhar para a luta os trabalhadores temporários, alcançando melhores salários e a reabertura do processo negocial;
- dos bancários em defesa dos direitos adquiridos na contratação e da dignificação da classe bancária;
- da Função Pública e da Administração Local pela dignificação das carreiras e classificação de serviço;
- dos rodoviários do Sul, de Braga, do STCP do Porto, dos pesados de mercadorias;
- dos profissionais da saúde;
- da juventude estudantil e dos professores por uma gestão democrática da escola, por um ensino de qualidade e uma justa acção social escolar;
- dos reformados por melhores reformas;
- dos agricultores - manifestação da CNA em defesa da agricultura nacional;
- de empresas têxteis, do vestuário, da cordoaria, pela consolidação das 40 horas e consagração das pausas;
- dos trabalhadores dos Cabos d'Ávila e do Chiado, mostrou que é esclarecendo, mobilizando e envolvendo os diversos sectores sociais e os trabalhadores na luta concreta pela defesa dos seus interesses e direitos que se alcançam êxitos e se constitui a base para defender o emprego, alcançar melhores salários e horários, garantir direitos consagrados na contratação e na Constituição.

A recente apresentação do Governo, em sede de concertação social, de mais um lote de iniciativas legislativas na área laboral, visa pôr em causa direitos fundamentais como a segurança no emprego, o conceito do salário, das profissões, das férias, numa linha de desregulamentação e precarização. Merecerá do PCP a denúncia e o combate necessários e um forte apelo aos trabalhadores e às suas organizações para que prossigam a sua luta.

Luta que deve ter expressão e ponto alto no Dia Mundial dos Trabalhadores, no 1º de Maio da CGTP-IN, onde a festa se deve aliar à luta, onde devem estar presentes os direitos constitucionais, os problemas, as aspirações e reivindicações centrais dos trabalhadores portugueses. (...)

Que política alternativa?

(...) Está a decorrer o Congresso do PSD. Mas pondo de lado



A resolução política aprovada é um documento com propostas para o distrito e medidas para o reforço da intervenção do PCP

mal, até porque são muitos mais os militantes que mantêm ligação regular com o Partido, e este tem apresentado sinais de crescimento tanto em termos de organização como em influência eleitoral, o facto é que o actual quadro está longe de ser satisfatório.

Juventude é o presente

Seguindo as orientações do Comité Central, a Assembleia insistiu na necessidade de renovar e rejuvenescer as organizações e estruturas partidárias, intensificando o recrutamento, integração orgânica de jovens, mulheres e militantes recentes, dando maior atenção e apoio ao reforço da JCP.

Aliás, a JCP foi tema de várias intervenções, nomeadamente a de Vasco Paiva que lembrou que «só pode haver renovação das direcções se se começar a reno-

ções positivas registadas desde a Conferência Nacional, é ainda fraco o número de células de empresa: oito em Coimbra com trabalho mais ou menos regular, havendo outras cinco empresas no concelho e mais quatro na Figueira da Foz onde se contactam os militantes.

Insatisfatório é também o número de comissões de freguesia no distrito: existem nos concelhos de Coimbra, Figueira da Foz, Condeixa, Soure, Penacova e Montemor, fazendo-se o trabalho do Partido nas restantes através de contactos directos com os camaradas.

A realidade partidária, como se refere no relatório de actividade, mostra «profundas diferenças entre organizações». Assim, 76 por cento dos efectivos concentram-se nos concelhos de Coimbra, Figueira da Foz, Montemor, Condeixa e Soure. Mas, se juntarmos as organizações do concelho

forma de estimular a iniciativa sem estar à espera da orientação de cima».

Subida eleitoral

Montemor-o-Velho e Coimbra são dois exemplos em que a CDU cresceu significativamente nas últimas eleições autárquicas. No primeiro caso, a votação duplicou, o que permitiu eleger uma vereadora. Em termos distritais, o balanço é positivo e a Assembleia registou com agrado que «a CDU atingiu os objectivos eleitorais». Para as assembleias de freguesia obteve 20.265 votos (mais 2,514 que em 1993); para as assembleias municipais, 18.425 (mais 1.375); e para as câmaras municipais, 15.258 (mais 417). Estes resultados traduziram-se num aumento de 17 eleitos nas freguesias, de um vereador, e de mais quatro eleitos nas assembleias municipais. A Coligação obteve ainda pela pri-

as questões da política-espectáculo, da política de alianças e a composição dos órgãos partidários, o que é que o PSD apresenta de novo, de verdadeira política alternativa à política do governo PS?

Que ideia nova é que têm para Portugal?

Nas questões mais essenciais e estruturantes, o PSD não é alternativa.

Não é alternativa na política da Moeda Única, na reforma da PAC, na Agenda 2000! Não é alternativa na política agrícola, nem na política de pescas. Não é alternativa na política de privatizações (aqui a disputa é quem privatiza mais e mais depressa)!

Não é alternativa na política orçamental nem nas mordomias.

Não é alternativa na política de concentração da riqueza, nem na chamada política de rendimentos e preços.

E não é alternativa pela simples razão de ambos os partidos (PSD e PS) procurarem servir os mesmos interesses, de ambos procurarem disputar o centro, como eles dizem.

Então onde estão as diferenças essenciais?

Na retórica, no acessório, na postura, na encenação.

Vejam, por exemplo, os dois últimos debates em que o PSD se quis apresentar como alternativa.

No debate de urgência e a seu pedido sobre os *boys*, isto é, sobre os tachos para a rapaziada amiga, o PSD desfiou um conjunto de acusações verdadeiras ao PS que disse fazer desta questão um ponto de honra da sua supremacia moral.

Mas logo de seguida o PS acusou o PSD de ter nomeado alguns *boys* a pedido do PSD e este teve que se calar...

E perante a acusação de que o PSD no Governo encheu a Administração Pública de membros do seu partido, Marques Mendes afirmou peremptoriamente que não, que nem todos... tinham cartão laranja! Nem todos. Havia alguns para disfarçar o geral...

Quer dizer, em relação às mordomias e às nomeações tanto é Pedro como Paulo!...

No debate desta semana na Assembleia da República com o Primeiro-Ministro, o PSD quis fazer fogo cerrado com a criminalidade e com a insegurança. Uns e outros, deputados do PS e PSD, numa grande gritaria e encenação trocaram acusações e apresentaram estatísticas, para afinal concluírem que a baixa em termos globais da criminalidade se ficava apenas em quatro décimas!

A questão das polícias, do número de efectivos, da sua formação, da sua proximidade às populações é de grande importância...

Mas a questão central situa-se nas causas, nas injustiças sociais, nas exclusões, nos racismos disfarçados, nos *ghettos* urbanos, na toxicoddependência, na opulência mais esplendorosa lado a lado com a miséria mais gritante!

E aqui tanto PSD como PS limitaram-se no essencial a lamentar as consequências sendo coniventes com as causas (...)

Vamos em frente

Aqueles que gostariam que o PCP deixasse de lutar contra a política de direita, que deixasse de lutar em defesa dos justos interesses e direitos das populações e dos trabalhadores, aqueles que gostariam que o PCP cedesse às pressões para se integrar no sistema do domínio do grande capital, multiplicam-se periodicamente, como estão a fazer agora em declarações, artigos de opinião e fabricação de notícias com o objectivo de nos dividir, paralisar e travar a perspectiva mobilizadora e combativa de afirmação, crescimento e dinamismo do Partido.

Mas o melhor é desenganarem-se precisamente porque não cede a pressões o PCP, serenamente mas também firmemente, responde aos problemas actuais com as suas análises, propostas e medidas e procura responder à mudança, com a sua identidade própria que o próprio nome define: Partido Comunista e Português.

Com a sua natureza, com a sua identidade e com os objectivos confirmados no XV Congresso e com a sua coerência e luta compreende-se que o PCP tenha sido sempre considerado pelas forças ao serviço dos grandes senhores do dinheiro o grande inimigo a abater e a destruir.

Mas estas ofensivas não nos desviarão dos objectivos traçados. No PCP, debate-se, analisa-se e decide-se. A diversidade de opiniões é uma riqueza, não um obstáculo.

Depois o PCP tem também uma grande tradição que é o trabalho colectivo e a tomada de decisões de forma colectiva e democraticamente. E são essas as que nos determinam.

E foi tendo em conta os exigentes e complexos desafios que o PCP deverá enfrentar num futuro próximo que o Comité Central propôs a todos os militantes e organizações o desenvolvimento de um vasto movimento de reflexão, debate, tomada de decisões e adopção de medidas que se consideram essenciais para a dinamização, renovação e maior eficácia da organização e intervenção do nosso Partido.

Por isso, repetimos, nem os ataques dos nossos adversários, nem falsos problemas deverão condicionar, entrar, ou desviar atenções desse grande reforço que se pede a todos os militantes e organizações. (...)

4ª Assembleia de Organização do Porto

Uma direcção rejuvenescida para enfrentar desafios

Dezenas de delegados participaram, no domingo passado, na 4ª Assembleia de Organização da Cidade do Porto, que se realizou no Hotel Tuela com a presença do Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, que procedeu ao encerramento dos trabalhos.

No decurso da Assembleia, a qual analisados, em inúmeras e vivas intervenções, os três grandes objectivos que estive-

ram na origem da sua convocação. Um deles, fazer a caracterização do que é hoje a cidade do Porto, a sua população e condições de vida, a situação sócio-económica, a influência eleitoral do Partido e linhas de intervenção para o futuro; outro, promover o balanço da actividade partidária e definir

as medidas necessárias para a concretização de um novo impulso na organização; por último, eleger uma nova direcção para a Organização da Cidade.

Uma discussão de que resultou a aprovação pelos delegados de uma Resolução Política onde são definidas as princi-

Carlos Carvalhas

A gritaria oposicionista e a concordância no essencial

Na intervenção que proferiu no encerramento dos trabalhos da 4ª Assembleia de Organização do Porto, de que transcrevemos extractos, o Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, falando sobre a situação política nacional, alertou para «o simulacro da grande "oposição"» entre o PSD e o PP que, com a proximidade das eleições do próximo ano, «se vai intensificar poderosamente.»

(...)

É praticamente certo que, este fim-de-semana, com o Congresso do PSD, e sobretudo por via de todo o falatório sobre a telenovela em torno de uma nova AD, mais uma vez vai ser servido ao país o espectáculo ilusório e falso de uma grande e espalhafatosa contraposição entre o PS e o PSD.

Mais uma vez, o que vai ser servido ao país é o velho truque de pôr a violência dos adjectivos, a pose inflamada dos discursos e as ameaças da formação de uma coligação de direita a funcionarem como um biombo que esconda uma crua realidade e uma indelmentível verdade que, tal como o PCP, muita outra gente tem apontado, embora alguns depois se esqueçam de tirar as devidas conclusões.

A crua realidade e a indelmentível verdade de que, nestes últimos três anos, foram às carradas os conflitos verbais, as «crises», as gritarias, os ultimatos e os desafios entre o PS e o PSD e o PP mas nem todas essas carradas de folclore político os impediram de se ajudarem uns aos outros para manter a política de direita, ou os impediram de se entenderem e chegarem a acordo em quase todas as questões mais decisivas, mais estruturantes e de maiores consequências para a vida do País e dos portugueses.

Não é, aliás, por acaso que já se escreveram centenas de notícias e de artigos sobre o projecto dos partidos de direita de uma nova «AD» e da sua ambição de se apresentar como alternativa ao Governo do PS e, no entanto, ainda ninguém foi capaz de explicar quais são as espantosas razões de queixa que o PSD e o PP têm da política do Governo do PS, quais são as terríveis divergências de fundo que têm com o PS e

quais são as grandes propostas que os diferenciam das linhas essenciais da política que o PS tem praticado no Governo.

Os portugueses devem estar prevenidos para que, à medida que nos aproximarmos das eleições do ano que vem, o simulacro da grande «oposição» de um lado entre o PSD e o PP e, do outro lado, o PS se vai intensificar poderosamente.

Vão todos fingir que os Orçamentos de Estado comandados pela marcha para a moeda única não foram sempre viabilizados pelo PSD e pelo PP.

Vão todos fingir que não estiveram todos juntos para inviabilizar a mais rápida resolução e aplicação da semana das 40 horas ou a reposição da idade da reforma das mulheres nos 62 anos.

Vão todos fingir que não estiveram mancomunados para uma revisão da Constituição que abriu as portas a projectos muito perigosos e negativos.

Vão todos fingir que não estiveram de acordo com uma política de «contenção salarial» e de manutenção de reformas de miséria. Vão todos fingir que não foram sócios e cúmplices nesse inaudito regabofe das privatizações em que poucos - os do costume - enriqueceram e lucraram e muito à custa do património que era de todos nós.

Vão todos fingir que não foi o acordo entre eles que permitiu impor as propinas e manter os *numerus clausus* e uma acção social escolar insuficiente justamente combatidas pelos estudantes universitários portugueses.

Vão todos fingir que não foi por vergonhosa combinação entre eles que a despenalização do aborto, depois aprovada pela Assembleia da República, vai ter de ser sujeita a referendo (em que aliás nos empenharemos pela vitória do sim), quando toda a gente sabe que, se a Assembleia tivesse chumbado a lei, nem o PS, nem o PSD, nem o PP pediriam ou proporiam qualquer referendo...

Nós não metemos todos os outros partidos no mesmo saco. E até lembramos muitas vezes que se somos a oposição de esquerda ao Governo do PS, somos igualmente oposição de esquerda à política do PSD e do PP.

E é por isso que salientamos que quem se deixasse iludir pelo espalhafato do confronto verbal entre a direita e o PS, esquecendo o que realmente se tem passado, estaria a deixar-se aprisionar no horizonte triste, resignado e sem esperança de futuramente sofrer no essencial a mesma política negativa, apenas lhe sobrando a fraca consolação de poder escolher, não as políticas, mas os rótulos que as embrulham e as caras que as executam.



Faro realiza 6.ª Assembleia

A Organização Concelhia de Faro realizou no passado domingo a sua 6ª Assembleia, que contou com a presença de 98 delegados, e durante a qual foram aprovados o Relatório de Actividades, a Resolução Política contendo as principais propostas do Partido para o concelho de Faro, e eleita a nova Comissão Concelhia composta por 34 camaradas.

Durante a Assembleia, foram eleitos os 59 delegados da organização concelhia à 4ª Assembleia da Organização Regional do Algarve a realizar em 24 de Maio próximo.

A Assembleia encerrou os seus trabalhos com uma intervenção de Carlos Luís Figueira, da Comissão Política, na qual foi analisada a situação política e social regional e nacional.

futuros

país linhas de intervenção dos comunistas do Porto nos próximos tempos.

Entretanto, a Assembleia elegeu uma nova direcção - composta por 35 camaradas - considerada como correspondendo a um «justo equilíbrio entre uma certa continuidade, uma dada experiência e um assumido desafio». Entre os seus membros, destacam-se três jovens mulheres recentemente recrutadas para o Partido, uma delas com apenas 17 anos.

Igualmente de realçar é o rejuvenescimento conseguido neste Organismo de Direcção: três elementos com idades até 20 anos e seis outros até aos 30, ou seja 17% de uma proposta, onde a média etária é de 41 anos, e a percentagem de mulheres é de 37 por cento.

Os portugueses e Portugal merecem outro horizonte e outra esperança.

Merecem o horizonte e a esperança de uma real alternativa à política de direita, de uma política de esquerda que pode e deve ser conquistada e que só pode ser conquistada com o reforço da influência e do apoio eleitoral ao PCP que é a esquerda que faz a diferença e também é, nas suas propostas e no seu projecto, a diferença que faz a esquerda.

O exemplo dos aumentos dos telefones

É ainda por de mais elucidativo das ajudas que PSD e PP continuam a dar ao PS o que, na passada quinta-feira, aconteceu na Assembleia da República, na votação do projecto de lei do PCP que, correspondendo a uma larguíssima reivindicação popular expressa no maior abaixo-assinado de que há memória desde há muitos anos, visava extinguir e proibir a iníqua taxa de activação imposta aos utentes pela Portugal Telecom com a benção e total cumplicidade do Governo do PS. O que aconteceu foi, pura e simplesmente, que com argumentos, pretextos e desculpas perfeitamente esfarrapados, o PSD e o PP abstiveram-se na votação do projecto de lei do PCP e assim permitiram que o voto contra do PS fosse bastante para chumbar o nosso projecto e, em consequência, manter essa gritante injustiça da «bandeirada» nos telefones.

Muitos portugueses devem porém estar lembrados que, aqui há algum tempo, quando os aumentos dos telefones foram discutidos pela primeira vez na AR, também por iniciativa do PCP, nessa altura o PSD e o PP, embora manifestamente a reboque da intervenção pública do PCP, também criticaram vivamente esses aumentos e a taxa de activação.

Mas, como muitas vezes tem acontecido, quando na quinta-feira, chegou a hora da verdade, ou seja quando chegou a hora de passar das palavras aos actos, o PSD e o PP preferiram fazer o frete ao PS em vez de atenderem as justas reclamações dos utentes, o PSD e o PP preferiram proteger a Portugal Telecom que coitadinha só teve 70 milhões de contos de lucros em 97 e por isso, pelos vistos, precisava de entrar ainda mais gravosamente nos bolsos dos portugueses (...)

Não nos deixaremos condicionar

Nós não somos cultores da liturgia das palavras e dos conceitos e muito menos pensamos que o carácter mais ou menos atractivo ou sedutor das palavras e dos conceitos cheguem para enfrentarmos com êxito os problemas que temos pela frente, para darmos resposta eficaz às necessidades que se colocam à intervenção do nosso partido, e para assegurarmos os avanços de apoio e influência que as nossas ideias e o nosso projecto efectivamente merecem.

Mas as palavras e os conceitos existem e não estamos dispostos a abdicar dos que consideramos justas e adequados só porque alguém decide envenenar o conteúdo que lhe damos, decide especular sobre o seu verdadeiro significado ou decide aplicar-lhes etiquetas que, quando não são simplesmente ridículas, são profundamente caluniosas.

Tudo isto para afirmarmos com toda a clareza e com toda a firmeza que não cedemos nem a chantagens políticas nem a chantagens semânticas.

Tudo isto para afirmarmos com toda a clareza e com toda a firmeza que nada nem ninguém nos deve impedir não só de, a respeito do nosso Partido, continuarmos a falar de renovação e de rejuvenescimento das suas fileiras, como sobretudo de prosseguir, aplicar e desenvolver as suas linhas de orientação que aprovámos na reunião do Comité Central de 14 e 15 de Fevereiro e que se inspiram, de forma indiscutível nas orientações que o colectivo partidário democraticamente elaborou e soberanamente aprovou aquando do nosso XV Congresso.



A Resolução Política aprovada pela 4ª Assembleia define as principais linhas de intervenção para os comunistas do Porto

Bem podem por isso alguns, fora do Partido, seja por ignorância seja por má-fé, continuar a querer confundir perversamente «renovação» com «refundação»; a querer confundir desonestamente «rejuvenescimento» com imaginárias rupturas ou ajustes de contas com o capital de experiência com que o Partido conta; a querer confundir legítimas e naturais diferenças de opinião com «contraposições» e lutas de «grupos»; e a querer confundir capciosamente o nosso firme propósito de tornar mais pronta e mais densa a nossa iniciativa política centrada nas nossas convicções e nas nossas propostas com pretensas «aproximações» a um PS voltado para a política de direita ou com delirantes predisposições nossas para aceitarmos qualquer prato de lentilhas.

E, por isso, rejeitando todas as pressões e manobras para que nos enredássemos estupidamente em suspeições e desconfianças e para que passássemos a gastar as nossas energias a lutar contra fantasmas, é necessário que em todo o nosso fraterno colectivo partidário continuemos sim a trabalhar para dar um novo impulso à organização, intervenção e afirmação política do PCP, tal como decidimos democraticamente e colectivamente.

Ao contrário do que às vezes parece decorrer de certos títulos e notícias na imprensa, o novo impulso que queremos dar ao Partido designadamente no plano da organização não resulta de que sejamos um partido menos organizado, com menos militância, menos presença e intervenção do que outros partidos. Porque a verdade é que, em todos esses aspectos, pedimos meças aos outros partidos portugueses.

Acontece, porém, é que se o PCP, como nesta Assembleia, fala dos seus problemas, dificuldades ou deficiências orgânicas com uma franqueza e uma transparência que ninguém mais usa no nosso país, é porque somos um partido diferente que avalia a sua organização e intervenção, não por critérios de comparação com outros, mas em função das suas específicas natureza e orientação, em função da sua distintiva forma de estar na vida política, em função das suas próprias necessidades, ambições e objectivos.

Repetimos: é dever de todos nós fazer fracassar a manobra que conduziria a que fossem as opiniões erróneas, ou os elogios envenenados ou as tentativas de divisão que os não comunistas e os anticomunistas dirigem para dentro do PCP a comandar e condicionar os juízos, as apreciações e os comportamentos dos comunistas.

Com a mais vasta mobilização das energias e capacidades dos militantes do partido, continuemos pois a trabalhar com audácia, para a renovação, rejuvenescimento e maior iniciativa e afirmação políticas que são essenciais para uma maior influência do nosso partido e para a vitória das suas causas.

Continuemos sim a trabalhar para o reforço do nosso partido, ou seja, para o reforço de um Partido Comunista Português que quer continuar a ser o que o seu honroso nome e a sua exaltante história exigem que seja, que quer continuar a ser um partido dotado de um projecto político transformador e revolucionário (e não um mero e fechado grupo de pressão ou um sindicato político), que quer continuar a ser um partido comunista (e não mais uma força rendida ao capitalismo e resignada às ideias e aos interesses dominantes), que quer continuar a ser um partido comunista português (e não um decalque de qualquer coisa que fosse estranha à sua própria história e trajectória de grande partido nacional com um papel marcante na vida de Portugal neste século XX), que quer continuar a ser um partido comunista português que, cioso do seu património e da identidade, procura, por isso mesmo, novas respostas para os novos problemas, que quer ser ainda melhor um Partido Comunista Português agregador das aspirações, das energias e das esperanças de todo um largo campo político e social susceptível de ser mobilizado e ganho para a construção de uma alternativa de esquerda.

SINTRA Câmara discrimina trabalhadores

É «totalmente inadmissível» - diz a Comissão Concelhia de Sintra do PCP - que os trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do concelho sejam obrigados a recorrer à greve para poderem ser equiparados aos da Câmara em direitos.

Quando se tratou, contudo, de entregar a presidência do conselho de administração dos SMAS a um técnico alheio ao elenco autárquico e ao município, a Câmara de Sintra não hesitou em activar esquemas orçamentais, denuncia a Comissão do PCP, solidarizando-se com a luta dos trabalhadores.

Desta discriminação «não andar longe o oculto desejo» de privatização deste serviço público, acusa por fim o PCP, condenando a postura do PS na CMS e lamentando que a população tenha de sofrer as consequências de uma luta evitável se fossem respeitados os direitos dos trabalhadores e dos municípios.

LISBOA Zona envolvente da Expo em debate

«Fazer o levantamento *in loco* dos problemas que atingem as populações» foi o objectivo da visita que o vereador da Câmara Municipal de Lisboa, António Abreu, membros da Assembleia Municipal e técnicos da CML e membros do PCP fizeram à Zona Oriental de Lisboa.

Na visita, que incidiu sobre as freguesias de Stª Maria dos Olivais, Marvila, Beato e S. João, foi possível a esta delegação tomar conhecimento das principais questões que nestas zonas se levantam em termos de habitação, acessibilidades, segurança, equipamentos desportivos, de lazer, de ensino, de saúde. Após a visita, realizou-se uma reunião na Voz do Operário de onde saiu um documento que servirá de base a um debate para discutir se a reconversão, recuperação e qualificação das zonas envolventes do parque da Expo irão continuar após o evento, se os planos integrados da malha de Chelas e do Vale de Chelas serão concretizados, a nova composição social e económica nesta área da cidade.

LISBOA PCP condena vandalismo

A «onda de violência e assaltos» que tem assolado Benfica merece da Comissão de Freguesia do PCP uma nota de protesto dirigida aos órgãos de soberania e às forças políticas que só em campanha eleitoral se encontram «activas».

«A insegurança continua na ordem do dia», em consequência «dos inúmeros problemas sociais que afectam as populações», dizem os comunistas, atentos à realidade e «elevando a sua voz» para exigir do Governo medidas que «ponham cobro a estes actos de vandalismo».

AÇORES Agenda 2000 ignora especificidades

A situação do sector agrícola e pecuário da Região, o regime de arrendamento rural e a troca de opiniões sobre medidas específicas a defender na futura adaptação do sistema fiscal neste sector foram questões discutidas na reunião realizada, no passado dia 14, entre delegações da Associação Agrícola de São Miguel e do PCP/Açores.

José Decq Mota, que chefiava a delegação do PCP, aproveitou a ocasião para manifestar as preocupações do partido pelo facto da Agenda 2000 quase ignorar as regiões ultraperiféricas e as suas especificidades e criticou o Governo Regional por não propor medidas específicas concretas para o sector agro-pecuário. Os Açores têm direito a produzir «de acordo com as suas potencialidades», defendeu o coordenador do PCP/Açores, acusando o Governo Regional de ter na agricultura um investimento muito abaixo do que havia prometido em campanha eleitoral. Considerando ainda que não se justificam as alterações que o PP pretende à lei regional do arrendamento rural, José Decq Mota mostrou-se satisfeito pela coincidência de opiniões que neste aspecto existem entre o PCP e a Associação Agrícola de São Miguel.

EMIGRAÇÃO Boletim informa e esclarece

Uma intensa actividade tem marcado a acção do PCP na Emigração, como se pode ver pelo boletim informativo de Abril desta organização, o «Emigração».

A campanha de recenseamento eleitoral, as alterações ao Código Penal (visando proteger trabalhadores destacados), a falta de diálogo sobre o novo Regulamento Consular, a campanha de fundos em curso na Emigração, são alguns dos temas abordados num boletim que toca praticamente todas as questões importantes para os emigrantes portugueses.

Mas não é só o sector da Emigração que em Abril lançou o seu boletim. Também a Organização do PCP nas empresas da Cidade de Lisboa trata em boletim - «O Solidário» - as lutas de empresas como as EFFA's, a Auto Dinis, a Lisnave ou o sector Químico e Farmacêutico, e o mesmo se passa com a organização da Zona Oriental de Lisboa que, no «Lisboa Oriental», agarra alguns dos principais problemas da zona.



ALPIARÇA

Plenário discute reforço orgânico

Integrado nas medidas de reforço orgânico do Partido, realizou-se, no passado sábado, um plenário da organização de Alpiarça com a presença de 70 militantes.

No plenário foi apreciada e discutida a situação do concelho e as tarefas do Partido, agendando-se para Outubro a Assembleia de Organização Concelhia. Do calendário de trabalho aprovado constam um almoço comemorativo do 25 de Abril, um debate sobre a vida e luta do PCP, a 23 de Maio, com a presença de Álvaro Cunhal, e uma iniciativa em Junho evocativa do 40º aniversário das lutas de 1958 no concelho de Alpiarça.

MONTEMOR-O-NOVO

Barragem ainda por construir

«A construção da Barragem dos Minutos é um projecto decisivo para a criação de emprego, para o abastecimento público de água e para o desenvolvimento de Montemor-o-Novo e da Região», defende o Plenário de Quadros do PCP reunido no passado dia 17.

A própria Assembleia da República o reconheceu por unanimidade quando da discussão da petição requerida por mais de seis mil assinaturas, afirmam ainda os comunistas. O Governo continua, porém, a adiar uma decisão, admitindo publicamente que poderia «optar pelo abandono da valia agrícola ou mesmo pela não construção da Barragem».

Assim, exigindo do Governo que inicie sem demoras a construção da Barragem dos Minutos - que não pode ser amputada ou diminuída da componente de rega -, o plenário de quadros do PCP apela aos montemorenses para que reforcem as suas acções pela construção da barragem, saudando todos os que têm lutado para torná-la uma realidade.

AMADORA

Gestão PS lesa moradores

Como legado da sua gestão na Câmara da Amadora, a CDU deixou em andamento o projecto de Recuperação da Falagueira: concurso de ideias feito, projecto-base aprovado, apoios comunitários e outros necessários à execução do projecto já negociados.

Entretanto, por atrasos impostos pela actual gestão do PS, o projecto de execução da obra - cuja concretização estava prevista até final de Abril - não se sabe quando estará pronto, levando ao atraso das restantes fases da obra que, assim, muito provavelmente não se iniciará este ano.

Em causa estão, pois, não só os 50 mil contos orçamentados (metade em fundos comunitários) como o montante global do projecto (330 mil contos), com a perda dos 165 mil contos já concedidos mas dependentes da execução da obra, denunciando as Comissão de Freguesia da Falagueira e de S. Brás do PCP.

Também em relação ao realojamento dos moradores da Ribeira da Falagueira nos terrenos do Casal da Silva, o presidente do PS Joaquim Raposo quer adiá-lo, com isso lucrando apenas os especuladores imobiliários, com os olhos postos nos terrenos dada a sua proximidade com a futura estação de Metro da Falagueira. A não concretizar-se o realojamento isso vai também impossibilitar a Recuperação da Ribeira e a construção do Parque Urbano, nomeadamente dos dois terços Sul do projecto!

AÇORES

SATA mantém voos irregulares

Face à irregularidade de voos da SATA, o deputado regional do PCP, Paulo Valadão, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, apresentou sobre a mesma questão requerimento ao Governo Regional. O deputado comunista quer saber com urgência se neste momento existem condições para que a SATA resolva a «situação de falta de transporte de pessoas e mercadorias das Flores para o exterior» e que medidas pensa o Governo implementar para que estas situações não se agravem. Designadamente tendo em conta a previsível melhoria do tempo, portanto de «um cada vez maior afluxo de passageiros de e para as Flores», e um acréscimo na captura de pescado, valorizado se o seu transporte se fizer em condições de uma exportação de «peixe refrigerado».

Porto

Despesismo eleitoral agrava dívida dos SMAS

Em conferência de imprensa realizada na passada semana, os comunistas divulgaram uma análise à conta de gerência e relatório de actividades da gestão camarária do Porto, em 1997.

O documento veio confirmar apreciações anteriores do PCP, designadamente no que se refere à inflação das previsíveis receitas para justificar promessas de investimentos irrealizáveis.

A DOCP denunciou ainda um «facto novo» que foi a utilização do património dos SMAS com claros objectivos eleitorais. Assim às receitas normais de 22 milhões de contos da Câmara Municipal do Porto foram adicionados cinco milhões vindos dos Serviços Municipalizados e que na respectiva conta aparecem como dívida à Empresa das Águas do

Douro e Paiva, que terá adiantado esse valor aos SMAS, na sequência do contrato-promessa de alienação da empresa. Em resultado, os SMAS viram a sua receita de curto prazo agravada naquele montante.

Os comunistas constatarem assim que além da inflação das receitas do orçamento em mais de 7,6 milhões (dos 38,8 milhões de contos previstos como receitas apenas foram recebidos 27,2 milhões de contos, incluindo os tais cinco milhões dos SMAS), ainda ficaram por concretizar 5,2 milhões dos mais de 14 milhões de contos de investimentos prometidos.

Mais grave, afirma o PCP, é o facto de não só os SMAS terem perdido património como os cinco milhões de contos que foram transferidos para a Câmara não terem sido sequer utilizados para dotar a cidade de uma melhor rede de saneamento, nomeadamente a ligação dos bairros ilhas municipais à rede municipal de esgotos. Em 1997, dos 4,6 milhões de contos previstos para investimentos, apenas se concretizaram 2,7 milhões, incluindo cerca de um milhão com o início da construção da ETAR do Freixo.

Entretanto, algumas receitas resultam de aumentos muito acentuados de taxas e licenças como são exemplo as taxas relativas à ocupação da via pública, com um crescimento de 20 por cento; relativas à publicidade,

agravadas em 13,8 por cento; e as taxas e licenças aos particulares, com crescimento de 16,2 por cento, devido exclusivamente à receita proveniente dos resíduos sólidos.

A DOCP conclui que «a CDU tinha razão quando votou contra estes aumentos por serem muito exagerados» e, sublinhando que «esta não é a solução para a falta de financiamento das autarquias», defende o aumento significativo do FEF a transferir para os municípios, e o cumprimento das promessas feitas ao Porto durante a campanha eleitoral do PS. «Não se receberam 4,1 milhões de contos de fundos comunitários, nem 800 mil contos de participações esperadas da Administração Central», recordam os comunistas.

4ª Assembleia da Zona Centro de Lisboa

Envolver mais militantes reforçar organização

Reforçar o Partido, afirmar e defender os direitos dos trabalhadores e residentes dos bairros históricos são objectivos que estão na base da Resolução Política aprovada pela 4ª Assembleia de Organização da Zona Centro da Cidade de Lisboa, realizada no passado fim-de-semana.

A Assembleia procedeu ao balanço do trabalho realizado, definiu metas para o reforço da organização e uma nova estrutura para a Zona, elegeu um novo organismo de direcção.

Marcada politicamente por dois factos - as eleições autárquicas de Dezembro de 1997 e a política negativa do Governo PS -, a reunião magna dos comunistas da zona centro de Lisboa, depois de analisar a situação, decidiu prosseguir e afirmar o seu projecto autárquico (reconhecido na votação obtida pela CDU) e combater a política de direita do Governo socialista.

Das várias intervenções, abordando formas de organização e organismos necessários, resultou a conclusão de que deve caber ao Organismo de Direcção decidir em cada

momento o que melhor serve o reforço das organizações de base, a sua ligação à população e o envolvimento do maior número de militantes na vida do Partido.

O Organismo de Direcção - que deve assumir-se como tal - deverá ter, por sua vez, um Secretariado da Zona com uma composição restrita que permita a ligação aos organismos intermédios e áreas de trabalho. Cabe a este dirigir o trabalho diário, constituindo sempre que necessário organismos de carácter permanente ou eventual a si ligados.

A direcção de trabalho prioritária definida pela 4ª Assembleia da Zona Centro de Lisboa aponta para o reforço dos três organismos intermédios criados - Alfama/Baixa, com sete freguesias; Castelo/Mouraria/Santana, com sete freguesias; Bairro Alto/Bica, com cinco freguesias. Sendo que deverá articular-se com a «continuação e desenvolvimento de outras formas de integração orgânica dos membros do Partido», como o plenário de militantes da zona e

iniciativas culturais, de convívio e outras.

O recrutamento, a efectiva cobrança de quotas e a necessidade de enquadramento de activistas sociais sem filiação partidária, foram outras importantes

questões discutidas pela Assembleia, que aprovou ainda um extenso programa de acção virado para a participação das populações na resolução dos problemas e pela aceleração do processo de reabilitação urbana.

Holanda

Lei de retorno finalmente alterada

A organização do PCP na Holanda regozija-se com a aprovação pelo parlamento holandês das alterações à lei de retorno, nomeadamente por passar a incluir os imigrantes originários dos países do sul da Europa membros da União Europeia. Esta é, sem dúvida, uma vitória da unidade entre várias comunidades imigrantes que numa acção concertada e de persistência viram satisfeitas, no essencial, as suas justas reivindicações.

Esta é também uma vitória da comunidade portuguesa na Holanda, na luta por uma reivindicação pela qual muitos lutaram e acreditaram ser possível: a inclusão da comunidade portuguesa na lei de retorno que até aqui o Governo holandês sempre havia recusado.

Ainda há bem pouco tempo assistimos às declarações irresponsáveis do sr. secretário de Estado das Comunidades Portuguesas recusando apoiar a comunidade nesta luta, exactamente pelas mesmas razões do Governo holandês, ou seja, a pretexto do estatuto de cidadão europeu. A comunidade portuguesa teve assim a oportunidade de constatar que, entre defender a comunidade portuguesa ou apoiar as medidas do Governo holandês, o Governo português escolheu esta última posição.

Quer dizer, o PS, que enquanto oposição ao Governo do PSD criticava o abandono e a falta de apoio aos emigrantes, agora no governo trata de maneira idêntica ou pior estes assuntos.

CAMARADA FALECIDO

Herculo Carlos Pessoa

Com 87 anos de idade, faleceu recentemente o camarada Herculo Carlos Pessoa, aposentado, militante do Partido desde a clandestinidade. Militou no Sector Público da ORL, membro da célula dos CTT.

Aos familiares e amigos do camarada falecido, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

TRABALHADORES

Pina discrimina

Apesar de reunir regularmente com o núcleo do PS na EDP, o ministro da Economia declarou que não está disponível para receber a estrutura sindical de maior representatividade entre os trabalhadores das empresas do grupo, denunciou na semana passada a FSTIEP/CGTP, que desde Junho tenta expor ao Governo os «fortes motivos de preocupação» existentes e que têm a ver com as consequências da política de privatização e a negociação do acordo colectivo de trabalho para o sector eléctrico. A federação decidiu procurar, novamente, a intervenção do primeiro-ministro, a quem entregou, em Junho, uma carta-aberta aprovada em plenários de trabalhadores.

Desempregados

Para uma das entradas da EDP, em Sines, foi convocada para a passada segunda-feira uma concentração de trabalhadores desempregados deste concelho e de Santiago do Cacém. Esta acção do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul e das estruturas locais da CGTP teve por objectivo protestar contra o facto de muitos dos desempregados de Sines e Santiago, «que diariamente apanham as poeiras e gases do Complexo», não terem sido contemplados no recrutamento de «algumas centenas de trabalhadores, que vieram de vários pontos do País e até do estrangeiro», para os trabalhos de reparação em curso na central eléctrica. Por este motivo, os desempregados, refere uma nota do sindicato, «ficaram à porta da empresa, à espera que os empreiteiros, utilizando o estilo antigo da "praça de jorna", os venham convidar a baixo preço».

Indemnizações

O pessoal da Companhia Redes de Pesca, que ficava situada onde foi construído o Centro Cultural de Belém, decidiu realizar anteontem uma acção de protesto frente à Canha & Macedo, para reivindicar indemnizações por perda dos postos de trabalho. O Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuários do Sul, numa nota de imprensa, refere que os trabalhadores apenas receberam os salários em atraso, na altura da expropriação da companhia, há nove anos, para a construção do Centro Cultural de Belém. A empresa, que ainda não foi dada como falida, recebeu cerca de 117 mil contos pela expropriação, mas desencadeou uma acção judicial para que este montante aumente substancialmente. A maioria dos trabalhadores esteve ao serviço da empresa cerca de 30 anos e pretende que esse tempo de trabalho seja devidamente compensado através de indemnizações por antiguidade.

Unidade, determinação e luta trazem resultados

Governo aceita calendário de negociações com a Fenprof

O Ministério da Educação deu anteontem o primeiro passo para fazer jus ao compromisso, que assumiu há ano e meio, de apresentar a sua proposta sobre a nova estrutura da carreira docente e a revisão da grelha salarial.

Anteontem à tarde, a Federação Nacional dos Professores levou a cabo a primeira acção, de um conjunto destinado a contrariar os sucessivos adiamentos a que o ME vem sujeitando a apresentação da proposta de revisão e revogação do DL 409/89. Segundo a presidente da comissão negociadora que representa Marçal Grilo nas reuniões com a federação, a proposta deveria ser entregue «em meados de Abril, para as negociações se iniciarem antes de 10 de Maio».

A Fenprof decidira, a partir de dia 21, apresentar diariamente uma delegação no ME, exigindo uma reunião com os responsáveis ministeriais para que estes apresentassem um documento para negociação. Caso tal não se verificasse, teria lugar uma vigília no dia 30, que a federação definira como «o início de uma luta que se agudizará durante o mês de Maio».

Logo no primeiro dia, relata uma nota da Fenprof, verificaram-se «algumas dificuldades para a concretização da reunião exigida», mas os representantes dos profes-

sores acabaram por ser recebidos pela presidente e outros elementos da comissão negociadora do ME.

Na reunião acabaram por ficar marcadas novas sessões para amanhã e para dia 30; até esta data, o ME fará entrega da sua proposta; a primeira reunião negocial terá lugar a 10 de Maio. A Fenprof — que suspendeu as deslocações diárias ao ME — vai colocar na mesa as suas propostas de contagem integral do tempo de serviço de todos os docentes, redução da carreira para 25 anos e definição de nova grelha salarial.

Reafirmando a disponibilidade para lutar por estes objectivos, a Fenprof adianta que, «caso o calendário aprovado não seja respeitado, promoverá uma vigília/cordão humano junto ao ME e aprovará um plano de acções que se prolongará para além do seu 6º Congresso», marcado para 15 de Maio.

Carris parou

Até a administração da Carris reconheceu a forte adesão que teve

a greve de terça-feira, que paralisou a maior parte dos autocarros e eléctricos da transportadora lisboeta. Em causa estão os aumentos salariais para o corrente ano, particularmente no que toca a diuturnidades (existem na empresa dois tipos de diuturnidades, que os sindicatos da Festru/CGTP querem unificar). Nos plenários realizados durante a paralisação, ficou marcada nova greve para 4 de Maio.

Também para anteontem foi convocada greve, durante o segundo período de trabalho, na EPAL, «como resposta à intransigência da

empresa na negociação do Acordo de 1998, tentando impor baixos salários e não respondendo às legítimas reivindicações dos trabalhadores», informou o Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa.

No plenário realizado no Porto há uma semana, os trabalhadores da Auto-Sueco marcarão novas paralisações para amanhã e segunda-feira, acompanhadas de «acções públicas junto da população, dos clientes e da comunicação social».

Entraram em greve, por dois dias, na passada quinta-feira, os

trabalhadores da AZAI, fábrica do grupo Tudor situada na Azambuja. Segundo o organismo de empresas concelhio do PCP, a administração da Tudor não mostrou qualquer indício sério de que negociasse com os trabalhadores o caderno reivindicativo que estes, pela primeira vez, apresentaram. Como razão fundamental desta luta surgem as grandes diferenças entre os salários praticados na AZAI e nas outras empresas do grupo, nomeadamente na fábrica de Castanheira do Ribatejo.



O índice de adesão à greve da Carris, apontado pelos sindicatos em 90 por cento, foi também admitido pela administração

Há chamadas por apagar no incêndio do Chiado

Poucos dias antes de ser noticiado um negócio de milhões de contos com a venda dos Armazéns do Chiado, ainda por reconstruir, os trabalhadores da zona incendiada há quase dez anos deslocaram-se à residência oficial do primeiro-ministro para protestar contra o facto de serem a única parte que não viu reconhecidos os seus direitos.

«Tudo foi recuperado, menos o património mais válido, que são os trabalhadores», disse à Agência Lusa um dirigente do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços. Dos 1117 trabalhadores que ficaram sem emprego no dia 25 de Agosto de 1988, cerca de 150 não voltaram a encontrar trabalho e já deixaram de receber o subsídio de desemprego, explicou Félix Pinho.

O documento, entregue dia 15 em São Bento, reivindica a afectação de uma parcela dos cem milhões de contos do fundo especial para a reabilitação do Chiado ao pagamento de indemnizações aos trabalhadores lesados pelo incêndio. O prazo para apresentação de candidaturas àquele fundo terminou «sem ser utilizado pelos empresários, que recorreram a outros mecanismos de financiamento» afirmou o dirigente sindical, adiantou que foi aberto um precedente para tal medida, pela publicação oficial de «um diploma que atribui aos trabalhadores despachantes os direitos que reivindicamos para os do Chiado». Além das indemnizações pela perda do emprego, os trabalhadores reivindicam a reavalia-

ção e revalorização das carreiras contributivas para a Segurança Social, o acesso a reformas antecipadas e a preferência de admissão nas empresas instaladas na zona do Chiado.

O sindicato sublinha o facto de que, no debate parlamentar de uma petição sobre o problema, no final de Março, «os vários grupos parlamentares confirmaram as razões da luta desenvolvida».

Grandes ilegais

Numa reunião com o Inspector Geral do Trabalho, sexta-feira passada, o CESP/CGTP denunciou «a violação generalizada dos direitos dos trabalhadores

em grandes empresas, que constituem grandes grupos económicos a operar em todo o País». O sindicato, numa nota divulgada à imprensa, aponta o abuso do trabalho precário e a tempo parcial nas cadeias de super e hipermercados (Continente, Modelo, Intermarché, Ecomarché, LIDL, etc.), a «precariedade ilegal», em empresas como a Lusoponte e a Electroliber, e o trabalho temporário na Brisa.

Segundo o CESP, o Inspector Geral do Trabalho «foi receptivo aos problemas graves levantados» e a IGT «vai desenvolver acções».



Ao fim de quase dez anos, os trabalhadores continuam a reclamar os seus legítimos direitos e o cumprimento das medidas prometidas pelo Governo

TRABALHADORES



O pessoal das autarquias exige do Governo o cumprimento do Acordo de 1996 e a concretização das promessas eleitorais do PS

Administração Local insiste na luta

Promessas eleitorais não cumpridas e um acordo «histórico» por concretizar levaram o STAL e o STML a promover uma série de acções dirigidas ao primeiro-ministro, à Assembleia da República, ao Conselho de Ministros, ao ministro da tutela e seu secretário de Estado.

Entre terça e sexta-feira da semana passada, centenas de representantes dos trabalhadores das autarquias deslocaram-se à residência oficial de António Guterres e ao Parlamento, à presidência do Conselho de Ministros e ao Terreiro do Paço. Daqui seguiram em «cordão humano» até ao ministério dirigido por João Cravinho, na Rua de São Mamede, ao Caldas.

Aos diferentes destinatários foram entregues cartas que expõem o fundamental dos motivos de indignação entre os trabalhadores e que afirmam a disponibilidade de prosseguir a luta, caso o Governo continue a não dar resposta aos problemas colocados. O STAL admitiu expressamente a realização de «uma grande jornada de luta» em Maio.

Em todas as missivas são referidas as questões do salário mínimo (que se mantém, na Administração Pública, inferior ao valor nacional), do suplemento de risco, das carreiras profissionais e dos baixos salários.

Contrariando as declarações oficiais, os sindicatos afirmam, no ofício dirigido ao Conselho de Ministros, que ainda há trabalhadores de autarquias com um vencimento de 49 800 escudos, infe-

rior ao salário mínimo nacional. E lembram que «somos os trabalhadores mais mal pagos deste país e desta Europa», «há um acordo assinado e não cumprido», «das promessas eleitorais aos actos praticados ficou apenas o que se disse e não fez» e «há quem se queira livrar de responsabilidades conferidas pelos eleitores, colocando a gestão de serviços essenciais nas mãos de quem apenas pretende amealhar mais alguns milhões».

Ao primeiro-ministro, os sindicatos lembram as afirmações e compromissos públicos que antecederam a chegada ao poder, citando mesmo as críticas de Guterres ao acordo firmado pela UGT com o último Governo de Cavaco e a exigência de aumentos salariais superiores a 6,5 por cento por parte do então dirigente e candidato do PS.

Os escandalosos atrasos do Governo no cumprimento do acordo assinado em 1996 com os sindicatos da Frente Comum, de que fazem parte o STAL e o STML, merecem veemente condenação. Os sindicatos demonstram particular indignação pelo facto de, contra a palavra dada pelo ministro-adjunto, o Governo estar a preparar-se para retardar a revisão de

carreiras da administração local, levando à AR apenas os projectos relativos à administração central.

Mafra

Teve uma adesão de 96 por cento, segundo a direcção regional de Lisboa do STAL, a greve realizada na passada sexta-feira pelos trabalhadores da CM de Mafra requisitados na Compagnie Générale des Eaux no concelho. A greve, que incluiu a recusa de horas extraordinárias no fim-de-semana, foi convocada depois de dois anos de espera pelo cumprimento de medidas acordadas e fixadas num protocolo, cuja celebração a CGE tem vindo a protelar. O pessoal ao serviço da concessionária dos Serviços Municipalizados de Mafra exige ainda horário idêntico ao dos trabalhadores da Câmara, entre outras reivindicações.

Lisboa

O endurecimento da luta dos trabalhadores da CM de Lisboa «na defesa dos seus direitos e contra a privatização de serviços públicos» é a consequência que terá para o STML a continuação de «uma política de engorda do privado», que mais uma vez o sindicato condenou publicamente, numa nota em que protesta contra a imposição de «uma taxa inacessível» para a utilização do Parque de Campismo Municipal.

Ex-emigrantes discriminados

«Uma vez mais, os ex-emigrantes foram discriminados pelo Governo», protesta o Sindicato dos Metalúrgicos de Coimbra e Leiria, num comunicado em que denuncia o facto de os serviços da Segurança Social não estarem a aplicar, aos antigos emigrantes em países que hoje integram a União Europeia, uma actualização extraordinária de pensões estabelecida no final do ano passado.

O sindicato recorda que a muitos ex-emigrantes foram atribuídas «miseráveis reformas, pelo tempo que trabalharam e descontaram em Portugal», situação que motivou uma luta, a partir da Vieira de Leiria, em 1991, que culminou com a consagração do direito à pensão mínima.

«Volvidos seis anos, constatamos que o actual Governo voltou a esquecer estes portugueses», quando os deixou de fora na Por-

taria 1239/97. Segundo esta, publicada a 16 de Dezembro, tinham direito a uma actualização extraordinária os pensionistas com mais de 65 anos de idade, uma carreira contributiva de, pelo menos, 24 anos, e uma pensão inferior aos salário mínimo nacional. Estas condições são preenchidas pelos ex-emigrantes, afirma o sindicato, pelo que a discriminação «nem sequer resulta da lei» e deve ser corrigida.

NACIONAL

JCP

Balanço de actividades e novas iniciativas

Em diversos pontos do País, os jovens comunistas têm vindo a fazer um balanço da actividade realizada, a definir direcções de luta e promover novas iniciativas.

JCP/Algarve A actualidade do Manifesto

Em Braga, cerca de 30 quadros da JCP discutiram, no passado sábado, a situação da Juventude no distrito, a actividade da organização, os projectos para o futuro, tendo sido definidos como objectivos a criação de colectivos de Estudantes do Ensino Secundário e de Jovens Trabalhadores, no plano distrital e de colectivos concelhios em Barcelos e Esposende.

Foi igualmente definida uma linha de iniciativas de afirmação da JCP, com o objectivo de contactar 10.000 jovens do Distrito.

No Encontro – que contou com a presença de Dias Lourenço – foi ainda eleita a Comis-

são Distrital da JCP, que conta com 8 jovens trabalhadores e trabalhadores-estudantes, 10 estudantes do ensino secundário e 7 estudantes do ensino superior, englobando jovens de 6 concelhos.

No documento aprovado, de par de um breve levantamento dos problemas que afectam os jovens, quer ao nível do ensino quer do trabalho, é abordada a actividade da JCP, nomeadamente no que respeita às iniciativas que têm vindo a ser implementadas, em particular o esforço para criar espaços de convívio e confraternização, e o apoio às lutas de estudantes e trabalhadores.

Aproveitando as datas do 25 de Abril e do 1º de Maio, a JCP/Algarve vai lançar uma campanha de propaganda, com o objectivo de assinalar e comemorar os 150 anos da publicação do Manifesto Comunista.

A campanha inclui pintura de murais dedicada ao tema, o lançamento de uma t-shirt com gravuras alusivas e uma edição especial do boletim *Algarviada*.

Neste boletim, a JCP/Algarve lança o desafio de «cada um pensar por si mesmo e rejeitar a propaganda do pensamento único, que apresenta um capitalismo novo que é velho, que apresenta o comunismo historicamente novo como velho».

CDU/Madeira

Educação em debate

“Perspectivas para uma nova política educativa” foi o tema do Encontro realizado sábado passado numa unidade hoteleira do Funchal, e que se enquadra no projecto político da CDU, “Nova política, novo desenvolvimento”, que visa a definição de outras prioridades para o desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira.

Este Encontro foi antecedido por uma semana de intensos contactos com organismos ligados à Educação, nomeadamente órgãos directivos de escolas, o Sindicato dos Professores da Zona da Madeira, e com alunos.

Paulo Sucena, secretário-geral da Fenprof, que participou nesta iniciativa, referiu-se nomeadamente à proposta a ser abordada no próximo congresso da Federação, de alargamento do ensino obrigatório até ao 12º ano de escolaridade e à questão da democratização do ensino.

No documento distribuído durante a iniciativa – Orientações para uma outra política educativa – aposta-se numa Escola pública para todos e de

elevada qualidade, e referem-se alguns tópicos, numa perspectiva de mudança do sistema educativo:

- Maiores dotações orçamentais
- Uma autêntica Reforma, com transformação dos programas, currículos e avaliação
- Redimensionamento da rede escolar – humanização da escola
- Apetrechamento técnico-pedagógico – escola de aprendizagens
- Direcção e gestão democrática
- Mais autonomia pedagógica
- Uma Acção Social Escolar muito forte – medidas de discriminação positiva
- Rede pré-escolar universal, gratuita e de qualidade para todos
- Criação de condições para o cumprimento da escolaridade obrigatória
- Plano de alfabetização
- Forte aposta no ensino recorrente, de forma a criar segundas oportunidades
- Qualificação profissional.

Junta Metropolitana de Lisboa contra redução de Fundos Estruturais

A Junta Metropolitana de Lisboa, em reunião realizada quinta-feira passada, aprovou por unanimidade uma moção sobre a aplicação dos Fundos Estruturais da União Europeia, apresentada pela presidente da Câmara de Almada.

Em causa está – como é referido na moção – a aprovação pela Comissão Europeia de propostas de regulamentação para os Fundos Estruturais onde se prevê “a redução do acesso e exclusão de algumas regiões, designadamente no caso português a Região de Lisboa e Vale do Tejo”.

Os autarcas contestam esta decisão, sublinhando que constitui “uma profunda injustiça para a Região no seu conjunto, tendo em conta os legítimos interesses económicos, sociais e ambien-

tais em presença, bem como o enorme esforço que entidades públicas e privadas têm vindo a desenvolver e se têm preparado para prosseguir” e apelam ao governo para uma “intervenção enérgica” em defesa dos interesses da Região.

Morreu Maximiano Silva

Faleceu António Maximiano Silva, velho lutador e democrata do Porto, dias após ter festejado os 100 anos.

Por ocasião desse aniversário, sábado passado, Maximiano Silva foi alvo de uma calorosa homenagem de inúmeros amigos e companheiros de luta, na Cooperativa Árvore. Uma iniciativa em que participou Sérgio Vinagre, do Sector Intelectual e da DORP do PCP.

Maximiano Silva era membro da ID – Associação Intervenção Democrática, tendo participado intensamente na luta de resistência anti-fascista. Foi fundador da Unicepe – Cooperativa Livreira dos Estudantes do Porto e era membro activo da Casa-Museu Abel Salazar.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Sistema eleitoral hoje em debate

O sistema eleitoral ocupará a sessão plenária de hoje da Assembleia da República. Em debate estarão diplomas subscritos pelo PSD (o primeiro a avançar com uma iniciativa legislativa sobre a matéria), Governo e PCP. Diferenças profundas separam os textos. Enquanto PSD e Governo têm em comum a defesa dos círculos uninominais, esta é, para o Grupo comunista, uma questão que lhe merece a mais profunda discordância.

Do mesmo modo é para si inaceitável qualquer redução do número de deputados, como propõe o PSD, e em relação à qual ainda não é seguro que a mesma não venha a ser aceite pelo PS.

Na base da sua oposição aos círculos uninominais está o entendimento de que mesmo sendo estes de candidatura e não afectando a conversão de votos em mandatos, afectam, todavia, o número de votos a converter, sendo igualmente claro que o objectivo essencial, como recentemente alertou em conferência de imprensa Luís Sá, membro da Comissão Política, "é bipolarizar artificialmente os comportamentos eleitorais e, acima de tudo, favorecer o partido do poder".

O projecto de lei do PCP, por sua vez, partindo do reconhecimento de que a aproximação geral dos deputados aos eleitores carece efectivamente de ser melhorada, visa no seu conjunto reforçar a proporcionalidade do sistema eleitoral para a Assembleia da República.

Trata-se, em suma, de dar uma contribuição construtiva para fazer corresponder melhor o número de deputados eleitos por cada partido ao número de votos que efectivamente receberá. Por outras palavras, tornar a democracia mais representativa, fortalecendo simultaneamente o "princípio da igual eficácia de voto dos cidadãos, independentemente dos partidos que apoiam ou escolhem".

Entre as propostas constantes no articulado do projecto do PCP, destaque para a que prevê a criação de um círculo nacional de 50 deputados - como elemento de correcção adicional da proporcionalidade -, bem como para a que define como círculos eleitorais do Continente as oito regiões administrativas já aprovadas na Assembleia da República, em substituição dos actuais dezoito distritos.

Destaques merecem ainda a proposta que substitui o método de Hondt, como critério na repartição dos deputados pelos círculos regionais, pelo método do quociente simples e maior resto. Com esta alteração, pretende-se beneficiar os círculos de menor dimensão e pôr fim à situação que tem prejudicado o interior do País e favorecido os maiores círculos.

Taxa de activação dos telefones
PS e direita não quiseram reparar
uma medida abusiva e injusta

Ao inviabilizar o projecto de lei do PCP que propunha a revogação imediata de taxa de activação introduzida pela Portugal Telecom, o PS perdeu uma soberana oportunidade de emendar a mão e corrigir definitivamente uma medida iníqua que atinge sobretudo os utentes residenciais.

Em debate na passada semana, o diploma comunista obteve apenas o voto favorável dos seus subscritores e do PEV e o voto contra da bancada socialista. PSD e PP, ao absterem-se, impediram a passagem do projecto de lei, revelando com a sua atitude uma total falta de coerência com posições anteriormente assumidas. Ao darem "o dito por não dito, à boa maneira do Partido Socialista", estes partidos tomaram uma "opção política clara" que, no entender de Octávio Teixeira, líder parlamentar do PCP, só pode corresponder à intenção de "favorecer e apoiar o Governo" ou a "uma estratégia do «quanto pior... melhor»". Seja ela qual for, concluiu, é sintomática de que "nada os impede de sacrificar os direitos dos consumidores às suas táticas políticas".

O que estava em causa, pois, na perspectiva da bancada comunista, era precisamente a correcção desta grave situação que penaliza fortemente os consumidores e que motivou um amplo movimento de protesto popular, que, entre outras expressões públicas, deu origem a um abaixo-assinado que recolheu já mais de 105 mil assinaturas de cidadãos de todo o País.

Do que se tratava, por conseguinte, face à reiterada teimosia e insensibilidade do Governo e da Portugal Telecom, que se recusaram a reconhecer a justiça do protesto popular, era de pôr cobro a uma "taxa socialmente injusta, economicamente injustificável e legalmente insustentável".

Que assim é demonstrou-o Octávio Teixeira ao exemplificar como esta "taxa de activação" penaliza as chamadas telefónicas de menor duração, atingindo directamente a "faixa de utilizadores que deveria estar mais protegida pela função social das telecomunicações". Pronunciando-se sobre um estudo apresentado pela Portugal Telecom na véspera do debate, em si mesmo de duvidosa isenção e imparcialidade, Octávio Teixeira observou que o mesmo reconhece que 26,3 por cento dos clientes residenciais tiveram aumentos de preços superiores a 2 por cento e que 73,7 por cento tiveram uma variação de preços igual ou inferior a 2 por cento.

Mas o que é verdadeiramente significativo, como tratou de chamar a atenção o líder da bancada do PCP, é que o presidente da Portugal Telecom nada tenha dito, como seria de esperar, sobre a percentagem de clientes residenciais que, com o novo

tarifário, beneficiaram de uma baixa de preços. Neste capítulo - e aqui, sim, afigurar-se-ia óbvio que o fizesse -, nada foi tornado público, o que não deixa de ser sintomático, tanto mais que a Portugal Telecom propagandeou no início do ano que da reestruturação do sistema tarifário por si incrementada resultaria uma redução média de 5,2 por cento.

Explicadas por Octávio Teixeira foram, noutro plano, as razões pelas quais a bancada comunista entendia que era des-

tituída de sentido qualquer recomendação ao Governo com vista a cessar a taxa de activação, como propôs o PP em projecto de resolução. Dado o percurso já percorrido e o objectivo visado - acabar com a taxa de activação injusta e ilegal - "não há mais lugar a recomendações mas apenas a sua revogação", sublinhou, lembrando ser essa a "única via possível, neste momento, para garantir eficazmente os direitos dos consumidores".

Desmontados pelo presidente da formação comunista foram ainda os argumentos invocados pelas restantes forças com assento parlamentar quanto a uma eventual inconstitucionalidade do projecto de lei do PCP, tese que foi acolhida pelo relator da Comissão parlamentar de

Assuntos Constitucionais no relatório por si elaborado.

Trazendo à colação a Convenção de Preços celebrada entre o Instituto de Comunicação de Portugal, a Direcção Geral do Comércio e da Concorrência e a Portugal Telecom, na qual se define o quadro geral aplicável aos serviços de telecomunicações, Octávio Teixeira fez notar que nesse quadro são definidos os conceitos de «taxa de instalação», de «taxa de assinatura» e de «impulso», mas não é definido nenhum conceito de «taxa de activação».

"A Convenção, que define dezenas de conceitos, incluindo todos os que respeitam aos preços passíveis de cobrança pela concessionária - observou - não integra o conceito de «taxa de

activação», nem permite, directa ou indirectamente, preços mais elevados para o primeiro impulso, já que este conceito é definido na Convenção como «unidade de medida utilizada para o cálculo do preço de uma comunicação telefónica, consoante a sua duração, bandas horárias e zonas de comunicação».

Nesta medida, dada a transgressão daqueles instrumentos contratuais por parte da Portugal Telecom, por um lado, e a inércia do Governo em repor a legalidade e a transparência, por outro, não restava outra via - e este foi o ponto de vista defendido pelo PCP - que não fosse a intervenção da Assembleia da República "para defender os legítimos direitos e interesses dos utentes dos serviços telefónicos".



A comparação de facturas em que foi aplicado o tarifário de 1997 e 1998 revela que em quase todas elas se verificaram aumentos de preços, segundo a DECO

Comissão de Utentes
garante que os protestos
vão continuar

Em simultâneo com debate na Assembleia da República em torno do projecto de Decreto-Lei apresentado pelo grupo parlamentar do PCP, visando declarar ilegal a "taxa de activação" nas chamadas telefónicas, a Comissão de Utentes entregou as cerca de 60 mil novas assinaturas de utentes, perfazendo um total superior a 110 mil subscritores da Petição contra a taxa - o maior abaixo-assinado de sempre da democracia portuguesa.

O projecto apresentado pelo PCP não foi aprovado. Mas a própria dimensão assumida pelo movimento em torno da extinção desta taxa testemunha da vontade e da capacidade de intervenção de um vasto sector da população.

Em comentário à decisão da Assembleia da República, a Comissão de Utentes lamenta que, na bancada socialista, "nem uma só voz se tenha erguido em defesa dos interesses dos cidadãos". E sublinha: "a única intervenção de fundo do partido do Governo foi feita pelo senhor deputado Manuel Vargas, conhecido funcionário da Marconi (Grupo PT), que logrou defender melhor a aplicação de impostos ilegais aos portugueses que o próprio presidente da Portugal Telecom". E, mais ainda, "fê-lo com

clareza, ilustrando que a política do governo é aproximar os preços aos custos, isto é, o serviço público da PT deixa de ter obrigações sociais...".

Os dados entretanto divulgados pela Telecom, que indicam que "74 por cento dos assinantes residenciais terão tido uma facturação telefónica com aumento inferior à taxa de inflação", o porta-voz da Comissão de Utentes, Manuel Matos, comenta ser "de espantar que a PT possua rapidamente valores como estes, quando tanto o ISEG como a DECO já afirmaram só poder avançar com resultados após alguns meses".

Note-se que este movimento contra as "taxas de activação" se afirma num contexto em que as tarifas telefónicas são, em termos relativos, as mais claras da Europa e a PT apresenta 70 milhões de lucros em 1996.

Entretanto, a Comissão espera que a Petição entregue seja debatida a curto prazo em Plenário na AR e afirma que, "caso o governo não intervenha rapidamente sobre esta matéria, os Utentes irão prosseguir e intensificar os seus protestos e procurar novas soluções, exigindo a reposição da legalidade e defendendo que nenhum português tenha aumentos superiores ao valor da inflação".

Abuso de poder julgado na Argélia

A Justiça argelina tem nas suas mãos 128 casos de abusos das forças de segurança, nomeadamente por corrupção, abuso de poder, agressão, roubo, rapto, uso abusivo de armas de fogo, violação e assassinato. De acordo com informações veiculadas pela agência Lusa, entre os acusados encontram-se membros da Polícia e dos Grupos de Legítima Defesa. Cinquenta e quatro casos referem-se a mortes suspeitas na via pública e 120 polícias estão actualmente na prisão. Entretanto, a Amnistia Internacional, a Federação Internacional dos Direitos do Homem, a Human Rights Watch e os Repórteres Sem Fronteiras pediram à ONU para nomearem urgentemente um provedor internacional para a Argélia, de modo a pôr fim aos massacres dos fundamentalistas. «Na Argélia, as crianças continuam a ser massacradas, as mulheres raptadas e violadas, os homens detidos nas suas casas», afirmou um representante daquelas organizações durante um debate realizado na semana passada.

Rússia e Japão em cimeira

O presidente russo e o primeiro-ministro japonês reuniram-se na estação balnear de Kanawa, no sábado passado, numa cimeira informal para discutir a assinatura de um tratado de paz entre os dois países. O documento integrará a resolução do contencioso entre os dois países no que diz respeito às ilhas Curilhas, ocupadas pela URSS em 1945 e reivindicadas pelo Japão. As próximas negociações decorrerão a nível de vice-ministros dos Negócios Estrangeiros. Na ocasião, Boris Ieltsin entregou a Ryutaro Hashimoto um dossier sobre todos os documentos do KGB respeitantes aos interrogatórios dos generais japoneses depois da II Guerra Mundial. Numa iniciativa que funcionou como prolongamento ao acordado entre os dois dirigentes em Novembro passado, Ieltsin aproveitou para anunciar uma série de medidas com fim a atrair o investimento nipónico, como uma reforma aduaneira e a exploração conjunta de reservas marítimas de petróleo da ilha de Sajalín.

Cimeira das Américas Comércio livre e promessas

Trinta e quatro chefes de Estado e de Governo do continente americano, reunidos em Santiago do Chile na segunda Cimeira das Américas, afirmam o seu empenho em conjugar esforços para a formação, a partir de 2005, da maior zona de comércio livre da história - Área de Livre Comércio da América (ALCA) - que incluirá mais de 750 milhões de pessoas.

A Cimeira das Américas, reunida no fim-de-semana em Santiago do Chile, pode marcar o início de uma nova etapa nas relações com os Estados Unidos, assentes na igualdade e respeito mútuos. Esse é pelo menos o que diz desejar a maioria dos dirigentes latino-americanos, na mensagem de encerramento da cimeira, que fala de democracia, mercados abertos e justiça social, em substituição do neoliberalismo económico imposto por Washington.

Na verdade, o «consenso de Santiago», como lhe chamaram, consagrou o modelo político e de desenvolvimento da região há muito traçado pelos EUA. Não é pois de admirar que Bill Clinton, no seu discurso de abertura, tenha afirmado que a prioridade da cimeira era justamente a consolidação desse modelo, com «base na democracia e no mercado livre».

Curiosas afirmações feitas perante uma plateia de representantes de governos conservadores, na capital de um país cujos principais dirigentes acabam de impedir que o ditador Pinochet, agora com o estatuto de deputado vitalício, seja julgado pelos seus crimes.

Não menos curioso é registar que os próprios chefes de Estado e de Governo presentes no conclave tenham sido forçados a reconhecer que o tão louvado modelo de desenvolvimento não tem de modo nenhum contribuído para a redução da pobreza na América Latina, pelo que enunciaram medidas para lhe fazer face.

Boas intenções e pouco mais

O documento de Santiago está repleto de boas intenções, tais



O acordo consagra o modelo político da região há muito traçado pelos EUA, embora os representantes dos países presentes tenham reconhecido que o tão louvado modelo não tem contribuído para a redução da pobreza

como garantir o ensino primário para todos no ano 2010 com fundos do Banco Mundial, a luta contra o narcotráfico, a criação de um organismo de defesa do respeito pela liberdade de imprensa no seio da Organização de Estados Americanos (OEA).

O Plano coloca ainda como objectivo consagrar, antes de 2002, a igualdade jurídica entre homens e mulheres; promover medidas de combate ao tráfico de menores, à prostituição e à pornografia infantil; modernização da justiça e respeito pelos direitos dos emigrantes.

No respeitante ao combate à pobreza, e para além de medidas para melhorar a assistência médica e as condições de nutrição da população, os participantes na Cimeira consideraram ser necessário assegurar que «um número significativo» das 50 milhões de pequenas e médias

aprovado em Santiago, apesar de alguns aspectos positivos, continua a pecar em muitos aspectos por falta de objectivos claros, recursos e mecanismos adequados para a sua concretização. «É um plano que contém muito mais iniciativas do que aquelas que o sistema interamericano pode assumir seriamente», no parecer de Robin Rosenberg, da Universidade de Miami.

Cépticos quanto aos resultados desta Cimeira manifestaram-se igualmente os 800 delegados de 20 países que promoveram em Santiago uma cimeira paralela, a dos Povos da América.

Alemanha Liberais propõem redução de impostos

Os principais partidos alemães preparam as baterias para as eleições de Setembro. Depois do recente congresso extraordinário do SPD, em que os sociais-democratas elegeram como prioridade da sua acção o combate ao desemprego, chegou agora a vez dos liberais do FDP virem a público com propostas de redução drástica dos impostos.

A proposta, apresentada de surpresa no domingo, durante o congresso do partido realizado em Berlim, visa antes do mais captar as simpatias do eleitorado de forma a tentar evitar o que parece cada vez mais inevitável: o desaparecimento do FDP da cena política alemã se não conseguir alcançar o mínimo legal de cinco por cento dos votos para se fazer representar no parlamento federal. Apenas a uma semana das eleições regionais na Saxónia-Anhalt (ex-RDA), o mais pequeno dos três partidos do governo de Helmut Kohl aparece nas sondagens com quatro por cento dos votos.

As medidas anunciadas, vivamente discutidas pelos 660 delegados ao congresso, prevêem uma redução da carga fiscal em cerca de um terço para todos os contribuintes. Para os rendimentos superiores a 60.000 marcos anuais, os impostos baixariam de 53 por cento para 35 por cento, enquanto os rendimentos inferiores a 13.000 marcos passariam a estar isentos. A ser levado à prática, este programa de reformas devolveria aos alemães qualquer coisa como 30.000 milhões de marcos, mas ninguém parece acreditar em tal hipótese.

De facto, apesar de incluir a coligação governamental, o FDP não conta com o apoio nem da União Cristã Democrática (CDU) nem da União Social Cristã da Baviera (CSU) nesta matéria.

O FDP tomou ainda outra decisão polémica: a abolição da «taxa de solidariedade» com o território da ex-RDA, que incide sobre 7,5 por cento dos rendimentos.

Críticas à esquerda e à direita

O secretário-geral do FDP, Wolfgang Gerhardt, aproveitou o congresso para criticar duramente o SPD e Os Verdes, mas também o seu principal parceiro da coligação de centro-direita, a CDU.

Recusando a ideia de uma reedição da coligação com os sociais-democratas, como a que chegou a existir entre 1974 e 1982, no governo de Helmut Schmidt, Gerhardt não deixou de afirmar as suas divergências em relação à CDU de Helmut Kohl, sobretudo nas sensíveis questões fiscais e das reformas económicas.

Entre os bombos da festa contam-se o candidato do SPD a chanceler, Gerhard Schroeder, bem como o secretário-geral do mesmo partido, Oskar Lafontaine, acusados de se contradizerem nas suas afirmações sobre política económica.

Segundo o presidente honorário do FDP e ex-ministro da economia, Otto Graf Lambsdorff, Schroeder «está disposto a tudo e não é capaz de fazer nada, e Lafontaine não é capaz de fazer nada e está disposto a tudo».

Quanto a Os Verdes, potenciais aliados do SPD num eventual futuro governo de esquerda em Bona, Gerhardt afirmou que são um partido que não é aceite a nível internacional, «e por isso também não podem governar o país».

Os Verdes, recorde-se, divulgaram também no domingo o seu polémico programa eleitoral, em que defendem, entre outras coisas, um aumento do preço do litro da gasolina para cinco marcos (cerca de 500 escudos) e a saída da NATO.

Rexrodt aproveitou para agitar a ameaça de que, se Os Verdes governarem, «vão tributar constantemente os cidadãos, para concretizarem as suas utopias ecológicas».

Ausência sentida

Cuba foi o único país do continente americano ausente na Cimeira das Américas. O veto da delegação dos EUA inviabilizou um convite a Fidel Castro para se deslocar ao Chile.

Este facto não impediu que a pequena ilha estivesse no centro das atenções, para grande contrariedade dos norte-americanos.

A responsabilidade coube ao primeiro-ministro do Canadá, Jean Chrétien, que anunciou a sua próxima visita oficial a Havana. Uma visita tanto mais significativa quanto a próxima Cimeira das Américas deverá realizar-se justamente no Canadá, dentro de quatro anos, havendo desde já um largo consenso para que desta vez nenhum país seja excluído do conclave.

empresas do continente tenham um acesso mais facilitado à banca no ano 2000.

Para o presidente do Banco Mundial, James D. Wolfensoh, o continente vive hoje o «desafio da integração», que definiu do seguinte modo: «Assegurar que o progresso económico seja uma realidade na vida de todos os povos da região, especialmente para os milhões de pessoas que até agora não foram levadas em conta.»

Belas palavras que no entanto não convencem os mais realistas. Na opinião dos observadores, o Plano de Acção de 170 pontos

Das conclusões do fórum popular salienta-se a exigência de uma «aliança social continental» como contraponto do processo de integração comercial aprovado na cimeira.

Para os participantes da cimeira paralela, o livre comércio não é capaz, por si só, de superar as graves desigualdades económicas e sociais existentes nos países do continente americano. Entre outras medidas para fazer face à situação, apontou-se a necessidade de uma moratória na compra de armamento, e a revisão da formas de pagamento da dívida externa.

Irlanda do Norte Processo de paz avança

Uma semana depois da assinatura do acordo de paz para a Irlanda do Norte, a população parece manifestar o seu apoio.

Segundo uma recente sondagem do jornal *The Sunday Independent*, citado pela agência Lusa, 78 por cento dos católicos do Ulster votarão «sim» no referendo de 22 de Maio, que decide sobre a criação de um órgão democrático autónomo da Irlanda do Norte, a instituição de organismos de cooperação entre as duas Irlandas e a definição das relações do Ulster com o resto da Grã-Bretanha.

De acordo com os resultados do inquérito, 34 por cento dos protestantes apoiam o acordo e 42 por cento não têm opinião formada. Mais de 60 por cento dos católicos são favoráveis à unificação da ilha.

No sábado, os militantes do principal partido pró-britânico, o Partido Unionista do Ulster, deram o seu aval ao acordo. Setenta e dois por cento dos membros do Conselho do partido disseram sim ao documento, com 540 votos a favor e 210 contra.

O acontecimento foi de imediato elogiado pelo primeiro-ministro britânico: «Creio que o rumo das coisas se orienta com firmeza para a paz.» Tony Blair referiu-se ainda à «coragem e determinação» do líder deste partido, David Trimble, também elogiado pelo dirigente do Sinn Fein, Gerry Adams.

Por seu lado, os católicos nacionalistas do Sinn Fein ainda não deram o seu parecer sobre o documento. Os 1400 delegados do partido, que se reuniram durante o fim-de-semana, mostram-se reticentes em aceitá-lo, devido à questão da criação da assembleia

- constituída maioritariamente por unionistas - e à entrega das armas pelos grupos armados.

Para uma parte dos elementos do Sinn Fein, o texto do acordo vem institucionalizar a divisão da ilha ao prever a alteração da Constituição irlandesa. A decisão será tomada nas próximas semanas, no máximo dentro de um mês, data da realização de um debate extraordinário a realizar pelo partido.

Entretanto, tanto os militantes do IRA presos como os elementos das milícias protestantes detidos aplaudiram a assinatura do documento.

Os inimigos

Apesar do acordo ter sido assinado e da população se

manifestar favorável, a paz ainda não está estabelecida. Prova disso é o assassinato de um católico por vários homens armados supostamente protestantes, na sexta-feira passada. A vítima, um habitante de um bairro de Belfast, foi alvo do primeiro atentado após a finalização do acordo.

Esta acção é considerada uma vingança pelo assassinato de um protestante em Londonderry, nove dias antes.

Os principais inimigos da concretização prática do processo de paz são os grupos radicais, tanto pró-britânicos como nacionalistas, que ameaçam prosseguir com as suas acções extremistas.

Um outro opositor é o Partido Unionista Democrático, chefiado pelo reverendo Ian Paisley, que iniciou no dia 15 uma campanha para o «não» ao acordo. Devido a esta decisão, o partido foi acusado de «estupidéz e obstinação irresponsá-



É forte o desejo de paz na Irlanda do Norte, mas a assinatura do acordo e o apoio popular não bastam para garantir o fim da guerra

vel» pelo também unionista David Trimble.

Tony Blair considerou que a possibilidade de o acordo ser rejeitado é um perigo a afastar. «É possível que não vejamos uma

oportunidade de paz como esta durante esta geração. Os que os Ian Paisleys deste mundo dizem do acordo é totalmente absurdo», afirmou o primeiro-ministro britânico na semana passada.

Médio Oriente

Novo encontro em Maio

Yasser Arafat e Benjamin Netanyahu concordaram encontrar-se em Londres no dia 4 de Maio. O responsável pelo relançamento do processo de paz do Médio Oriente é Tony Blair.

Durante a sua visita a Israel e à Palestina, o primeiro-ministro britânico apelou ao diálogo entre os dois países, com esperança que este seja concretizado em Londres, sob os seus auspícios.

Referindo-se ao holocausto nazi e ao processo de paz, Blair afirmou: «Já conhecemos a que ponto pode chegar a maldade da humanidade. Esperemos que no futuro possamos mostrar a que altura a mesma humanidade pode chegar.»

Recordando o acordo recentemente alcançado na Irlanda do Norte, Blair defende que «é necessário o empurrão da boa vontade das duas partes». Num artigo publicado pela imprensa

palestina e hebraica, o primeiro-ministro britânico apelou a novos esforços e pediu a colaboração de ambos os governos para desbloquear a situação.

Blair deixou claro que a sua iniciativa serve para «completar a actuação norte-americana e não cruzar-se com ela». Aliás, o seu convite a Arafat e a Netanyahu foi feito em nome dos EUA. «Os americanos lideram os esforços para fazer avançar as negociações, com base no princípio de trocar a paz por territórios, e nós apoiamos-os», acrescentou.

Esta reunião é longe de ser uma cimeira. Para os palestinianos, tal só aconteceria se foi publicada e discutida a iniciativa norte-americana para a segunda fase da retirada israelita da Cisjordânia. «Há propostas dos EUA em cima da

mesa e, se Netanyahu quer que o processo de paz avança, a única coisa que pode fazer é aceitá-las», declarou Yasser Arafat.

Entretanto, as autoridades hebraicas libertaram o mais antigo preso administrativo palestiniano. Ahmed Katamech, detido durante mais de cinco anos sem culpa formada, saiu da prisão no dia 15, na sequência de uma campanha de opinião pública em Israel e de intervenções da Autoridade Palestiniana. A polícia suspeitava que Katamech fizesse parte da Frente Popular de Libertação da Palestina.

A detenção administrativa, prevista em situações de estado de emergência, permite prender uma pessoa por seis meses sem culpa formada ou julgamento, período eventualmente renovável.

Rússia

Kirienko vai a votos pela terceira vez

A Câmara baixa do Parlamento russo (Duma) vota amanhã, pela terceira e última vez, a investidura de Serguei Kirienko, o primeiro-ministro proposto por Boris Ieltsin. Rejeitado por duas vezes, Kirienko tornou-se na expressão do mais recente braço-de-ferro entre o Presidente russo e a Duma, de maioria comunista, que Ieltsin ameaça demitir se o seu candidato não for aceite.

Sem Governo há mais de um mês, a Rússia avalia agora os riscos da dissolução, que não só mergulharia o país numa ainda maior instabilidade política, como sobretudo permitiria a Ieltsin governar por decreto a seu belo prazer. Uma situação complexa, em particular quando se multiplicam as manifestações e movimentos populares pelo pagamento de salários e reformas em atraso, e quando se avolumam os problemas orçamentais por resolver.

O próprio Serguei Kirienko considera que a dissolução seria «o pior que podia acontecer» ao país.

A Duma rejeitou Kirienko pela segunda vez na passada sexta-feira, por um número ainda mais elevado de votos do que na semana anterior. O candidato de Ieltsin não conseguiu mais do que 115

votos de apoio (contra os 143 recebidos na primeira votação), ficando muito longe da maioria de 226 votos necessária para ser eleito. Ao contrário do que é habitual, a votação não foi secreta, uma forma de evitar as pressões individuais do Kremlin sobre os deputados.

Após a afronta do Presidente russo aos deputados, dizendo claramente que os respectivos problemas económicos pessoais podiam ser ou não resolvidos em função do voto em Kirienko, não restava de facto nenhuma alternativa à maioria da Duma, se pretende manter o mínimo de credibilidade. O que não significa que amanhã a situação não se inverta. Como afirmou o próprio dirigente dos comunistas russos, Guennadi Ziouganov, a maioria parlamentar escolherá «a solução que livrará o país de problemas». Uma afirmação, há que convir, que poderá servir qualquer opção.

Os partidários do Governo na Duma estão optimistas. Segundo Alexandre Chokhine, líder do grupo «A nossa casa Rússia», ao rejeitarem Kirienko pela segunda vez «os comunistas apenas quiseram mostrar o seu efectivo poder». Feito isso, afirma, deixarão passar o candidato na terceira votação.



Jovens palestinianos contra o terrorismo, numa manifestação pela paz (foto de arquivo)

Klestil reeleito presidente da Áustria

O conservador Thomas Klestil foi eleito para um segundo mandato como presidente da Áustria, nas eleições que decorreram no passado domingo. Klestil recebeu 63,5 por cento dos votos, enquanto Gertraud Knoll ficou com quase 14 por cento. O candidato do partido centrista Fórum Liberal, Heide Schmidt, obteve 11,8. A participação nas eleições foi de 73,85 por cento, a mais fraca taxa de sempre numa eleição presidencial austríaca. Cabe ao presidente nomear um chanceler que formará governo.

República Checa aprova entrada na Nato

A câmara de deputados do Parlamento checo ratificou, na semana passada, a adesão à Nato com 154 votos a favor, num total de 200 deputados. Os comunistas e os membros do Partido Republicano votaram contra, com 38 votos. A ratificação terá de ser formalizada pelo presidente. A República Checa, juntamente com a Hungria e a Polónia, foi convidada, a entrar para a organização, em Julho do ano passado, o que deverá ocorrer em 1999.

Milhares contra governo indonésio

Milhares de estudantes indonésios participaram, no dia 15, em comícios e manifestações em Jacarta e em outras três cidades, numa gigantesca acção de protesto contra o governo. As iniciativas tiveram início em 20 universidades e estenderam-se pelo centro das localidades, violando a proibição das autoridades de saírem dos recintos universitários.

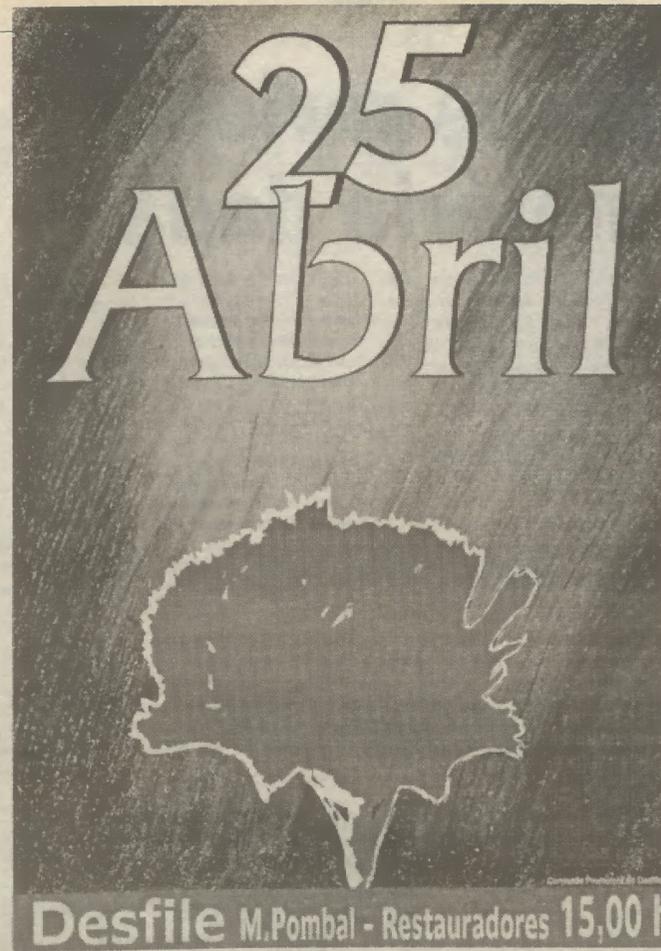
Ex-presidente da Venezuela preso

Carlos Andrés Perez, presidente da Venezuela durante dois mandatos e destituído em 1993, entregou-se na semana passada às autoridades, depois de ser acusado pela Justiça de enriquecimento ilícito. Actualmente em prisão domiciliária, Perez terá efectuado depósitos ilegais em vários bancos norte-americanos, sem que consiga esclarecer a origem desse dinheiro.

TODOS ao 25 de ABRIL

E estamos no 24º aniversário da Revolução de Abril e o povo português vai de novo mostrar quão forte a data continua a bater no coração do País. No seu apelo à participação nas comemorações que se realizarão em Lisboa, a comissão promotora recorda que já passaram 24 anos sobre o 25 de Abril «e a memória do que foi Portugal no tempo da ditadura começa a diluir-se, pelo progressivo desaparecimento dos que em grande parte da sua existência não conheceram a Liberdade», acrescentando que «para as gerações que, depois daquela data, nasceram, cresceram e integraram o mundo do trabalho, o 25 de Abril identifica-se sobretudo com a democracia e o Estado de direito que usufruem. Este cenário afigura-se-lhes tão natural que quase os inibe de conceber uma situação diferente». Entretanto, «aproveitando o distanciamento a que se encontram da violência que o anterior regime praticava contra os indivíduos e contra a cultura, os sectores reacçãoários têm procurado veicular entre a juventude a ideia de que tanto o salazarismo como a sua seqüela marcelista constituíram, no plano funcional, respostas justificáveis às circunstâncias da época». Neste quadro, «quando se descansa na convicção de que a ordem constitucional está definitivamente consolidada, estes ataques insidiosos podem encontrar a opinião pública sem as necessárias defesas». «Se a democracia deverá ser um estado da sociedade», prossegue o apelo, «impregnando as relações individuais e colectivas, já no plano político ela não é em si mesma um fim exclusivo, mas um meio para resolver os problemas colectivos, de acordo com a vontade expressa dos cidadãos(...) Será, por isso, perversa e condenável qualquer tentativa para alterar as regras da representação colectiva que, em nome da operacionalidade dos executivos, conduza a assembleias cuja imagem se não aproxime da sociedade e, por conseguinte, das

diversas correntes organizadas de opinião que nela existem.» E sublinha: «Proteger a democracia pressupõe privilegiar a verdade e desfazer os equívocos que contaminem o espírito colectivo.» «Sob a aparente tranquilidade do nosso quotidiano», acrescenta ainda o apelo, «adensam-se algumas ameaças inquietantes. Internacionalmente e de dia para dia, o sistema capitalista assume formas cada vez mais extremadas de actuação, acompanhadas da exaustão dos recursos naturais e a degradação do meio ambiente. A estratégia neoliberal, mundializada pelos grandes potentados financeiros, numa insaciável perseguição de maiores lucros, visa destruir o estado-providência e a capacidade reivindicativa das suas classes trabalhadoras mediante a criação de elevados níveis de desemprego (...) A resposta a estas ameaças passa necessariamente pela tomada de consciência dos riscos que estão em jogo e pela solidariedade a nível nacional e internacional das populações afectadas. A União Europeia constitui um espaço determinante para o efeito. Importa, uma



vez mais, afirmar que a Europa não deverá ser apenas o território privilegiado dos grandes interesses económicos e financeiros, mas também a casa comum dos trabalhadores.» «É no âmbito deste quadro aberto de reflexões», conclui o documento, «que os democratas se irão manifestar no próximo dia 25 de Abril de 1998, descendo uma vez mais, como nos anos anteriores, a Av. da Liberdade. Com a sua presença afirmarão de novo a sua determinação de defender a democracia e de nunca desfalecer na conquista de um mundo mais justo para todos.» Além de numerosas individualidades, integram a Comissão Promotora das comemorações a Associação 25 de Abril, a Associação Intervenção Democrática, Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional, União Geral de Trabalhadores, Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, Partido Comunista Português, Partido Socialista, Partido Ecologista “Os Verdes”, MDP, Partido Renovador Democrático, Plataforma de Esquerda, Política XXI e União Democrática Popular.

O fascismo existiu e foi Abril que o derrubou

■ Henrique Custódio

Nas vésperas deste 24º aniversário do 25 de Abril rebentou o «escândalo Rosa Casaco», desencadeado pela entrevista ao torcionário e assassino da PIDE publicada no Expresso em Fevereiro último e que conduziu à sua recente detenção em Madrid, numa operação coordenada entre as autoridades portuguesas e espanholas. Qual caixa de Pandora, o caso acordou demónios escondidos à pressa pela contra-revolução e agora, no sossego do revisionismo histórico imposto ao país ao longo de 20 anos, a democracia à «bloco central» vê-se ingratamente interpelada pela arrogância dos próprios monstros a quem permitiu a impunidade pela fuga e o branqueamento cerzido a negligência e esquecimento. Saltam à vista alguns méritos, nesta entrevista apresentada pelo Expresso com o amorlismo de um negócio editorial. Um, foi o de ter provocado a detenção fulminante de um criminoso que há décadas se ria da Justiça portuguesa e da eficácia policial aquém e além-fronteiras. Outro - e mais importante - foi o de relembrar ao país que o fascismo não só existiu como continua impune e, decorrentemente, impor a quem o governa a assunção de ambas as coisas. Mesmo que Rosa Casaco obtenha de tudo isto a prescrição da própria responsabilidade dos seus crimes (o que explicaria esta estranha provocação de, após tantos anos de fuga, se mostrar publicamente em Lisboa sob mandato de captura), o episódio interdito aos protagonistas dos poderes instituídos o arrastamento deste perverso jogo de sombras com o passado. Bem ou mal, vão ter que assumir. Que tomar partido. E ao permitirem, ou não, a definitiva impunidade de Rosa Casaco e do que ele representa, ficará aquilatoado o que vale a democracia e o regime de que se reivindicam guardiões.

Um monstro em auto-retrato

Este Rosa Casaco que se apresentou há dois meses na entrevista de cachimbo reflexivo e bengala aristocrática não consegue, mesmo assim, colar um réstia de dignidade à sua derradeira máscara de ancião espeditado e inofensivo. A indignidade foi o seu ofício, a infâmia a sua vida, pelo que nem a honradez de todos os velhos do mundo lhe disfarçaria o aleijão.

Nele, até a barba patriarcal se lhe instalou no rosto como último disfarce. Mesmo no fio da entrevista, onde pôde coreografar à vontade o espectáculo de si próprio, Casaco não tem manha que chegue para esconder o que é. Se a dado passo representa o papel de homem de carácter e afirma ter-se oferecido como «culpado» no tráfico de divisas do caso Rumasa «sob condição de que os meus funcionários ficassem ilibados», noutro ponto não hesita em enterrar «os seus funcionários» para livrar o coiro, como o faz na absurda «confidência» de que, na expedição que comandou para assassinar o general Humberto Delgado, «verifiquei que no carro do Tienza se encontravam um garrafinho, um saco com cal, uma picareta e uma pá», objectos cuja «função» (desfigurar os corpos das vítimas) Tienza lhe «escondetu», explicando-lhe que o material «se destinava a umas obras que estavam em curso, na sua casa em Sintra». Aliás, no assassinato de Delgado -

crime que dirigiu de fio a pavio e por que foi julgado e condenado à revelia pela Justiça portuguesa -, a criatura solidária dá lugar a um delator desenfreado, que para se escapar denuncia tudo e todos; a equipa de assassinos que comandou, os seus chefes na PIDE (por quem diz ter sido «enganado»), forças ocultas do regime que não identifica nem sugere.

A cobardia surge na própria entrevista como a trave mestra do seu carácter, seja emergindo convulsiva, como nas «confissões» anteriores (chega ao grotesco de afirmar que «as principais vítimas foram o Humberto Delgado... e eu»), seja, até, nas farroncas que produz para «explicar» porque surge o seu nome associado a tantos casos de violência da PIDE, imputando tal celebridade ao facto de ele assumir sempre o seu nome durante os interrogatórios, ao contrário de muitos colegas que «se chamavam por outros nomes» para não serem identificados pelos prisioneiros. Um valentão. Mas apenas quando detinha o poder de vida e morte sobre as suas vítimas. Assim que viu o regime a ser derrubado, abandonou chefes, subordinados, «convicções» e patriotismos, munuiu-se de passaportes falsos, deu o salto para Espanha e socorreu-se de todas as complicitades criminosas que urdira pelo mundo para se safar sozinho, gozando uma fortuna arrecadada em décadas de corrupção.

Um mimo de carácter que, em consonância consigo próprio, não hesita em reivindicar que o seu julgamento em Portugal foi «contra todas as normas constitucionais e legais vigentes em qualquer país civilizado», que a declaração ilibando o regime franquista de qualquer responsabilidade no assassinato de Delgado - que as autoridades espanholas lhe exigiram a troca de protecção após a sua fuga no 25 de Abril -, «foi voluntária entre aspas» porque «foi extraída em circunstâncias pouco ortodoxas» (isto vindo de um especialista em «extrair» confissões pela tortura mais brutal) e que as «calúnias infames» lançadas contra si é «assunto que mereceria ir, um dia, a tribunal».

No meio disto, nega que alguma vez tenha torturado alguém e invoca a sua devoção católica, a qualidade de «sentimental», a queda artística para a fotografia, a fidelidade ao fascismo e o ódio aos comunistas, rematando com a confissão de que, se pudesse voltar atrás, «voltava para a PIDE outra vez».

Coragem e miolo de pão

Exemplificar a vida de crimes deste homem daria um levantamento longo e penoso, tantas são as suas vítimas e tão brutal a sua actuação como torcionário e algoz durante 37 anos ao serviço da PIDE e da repressão fascista.

Mais simples será desfazer-lhe a máscara cobarde de injustiça do torcionário obteve-a Pato ao recusar liminarmente sujeitar-se à tortura da «estátua» (onde deveria permanecer sempre de pé). «Ou me trazem uma cadeira ou sento-me no chão!», disse-lhes. Experientes, os algozes confiavam no desgaste da tortura do sono. Trouxeram-lhe a cadeira e esperaram. Ao quarto dia, 100 horas depois sem dormir, começaram as alucinações visuais e auditivas. A partir daí «dormi-me-se instantaneamente e o corpo cai como um prego», conta Octávio Pato. O prisioneiro perde a noção do que o cerca, o próprio chão parece mover-se à sua volta. Para não dar nota do seu desequilíbrio, Pato caminha agarrado às paredes quando vai à casa de banho, onde começa a encontrar panos ensanguentados. Casaco e os seus sequazes procuram induzir-lhe a impressão de que o sangue é o da sua própria mulher, Albina Pato, encarcerada na mesma altura com os dois filhos de Octávio, Isabel de seis anos e Rui de dois. É a altura que a equipa de Rosa Casaco aproveita para entregar as duas crianças à avó, mãe de Pato, e na presença deste, como exigira Albina, que não conhecia pessoalmente a sogra e temia que a enganasse na entrega dos filhos, com quem dormia agarrada dia e noite para que não lhos tirassem. Há quase 200 horas sem dormir, Octávio Pato é leva-

do à presença da mãe, que não via há muitos anos, para testemunhar a entrega dos filhos. A tortura psicológica da situação é indescritível, mas nada derruba o ânimo de Pato. Volta à cela do suplício e o horror continua. Um simples raspar de moeda no metal da janela atroa explosões nos tímpanos do prisioneiro. Finalmente ao 11º dia, já com 260 horas sem dormir, Pato ouve os torcionários dizer-lhe, com raiva na voz: «Venha daí, vá lá dormir para o Aljube...». A satisfação que mostra no rosto macerado é tão ostensiva que o carcereiro do Aljube, ao abrir-lhe a porta do «curro» onde dormirá dias seguidos, observa-lhe, impressionado, que «você parece que vem duma festa!». E vinha. A cabara de derrotar Rosa Casaco e os seus esbirros.

A segunda sessão de tortura do sono veio pouco depois, mas desta vez iniciada logo com uma violentíssima sessão de espancamento. «Como você é um primário» (estava preso pela primeira vez) «temos de lhe bater até estarmos convencidos de que não fala», explicaram-lhe, muito «atenciosos», os algozes. A brutalidade do primeiro espancamento tinha uma «inspiração»: num exemplar do Avante! vinha já a notícia de que Octávio Pato resistira 11 dias e 11 noites à tortura do sono. Rosa Casaco e os seus bandoleiros estavam possessos

de raiva e não entendiam como é que a notícia transpirara para o exterior. Nunca saberiam que fora o próprio Pato a passar a informação num pedaço de papel enrolado num miolo de pão, que um servente da prisão recolheria no seu serviço de limpeza e nas barbas do guarda vigilante para, mais tarde, o fazer chegar ao Partido... Entretanto, ao lado da denúncia do seu espancamento, e na página que obrigaram Octávio Pato a ler, vinha também a notícia de que Dias Coelho havia sido assassinado pela PIDE numa rua de Lisboa. Foi assim que Pato soube da morte do seu camarada. Fragilizado, desta vez as alucinações chegaram mais cedo. Quando os espancamentos começaram a abrandar e já estendido no chão, Octávio Pato volta-se para Rosa Casaco e diz-lhe, desafiador: «Jamais me esquecerei que foi você a primeira pessoa que me bateu desde que sou homem.» A resposta de Casaco foi uma explosão de violência sobre o prisioneiro que assim o desafiava, espancando-o novamente até à exaustão. A fúria ainda era maior por ter compreendido que o prisioneiro vencia. Definitivamente em toda a linha. Sete dias e sete noites depois deram por terminada esta segunda sessão de tortura do sono e nunca mais voltaram a tocar em Octávio Pato.



Algumas revisões de matéria dada

■ AGOSTINHO LOPES

Membro da Comissão Política

«Os comunistas são, pois, na prática, o sector mais decidido, sempre impulsionador, dos partidos operários de todos os povos, eles têm, sobre a restante massa do proletariado, a vantagem da inteligência das condições do curso e dos resultados gerais do movimento proletário.»

(Manifesto Comunista, 1848, Marx e Engels)

SER COMUNISTA é assim, manter esta vontade dos mais decididos, esta força impulsionadora, esta inteligência das condições, curso e resultado o «movimento proletário».

No contexto da envolvente económica, social e política, nacional e internacional em que actuamos, ser comunista hoje é também manter uma elevada capacidade de indignação, uma permanente inquietação, uma acesa disponibilidade para agir.

A indignação que nos impulsiona a agir perante a injustiça, o desemprego e a exploração, a exclusão e a pobreza, a desumanidade e a violência do «estado de coisas» que nos cerca.

O «estado de coisas» criado e multiplicado pelo «neoliberalismo», o nome do capitalismo neste período histórico de transição do século XX para o século XXI.

A inquietação que, sem subestimarmos ou esquecermos as múltiplas causas objectivas/externas (existentes independentemente da nossa vontade, mesmo se também podemos agir sobre elas), nos leve a reflectir sobre o nosso funcionamento, a nossa estrutura orgânica, a nossa forma de estar e fazer política, a nossa mensagem. Sobre como levamos nós a força e razão da nossa luta às consciências dos trabalhadores, das populações, dos cidadãos.

A inquietação que nos leve a interrogar sobre as razões, os motivos, as causas que explicam a dificuldade de adesão política, eleitoral, de tantos milhares de trabalhadores e cidadãos que querem mais justiça social, à nossa mensagem, aos nossos valores, à nossa luta.

A inquietação que não nos permita ficar satisfeitos com o partido extraordinário que temos, com a forma como resistimos a estes tempos difíceis que atravessamos, com as potencialidades que estão abertas na sociedade portuguesa à nossa intervenção.

Inquietação que não é desânimo. Mas o alvoroço, o sobressalto que nos permita responder aos exigentes desafios que nos são colocados.

E esta inquietação não pode ser o património de alguns comunistas, muito menos apenas da direcção central ou das direcções de outros níveis da estrutura partidária. Mas direito e dever de cada um e de todos os militantes, na resposta aos problemas de organização. Na definição das orientações e intervenção políticas.

Esta inquietação exige radicalidade. Radicalidade no procurar ir à raiz das coisas. Radicalidade na diferença substancial como a enfrentamos relativamente aos outros partidos políticos. Radicalidade nas respostas que temos de dar no processo político em que nos movemos. Radicalidade pela natureza de classe que assumimos.

Esta inquietação exige questionamentos. O que sempre fizemos. Questionar o nosso trabalho, o trabalho militante de cada um de nós. Dos organismos e organizações em que nos integramos. Da direcção central e dos outros organismos de direcção. Do Partido globalmente considerado. Da forma como exercemos as responsabilidades que nos foram atribuídas, ou de que fomos investidos, no Partido, na organização de massas, na autarquia ou Parlamento.

Um vasto movimento de reflexão, debate, tomada de decisão e adopção de medidas

É no lançamento dessa inquietação, é na procura de respostas, que a Resolução do Comité Central de Fevereiro apela a um novo impulso na organização, intervenção e afirmação política do Partido. E mais que as ideias e as orientações que preconiza e aponta, o Comité Central propõe o «desenvolvimento de um vasto movimento de reflexão, debate, tomada de decisões e adopção de medidas» por todos os militantes e organizações do Partido. Decisões e medidas para a dinamização, renovação e maior eficácia política da organização e intervenção do PCP. Para uma ampliação da influência na classe operária e nos trabalhadores, na sociedade portuguesa.

Reflexão que aborde três temas nucleares e inseparáveis na vida e funcionamento de um Partido Comunista. O militante. O organismo e a organização. A intervenção política e social.

Reflexão que deve afastar simplismos e esquematismos. Afastar ideias feitas e leituras preconceituosas. Conflitos de gerações, divisão entre funcionários e não funcionários, a base e o topo, etc., esquecendo a complexidade e as dinâmicas que atravessam o edifício partidário e toda a vida política que nos envolve. Uma reflexão que, acima de tudo, não seja centrada sobre a leitura, a imagem, as teses que sobre o PCP são feitas quotidianamente, persistentemente, insistentemente, pela generalidade dos órgãos de comunicação nacionais. O que não significa desvalorizá-las, ou deixar de abordá-las.

Questionamentos com a convicção de que não há verdades feitas nem eternas. Mas características fundamentais, princípios e uma iden-

tidade. Com a evidência, explicitada em Congresso, de que «as palavras que exprimem as características fundamentais, não cobrindo toda a riqueza da identidade do PCP, não correspondem a princípios, conceitos e práticas intemporais e imodificáveis, mas sim a princípios, conceitos e práticas desenvolvidas e enriquecidas com continuidade pelo próprio Partido, em lógica com a vida e as novas

realidades».

Questionamentos com a consciência de que não partimos do zero. Temos um património inigualável de organização e de luta. Temos as conclusões do XV Congresso do PCP, realizado em 1996.

Agradecer as boas vontades

Não devemos ser ingratos. Devemos agradecer as boas vontades e votos de muito êxito manifestados na «campanha em curso». Agrade-

cer a condescendência paternal em ajudar o PCP a compreender «as grandes e complexas mutações do mundo». As preocupações pela «exclusão do PCP». As ajudas para debelar a «Estranha cegueira do PCP». Os desejos de que o PCP permaneça e não mude: «É saudável e tranquilizador saber que o PCP existe e não muda». Os desvelos para que o PCP «possa retomar a sua força eleitoral e, assim cumprir o papel de bloqueio aos dislates que os poderes sem verdadeiros adversários sempre cometem». Contra a «udepização» do PCP. Em defesa de um «PCP à italiana». Contra os «tacticistas profissionais ao serviço de uma doutrina de ferro». Lamentações pelo «beco sem saída dos comunistas». Contra a «renovação» e a «refundação» do PCP. A favor da «renovação» e da «refundação» do PCP. Muito obrigado. Agradecemos penhorados tantas provas de simpatia e estima. Mas, como sempre, cá nos arranjaremos.

Agradeceríamos mais se algum esforço fosse feito por esses e outros nossos «amigos», para que o PCP tivesse mais algum espaço nos órgãos de comunicação social e na dita «sociedade civil». Que usassem da sua influência para que os comunistas portugueses — os «ortodoxos», os «renovadores», os «refundadores», os do «Norte» e os do «Sul»... — pudessem dizer o que lhes der na sua real gana, nos jornais, nas rádios, nas televisões. Sobre os problemas do País e dos portugueses, sobre os problemas do seu partido e dos partidos dos outros. Que pudessem, nesses órgãos de comunicação social, ter os seus comentadores e as suas colunas regulares. Habitualmente, normalmente, e não apenas quando há uma «campanha em curso». Que não fossem marginalizados de conferências e colóquios, o que acontece frequentemente, mesmo nos promovidos por entidades públicas que deviam velar pelo pluralismo ideológico e político.

Que não fosse o «mercado» (e sobretudo os interesses dos que ganham com o mercado) a decidir do tempo de antena dos comunistas, como explicitamente o fez Belmiro de Azevedo, ao referi-lo como critério para a cobertura pelo seu jornal do PCP!

Ou que, pelo menos, lessem mais atentamente os documentos publicados pelo PCP!

É que assim evitar-se-ia o triste espectáculo de se andarem a citar uns aos outros, no corrupio de acrescentarem mais uns pontos aos contos que outros lhes contaram. Evitar-se-ia uma inevitável, circular e viciosa circulação de informação...

Ainda alguns esclarecimentos sobre o «inimigo principal»

Nas «confusões» de alguns há, no entanto, retóricas e efabulações sobre «governar à esquerda», sobre o papel do PCP, sobre a reque-

tada afirmação «PS, inimigo principal do PCP», que justificam esclarecimentos.

Por exemplo, reclama-se e protesta-se contra o «neoliberalismo dominante na Europa» (sic)(¹) e, no mesmo texto, ergue-se a voz em hosiannas porque o «principal objectivo do (seu) partido — o Euro — vai ser atingido» (re-sic)(¹). Como se a Europa de Maastricht, da Moeda Única e do Pacto de Estabilidade não fosse o neoliberalismo em acto, não correspondesse aos ditames dos mercados financeiros e da mesa-redonda dos grandes industriais europeus.

Por exemplo, anuncia-se como síntese de uma política de esquerda «controlo do poder económico e dos grupos de pressão», «igualdade de oportunidades e da justiça social» (sic)(²) enquanto o Governo PS cumpre escrupulosamente todos os mandamentos do neoliberalismo: liberalizar, desregulamentar, privatizar. Enquanto reforça o poder dos grupos económicos à custa do poder público. Enquanto recua na necessária reforma fiscal e avança no cumprimento das orientações neoliberais em matéria de educação, saúde e segurança social.

Assim, falam de «governar à esquerda» enquanto o seu primeiro-ministro é elogiado por Ferraz da Costa da CIP, Ludgero Marques da AIPortuense, Nogueira Simões da AECOPS! Que enfatizam, Guterres mais liberal que Cavaco Silva!

Acredite-se ou não, dois articulistas socialistas estão contra o bipartidarismo. Um considera (e bem) o bipartidarismo como um «empobrecimento do sistema político» e repudia «o neo-rotativismo

entre uma espécie de partido cara e partido coroa»(¹). Outro, não menos crítico, considera que o sistema político «perde muito se ficar “bipolarizado por partidos rotativos com políticas idênticas»(²). E não querem lá ver que o Governo PS vai impedir esses riscos para o Sistema Político fazendo de braço dado com o PSD uma profunda alteração da lei eleitoral: círculos uninominais; alteração do número de deputados, etc.!

Mas, para estes «amigos», o PCP pode ser um «partido útil»! Não só «consciência crítica», «grilo falante», mas «útil». Como?

Apaziguando as organizações sociais. Acalmando sindicatos e organizações de massas, para que não protestem, antes colaborem com as políticas de direita, porque é para o seu bem. Garantindo à tal governação à esquerda «base social e a estabilidade»(¹), «apoiando criticamente no Parlamento e na vida sindical e social, o Governo»(²). Que aguçado sentido de «utilidade»!

Coisa admirável (diria o saudoso ex-presidente Tomás) fazendo uma política de direita, governando pela direita e com a direita, identificados com a direita nas grandes, estruturais e nucleares opções da vida política nacional e internacional, prosseguindo a política de direita do prof. Cavaco Silva, julgam governar à esquerda... e querem o apoio do PCP para essa política!

Fazem uma revisão da Constituição da República com o PSD, com um prévio acordo secreto e extraparlamentar!

Aprovam uma Resolução Comum sobre o Euro e o Pacto de Estabilidade com o PSD!

Sempre dizendo querer fazer a regionalização, atropelam a Constituição, acordam num referendo e conduzem-na, com o PP e o PSD, a um pântano!

Dão um profundo golpe na dignidade institucional da Assembleia da República com a aceitação da imposição do PSD de um referendo sobre o aborto, depois de legislação aprovada na generalidade por deputados socialistas e comunistas!

Avançam, com o PSD, uma proposta de referendo fraude sobre a União Europeia, afastando a pergunta incómoda de saber se os portugueses querem trocar a sua moeda e a sua soberania orçamental e monetária pelo Euro e pelas imposições do antidemocrático Banco Central Europeu.

De braço dado com o PSD e o PP, preparam-se para golpear profundamente o regime democrático saído do 25 de Abril com um novo sistema eleitoral, que seja um seguro institucional contra sobressaltos do eleitorado!

À vez, com o PP ou com o PSD, aprovaram e vão aprovar orçamentos de Estado restritivos e contra o desenvolvimento económico e social de que o País necessita.

Depois, naturalmente, logicamente, impõe-se uma conclusão: «O PCP (...) tem uma aliança objectiva com o PSD»! (sic)(²)

Seria caso para nos rirmos se a farsa não se aproximasse da pura mistificação política!

(¹) Manuel Alegre, Expresso, 28 de Março de 1998

(²) Barros Moura, Expresso, 4 de Abril de 1998

As queixas do PS

T R I B U N A

Quando algum dirigente deste PS de António Guterres é interrogado sobre a possibilidade de convergências políticas com o PCP, responde de imediato com a acusação de que isso não é possível porque o PCP faz do PS o seu inimigo principal. Como sucede a todas as fórmulas de propaganda, tantas vezes é repetida que ganha foros de credibilidade. Mas, a acusação feita tem na base uma desonestidade intelectual clara, que é a de confundir a crítica que o PCP faz à acção política de direita do PS no Governo com as posições que o PCP assumiu em relação ao PS quanto à formação de governos e à definição do seu programa político.



João Amaral

A história e os documentos escritos aí estão a mostrar que o PCP sempre procurou, desde o 25 de Abril, que um entendimento de partidos, particularmente do PCP e do PS, fosse a base política para a formação de governos com um programa de esquerda. Os momentos essenciais para caracterizar as posições do PCP são os seus Congressos e os Programas Eleitorais apresentados para as eleições da Assembleia da República. A leitura destes documentos é bem demonstrativa.

Visitemos a história das posições do PCP, para mostrar que aquela acusação não é verdadeira.

Já no VII Congresso (Extraordinário), realizado em 1974, em 20 de Outubro, foi afirmado: "É uma tarefa reforçar a unidade entre o PCP e o MDP e entre o PCP, o PS e outros partidos." Mas estava-se então ainda numa fase relativamente atrasada do processo

revolucionário, antes do 11 de Março, das eleições para a Constituinte e do 25 de Novembro. Fixemo-nos no período pós-aprovação da Constituição.

Nas primeiras eleições para a Assembleia da República, em 25 de Abril de 1976, os objectivos políticos traçados pelo PCP são claros: 1) impedir a formação de uma maioria PSD/CDS; 2) criar as condições materiais para formação política de uma maioria de esquerda na Assembleia da República e para a constituição de um Governo PS/PCP. Esta posição torna a ser um dos temas fortes da candidatura de Octávio Pato à Presidência da República, cuja primeira eleição se realizou entre o acto eleitoral de 25 de Abril de 76 e a formação do I Governo Constitucional. Na documentação da candidatura de Octávio Pato, afirmava-se que um dos objectivos era transformar a maioria aritmética PS/PCP numa maioria política para formar um Governo de esquerda, com socialistas, comunistas e outras entidades.

No VIII Congresso (Novembro de 1976), falando da alternativa ao Governo PS, sem realização de novas eleições e portanto na base de uma Assembleia onde existia uma maioria aritmética PS/PCP, o PCP propõe duas soluções: ou a formação de uma maioria política de esquerda e de um Governo de esquerda com participação comunista, ou a formação de um Governo presidido por um independente, com a participação de diferentes forças, incluindo PS e PCP.

No IX Congresso (Maio/Junho de 1979) e em condições políticas muito diferentes, dada a recusa sistemática do PS em entendimentos com o PCP, o PCP propõe novamente como um dos objectivos para as eleições alcançar uma maioria na Assembleia, designadamente do PCP e do PS. E no programa eleitoral para as eleições de 2 de Dezembro de 1979, o PCP insiste, propondo que com base na vitória democrática e no reforço do PCP, sejam consideradas as formas de entendimento com o PS e outras forças, com vista à formação de um Governo.

Também no Programa Eleitoral para as eleições de Outubro de 1980, realizadas num quadro político em que governava a AD, o PCP volta a insistir no objectivo da formação de uma maioria na Assembleia, que dê base a um governo. Afirma-se claramente que não basta que na AR exista uma maioria PCP/PS, a vontade do povo português, traduzida numa maioria de Deputados comunistas e socialistas deve ser respeitada, deve ter expressão na formação de um Governo.

Quanto às eleições de 25 de Abril de 1983, a posição do PCP está claramente expressa na Resolução do Comité Central a seguir às eleições, e onde se afirma que a existência de maioria numérica na Assembleia de deputados comunistas e socialistas significa que há condições institucionais para a formação de um Governo, pelo que o PCP propôs ao PS um encontro tendo em vista esse objectivo. É sabido que o PS preferiu entender-se com o PSD.

Por isso, no X Congresso (Dezembro de 1983), o PCP deixa um aviso: ou o PS abandona a aliança com a direita, ou virá a ser substituído por novas formações partidárias. Foi o que se veio a verificar nas eleições de 6 de Outubro de 1985, com o aparecimento do PRD. A composição da Assembleia deu uma maioria aos partidos PS, PRD e PCP. Mas só o PCP defendeu que essa maioria fosse base para a formação de um Governo. PS e PRD deixaram Cavaco Silva formar Governo.

É oportuno aqui recordar que, quando o I Governo Cavaco Silva caiu com a aprovação da moção de censura apresentada pelo PRD, o PCP manifestou publicamente a sua disponibilidade para viabilizar a formação de um Governo PS e para lhe dar as condições de governar. Mas o PS preferiu hesitações e meias tintas. Preferiu ir para eleições para "arrumar" o PRD. Mário Soares convocou eleições, o PRD desapareceu e Cavaco Silva teve maioria absoluta. A tudo isto se refere a Resolução Política do XII Congresso (Dezembro de 1988).

No Programa Eleitoral para as eleições de 19 de Julho de 87, o PCP insiste na ideia da maioria numérica se transformar numa maioria política e numa convergência consistente, indispensáveis para a formação de um Governo. E depois das eleições, é o PCP que adianta logo a necessidade de diálogo de partidos como o PCP e o PS, perante o quadro da maioria absoluta do PSD.

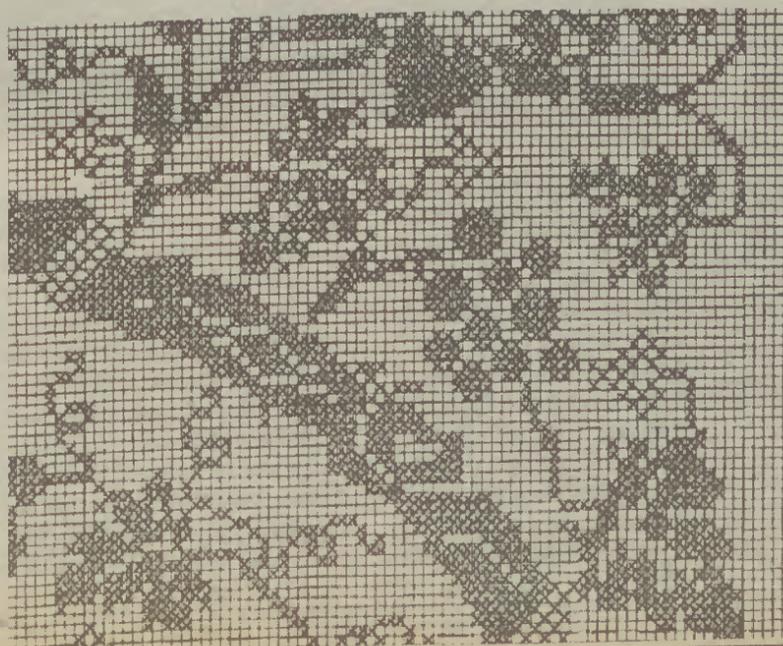
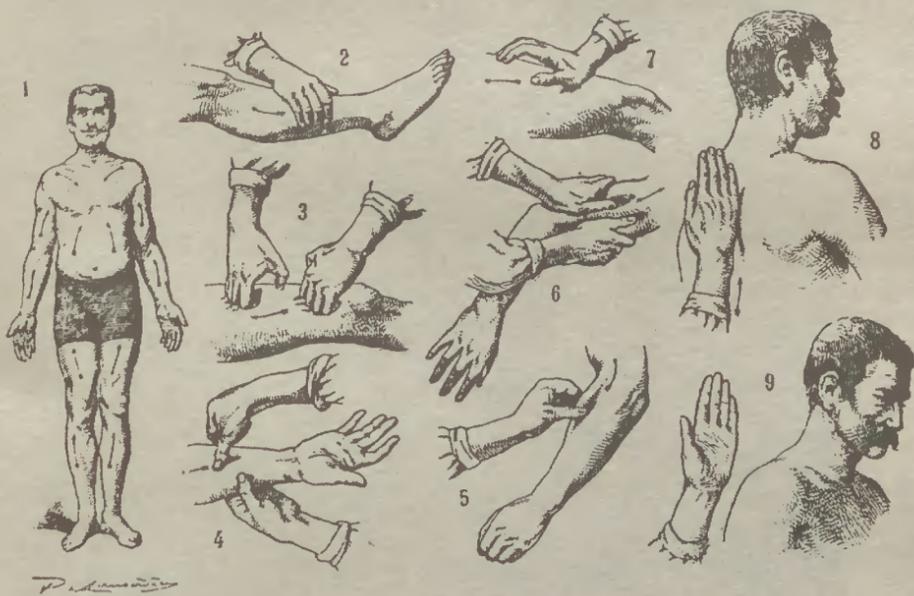
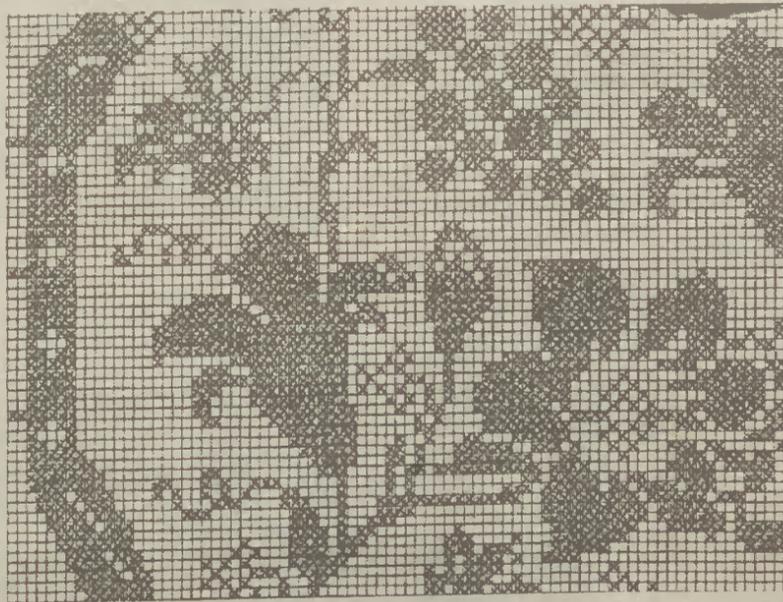
Neste período de maiorias absolutas do PSD ressaltam-se três momentos. No XIII Congresso (Extraordinário) de Maio de 1990, escreve-se que para a formação de um Governo de alternativa à direita, torna-se indispensável o acordo ou convergência (que pode assumir formas diversas) entre os partidos, designadamente entre PCP e PS, pelo que a questão da unidade ou convergência do PCP e do PS como condição necessária para uma alternativa ganhava nova e plena actualidade.

No Programa Eleitoral para as eleições de Outubro de 1991, salienta-se que o único caminho realista e viável para a alternativa ao PSD é o entendimento e a convergência entre forças políticas, designadamente entre PCP e PS.

O terceiro momento é o XIV Congresso (Dezembro de 1992), onde se afirma que a cooperação, o entendimento e a convergência, designadamente entre PCP e PS, continua inscrita como uma questão-chave de uma viragem democrática na política nacional.

Esta visita à história mostra que as queixas do PS devem ser dirigidas contra si mesmo, contra a sua reiterada opção pelas políticas de direita e pelos entendimentos com a direita.

O PS tem de assumir esta realidade e tirar dela todas as consequências. Enquanto quiser omitir e esconder estes factos e as suas responsabilidades, então isso é sinal claro que pretende continuar pelo mesmo caminho, como a prática política recente o mostra.



O PCP e o Desporto do Séc. XXI

■ Carlos Rabaçal

A Alternativa existe!

Em recente Encontro de Quadros do PCP foi analisada a situação do Desporto Nacional e apontadas linhas de orientação para o desporto necessário ao País, para hoje e para o século XXI. Quer a análise crítica quer o Programa de medidas, então avançado, acolheram opiniões, sugestões e propostas de centenas de pessoas, muitas delas especialistas que não são membros do Partido tendo-se verificado, sobre o essencial do programa assim enriquecido, um acordo generalizado.

Hoje iremos deter-nos sobre alguns exemplos da acção mais recente do Governo PS nesta área, que talvez ajudem a compreender a análise crítica que fazemos e porque falamos de um PS com uma política errada, e à deriva, mas que sobretudo transformou o desporto num terreno privilegiado da demagogia governativa.

Desde logo o anúncio de que até ao ano 2000 todas as Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico iriam passar a ter Educação Física, não se explicando com que orçamento se vão construir instalações desportivas em 40% das escolas sem qualquer instalação e recuperar as instalações das restantes 60%, na sua maioria, em estado de degradação. Assim como não se explica como se irá garantir a formação necessária a todos os professores que irão intervir nesta área.

De seguida, o anúncio do "aumento" de verbas para o Desporto escolar que passaria a ser de 12,5% das verbas do jogo (Totoloto e Totobola) arrecadadas pelo Instituto do Desporto, esquecendo-se que há um decreto-lei em vigor que atribui 15% das mesmas verbas ao Desporto Escolar.

Também o abandono da construção da Nave Desportiva do Jamor, onde só em projectos se gastou cerca de 2 milhões de contos, a pretexto da construção do Pavilhão Multiusos na Expo'98, que toda a gente sabia que nunca seria uma infraestrutura exclusivamente desportiva e cuja utilização pelo desporto andará nos 10% a 15% do tempo útil do

seu funcionamento.

Ainda a recente descreditação do Laboratório da Anti-Dopagem e Bioquímica, pelo Comité Olímpico Internacional, processo de degradação que vem da prática do PSD e que atingiu o seu ponto mais negativo com o PS, criando naturais inquietações no que respeita à verdade desportiva no nosso país.

Poder-se-iam alinhar muitos mais exemplos desde a legislação portuguesa no que respeita às sociedades desportivas, que na prática impõe esta situação como modelo único para a gestão do Desporto profissional; a abusiva intromissão do governo na esfera própria das competências do Associativismo, através de sucessiva legislação regulamentar; as sucessivas nomeações e demissões no Centro de Apoio às Actividades Desportivas (CAAD), que vai com a terceira gestão com este governo sem que se vislumbrem as melhorias prometidas no Complexo do Jamor; o atraso na assinatura dos contratos programa com as Federações o que só vai acontecendo face à pressão exercida por estas e pela Confederação dos Desportos, ou ainda a autêntica futebolização de toda a vida desportiva nacional sendo que a Secretaria de Estado dos Desportos mais parece e Secretaria Geral da Liga de Clubes de Futebol.

Iremos reter apenas mais dois acontecimentos que caracterizam bem a política governamental.

A criação da Comissão Governamental "Desporto do Séc. XXI", apresentada publicamente à imprensa, com pompa e circunstância, dias antes do Encontro do PCP, e sem que tivesse saído do despacho definindo a sua composição formal.

É útil aqui fazer um parêntesis para referir que desde o momento em que o programa "O PCP e o Desporto do Séc. XXI" foi lançado para debate público (24 de Novembro de 1997), o governo se tem vindo a multiplicar em declarações e anúncios de medidas que claramente visam responder às críticas e às propostas que o PCP avançou no seu documento. Nos últimos meses, tem sido um autêntico frenesim de projectos, apresentados sem qualquer nexos ou coerência não permitindo vislumbrar qualquer política de desenvolvimento desportivo. É um Governo a reagir às críticas prometendo sucessivamente aquilo que sabe que não irá fazer, sem que nada se altere na vida dos cidadãos em termos desportivos.

permissão. Nos últimos meses, tem sido um autêntico frenesim de projectos, apresentados sem qualquer nexos ou coerência não permitindo vislumbrar qualquer política de desenvolvimento desportivo. É um Governo a reagir às críticas prometendo sucessivamente aquilo que sabe que não irá fazer, sem que nada se altere na vida dos cidadãos em termos desportivos.

Má consciência e demagogia

Regressando à Comissão, cuja tarefa é estudar a situação das Instalações Desportivas do País e propor apressadamente no espaço de 4 meses soluções para o futuro (o governo lembrou-se agora a meio do mandato que era preciso anunciar alguma coisa), não tem na sua composição ninguém das Autarquias, reconhecidamente os principais promotores de instalações desportivas do País. O que é mau sinal. Mas mais do que isto, esta comissão, vem

do PCP. É claro que a Comissão foi dissolvida sem apelo nem agravo não voltando a ser reconstituída até hoje.

De facto, é difícil digerir para o Governo (quer para o actual, quer para o então do PSD) que uma comissão governamental diga que, para que o País não se atrase no desenvolvimento desportivo, há que investir 4 a 5 vezes mais em termos orçamentais o que quer dizer que no actual e no próximo Orçamento de Estado, o investimento em Desporto deveria rondar os 80 a 100 milhões de contos e não os actuais vinte milhões. Que o orçamento do Desporto deveria ser nunca inferior a 1% do O.E. e não os actuais 0,25%-0,30%. O que o Governo está a preparar é naturalmente mais uma jogada em que, aparecendo a reconhecer a difícil situação actual do Desporto e das instalações (situação negativa em que tem largas responsabilidades ao longo das duas últimas décadas), virá depois com grande aparato mediático, dizer que agora é que vai ser, anunciando medidas já na perspectiva das promessas eleitorais para 1999, que claramente não está a pensar concretizar.

Finalmente, uma referência ao concurso "O Melhor Clube Desportivo", iniciativa da mais descarada falta de vergonha governamental. O INDESP, que há largos anos não apoia o associativismo desportivo amador e popular, decidiu, por má consciência ou apenas por demagogia, instituir um prémio em que vai gastar 60 mil contos, atribuindo 22 500 contos aos três clubes vencedores a nível nacional e mais 1250 contos a 2 clubes vencedores em cada distrito, num universo de cerca de 10 000 clubes desportivos. Seguramente teremos uma apresentação pública em cerimónia a condizer, e os clubes podem ficar felizes e ir na paz do Senhor. A má divulgação e a reduzida adesão a esta iniciativa são a imagem do fracasso de um Governo de costas para o Movimento Associativo Desportivo Popular, desde sempre esquecido e desprezado pelos sucessivos Governos de direita e pelo PS. O Movimento Associativo Popular não precisa desde tipo de acções demagógicas, necessita sim, como o PCP



"substituí" as funções da Comissão do Programa Integrado de Desenvolvimento Desportivo (PROIDD), cuja existência é imposta pela Lei de Bases do Sistema Desportivo. Talvez porque quando existiu, a Comissão do PROIDD (de nomeação governamental) fez uma análise da situação desportiva profundamente negativa e apontou soluções audaciosas. Curiosamente, análise e propostas de solução que na maioria dos casos coincidiu com a própria análise e propostas

insistentemente vem defendendo, inclusive apresentando propostas de lei, de critérios de apoio transparentes e apoios efectivos à sua generosa e insubstituível actividade na promoção e no desenvolvimento do desporto no nosso país.

O Governo do PS tem uma prática política na área do Desporto atrasada no tempo algumas décadas, desfasada da realidade do desporto contemporâneo, com inegáveis prejuízos para o Desporto Nacional e para a qualidade de vida de todos os portugueses particularmente para a juventude. Detém uma postura isolada dos seus parceiros europeus, pela negativa, no que respeita a políticas adequadas à dimensão económica, social e cultural que o desporto assume nos tempos modernos e o seu papel no desenvolvimento global das sociedades. Revela incapacidade, incoerência e desorientação numa área que exige planificação e investimento a prazo no bem-

O compromisso com a verdade no discurso político cubano



■ Miguel Urbano Rodrigues

Slogans como «a verdade é sempre revolucionária» são comuns em partidos e organizações de esquerda. Poucas são, entretanto, as revoluções nas quais a linguagem da autenticidade e da verdade, no diálogo dos dirigentes com o povo, se torne parte do quotidiano e seja um pilar da política do Estado e do Partido.

Meditava nessa excepção cubana ao acompanhar recentemente uma sessão pública durante a qual 53 cidadãos receberam diplomas comprovativos do alto apreço em que são tidos pelos seus méritos. Todos esses quadros têm grandes responsabilidades na Administração ou no Governo, mas somente alguns são personalidades conhecidas.

A imprensa internacional ignorou o acontecimento. É pena. Carlos Lage, que é um Primeiro-Ministro sem título, aproveitou a oportunidade - como vice-presidente do Conselho de Estado e do Conselho de Ministros - para pronunciar um desses discursos que iluminam o carácter humanista da Revolução Cubana e o seu permanente eticismo.

Cuba não é um país de anjos onde o homem novo, eterna utopia, seja uma realidade após quatro décadas de revolução. As enormes dificuldades impostas pelo período especial, ou mais exactamente, pela necessidade de apertar o cinto e sobreviver em condições de escassez é cerco, dificilmente imagináveis na Europa, desenvolveram, pelo contrário, em certas franjas da sociedade, comportamentos e hábitos negativos, resultantes daquilo a que Fidel chama a contaminação capitalista. Precisamente por isso, a questão dos quadros do Estado e do Partido, o problema da sua atitude social, adquire uma importância decisiva na luta pela superação dos grandes desafios que a Revolução enfrenta.

O discurso de Lage impressionou-me pela clareza, pela frontalidade na abordagem de temas delicados e pela riqueza conceptual. No preâmbulo, comentou os balanços anuais da gestão dos organismos centrais do Estado em 97, cuja análise e crítica permitiram fixar objectivos até ao ano 2000. Sem triunfalismo, mas consciente de que o esforço colectivo viabilizou a passagem a uma nova etapa, lembrou que foi já criada uma dinâmica interna de recuperação capaz de fazer o país avançar não obstante o cerco imperialista.

O crescimento económico no ano passado foi discreto, apenas 2,5%, mas excedeu a média da América Latina onde as condições externas são muito mais favoráveis.

Lage tirou conclusões: «Os que criticam a intervenção do Estado na economia têm aqui um exemplo incómodo. Se, bloqueados, obtivemos estes resultados, que possibilidades seriam as do nosso sistema económico, racional e programado, com a experiência que adquirimos, se simplesmente terminasse a guerra contra nós?»

No inventário de êxitos e insuficiências, um aspecto da vida mereceu atenção especial. Os avanços mais importantes na frente da economia foram possíveis graças a uma maior eficiência e ao sentido de responsabilidade da maioria dos quadros.

Lage foi categórico num ponto: «O socialismo que defendemos somente pode sustentar-se com uma empresa estatal tão forte e efi-

caz como a melhor das empresas privadas.»

O discurso teve espírito e estrutura de diálogo. Muito diferente daquilo a que nos acostumaram os governos europeus. Por viver permanentemente na beira do abismo, com um inimigo implacável à espreita do menor deslize, em Cuba as palavras pesam, a defesa do Socialismo implica uma exigência moral e sacrifícios mais duros por parte dos mais responsáveis.

«Indiscutivelmente hoje», sublinhou Lage, «as exigências que incidem sobre nós têm de ser maiores do que há alguns anos. A firmeza revolucionária tem de ser total.»

Para sobreviverem, os cubanos revolucionários - a grande maioria -, tem de colocar muito alto a fasquia; devem ser melhores do que os estrangeiros. «É necessário comparar os nossos resultados com aqueles que obtêm os melhores do mundo.»

«Isso somente será possível num mundo injusto, dominado pelas transnacionais, se os quadros, com o seu exemplo, aceitarem o desafio de uma superação permanente: «Temos de converter cada vez mais as nossas salas de reuniões em aulas.» Carlos Lage informou que muitos grandes empresários estrangeiros, ao serem interrogados sobre os motivos que os levavam a investir em Cuba, apesar da Helms-Burton, responderam: «Aqui não há corrupção.»

«Esse», comentou o vice-presidente do Conselho de Ministros, «é um dos grandes recursos que temos; e é necessário preservá-lo.»

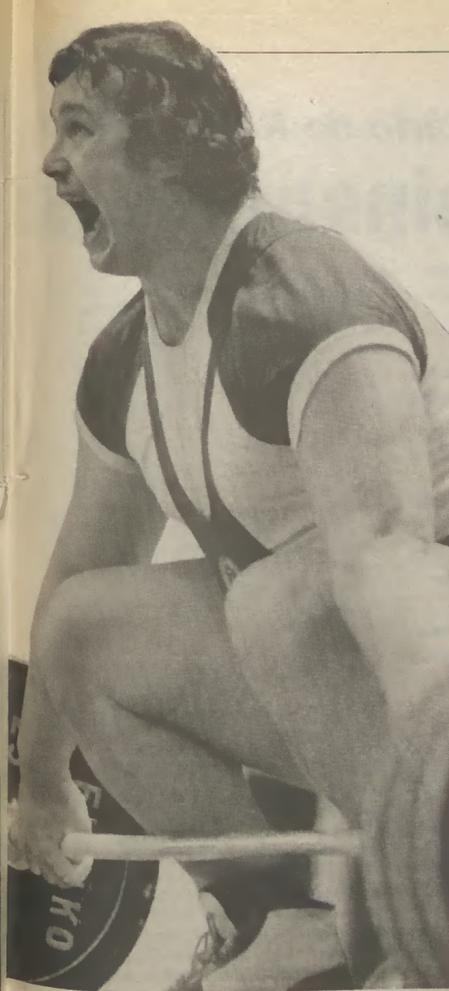
Lage está, porém, consciente da realidade. Sabe que não existe aparelho de Estado impermeável à corrupção. Cuba não pretende apresentar-se como o paraíso terrestre. Na Administração também há gente corrupta, embora no Governo sejam raríssimos esses casos.

Contrariamente ao que ocorre em Portugal, o Estado cubano não esconde essas mazelas quando são detectadas.

«Temos casos», as palavras são também de Lage, «de comportamentos contrários aos nossos princípios, de acomodados e delapidadores de recursos, embora não nos níveis mais altos de direcção. Existem, mas, logo que são conhecidos, essas pessoas são afastadas dos seus cargos e sancionadas. Em situações desse género, não actuamos com flexibilidade nem tolerância.»

Não é surpreendente que, nas suas cidades, repartições e fábricas, os 53 quadros (altos funcionários, embaixadores, gerentes de empresas) pelos quais a Revolução manifestou um apreço e gratidão especiais tenham sido recebidos festivamente. Estamos longe da rigidez e do artificialismo da emulação stakanovista. Em Cuba, a eficácia no trabalho, a responsabilidade, a imaginação revolucionária desenvolvem-se numa atmosfera de humanização da vida. As convicções revolucionárias e a consciência comunista são inseparáveis de um espírito de participação que não conhecemos na Europa capitalista.

Seria uma atitude romântica acreditar que todos na Ilha, repito, são moldados por essa mentalidade. Mas é ela que define o rumo da sociedade e imprime às relações humanas o estilo fraterno e caloroso que tanto impressiona os visitantes.



estar e na saúde dos portugueses.

Não admira, portanto, a reacção que se vai notando às propostas contidas no programa "O PCP e o Desporto do Séc. XXI". Trata-se de um programa articulado com o que de mais avançado existe no pensamento e na prática desportiva, quer a nível nacional quer a nível internacional.

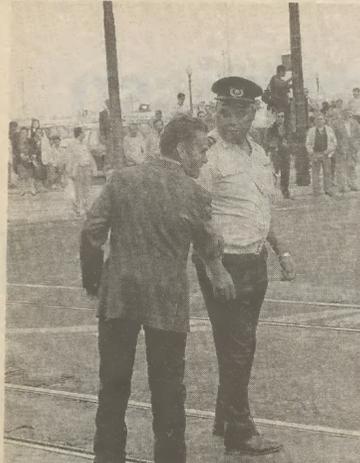
É o PCP e não qualquer outro partido ou o Governo que acompanha as resoluções da UNESCO, do Conselho da Europa, da União Europeia, do Fórum Mundial sobre a Actividade Física e o Desporto, da Declaração de Brighton sobre a Mulher e o Desporto e outros Fóruns Internacionais sobre a democratização do desporto em toda a sua latitude, ao serviço das pessoas e da humanização da vida.

A situação de atraso do Desporto Nacional, nos seus aspectos essenciais e no que respeita à prática desportiva dos cidadãos, que este Governo tem vindo a agravar, exige a criação de um forte movimento de opinião, uma autêntica vaga de fundo que, pela reflexão, pelo debate e pela prática concreta, possa impor

as mudanças indispensáveis. O PCP está em condições de, pela sua parte, dar um forte contributo para a mudança necessária, contando com a participação dos homens e mulheres que intervêm no fenómeno desportivo, com o Associativismo, com outras instituições, com a participação das populações.

É um debate e intervenção a abrir em todas as frentes e áreas do desporto, tendo como referência o Documento "O PCP e o Desporto do Séc. XXI" que se insere, no que diz respeito aos comunistas, na concretização das conclusões do Comité Central, no novo impulso a dar à nossa actividade, na abertura a amplos sectores da sociedade portuguesa.

Neste caso, no desenvolvimento do combate pelo direito constitucional de todos os cidadãos à prática desportiva.



■ Ilda Figueiredo

A polícia e os cidadãos

Todos sabemos que a segurança pública é um dos direitos dos cidadãos que, normalmente, aparece associada à necessidade de maior policiamento. Embora não seja um simples problema de mais polícias na rua, os moradores relacionam a falta de policiamento com a insegurança que sentem, sobretudo, devido ao tráfico de droga e aos problemas que, em geral, lhe andam associados.

Depois de ouvir inúmeras queixas dos cidadãos, decidi ouvir os polícias, visitar algumas esquadras, conhecer melhor o campo de intervenção da P.S.P. e os problemas dos seus homens. E foi com a maior gentileza que me abriram as portas. É disso que, hoje, vos quero falar.

Começamos pelas condições de trabalho, designadamente, instalações e equipamentos. A maior parte das esquadras do Porto e arredores funciona em edifícios antigos, de propriedade particular ou camarária, deficientemente adaptados, com falta de espaço para reuniões de trabalho, audição dos queixosos, acções de formação ou alojamento do pessoal deslocado. Em certas zonas, funcionam num pré-fabricado e nalgumas rotuleiras.

Quanto aos equipamentos, predominam rádios antiquados de uma rede de transmissões completamente obsoleta, à espera da nova, e as máquinas de escrever antigas. Num caso ou noutro, o responsável decidiu levar o seu computador pessoal para a esquadra, enquanto não chega a tão prometida informatização.

Mas, aquilo que mais me impressionou, foi as más condições de algumas camaratas onde dormem os polícias, deslocados de longe, sem condições para um alojamento individual, limitados a um salário que não permite soluções pessoais. Falemos, agora, das inúmeras atribuições da P.S.P. Os polícias têm de prestar apoio administrativo a uma série de entidades, como se fossem bombeiros da Administração Pública. São eles quem vai entregar as notificações dos Tribunais, da Segurança Social, das Direcções-Gerais de Finanças, de Viação, dos Espectáculos, das Câmaras Municipais e de outras entidades. No fim de cumprir todas as atribuições e competências de apoio à máquina administrativa e burocrática, ainda restam alguns homens para uma patrulha de carro ou de motorizada e, na melhor das hipóteses, três ou quatro polícias a pé, por turno, para percorrer dezenas ou centenas de ruas a cargo da esquadra da zona, apoiar escolas e visitar bairros. As novas dezenas de polícias, anunciadas pelo Senhor Ministro da Administração Interna para a região do Porto, não vão chegar para uma significativa alteração, sobretudo enquanto se mantiverem as inúmeras outras competências da P.S.P. e os meios escassos de que dispõem. O mesmo acontece com o livro sobre o apoio a prestar às vítimas de violência que lhes aparecerem nas esquadras, enquanto continuarem sem saber onde ficam as instalações para o alojamento temporário das mulheres e crianças vítimas de violência familiar, porque, apesar de anunciadas, há um ano, com pompa e circunstância, na Câmara Municipal do Porto, pelo Ministro da Justiça, as obras não começaram.

Assim, aqui fica uma sugestão às Câmaras Municipais com bairros camarários: pelo menos provisoriamente, reservem algumas habitações para estes casos de violência familiar e informem a P.S.P. disso. É um apelo ao Senhor Ministro da Administração Interna: reveja as condições de trabalho e alojamento da P.S.P. nesta região, condição importante para maior eficácia na sua missão de segurança dos cidadãos.

Até à década de 40, os caminhos-de-ferro britânicos estavam na posse de privados. A partir de 1948, com a constituição da Comissão Britânica de Transportes, passaram a ser propriedade pública, junto com outros serviços de transporte. A Comissão Britânica de Transportes deixou de existir nos começos da década de 60, passando os caminhos-de-ferro a estar na dependência da British Railways Board (Administração dos Caminhos-de-Ferro Britânicos) que, sendo uma organização autónoma, era propriedade estatal. O governo conservador, que chegou ao poder em 1979, foi transferindo um importante número de serviços para o sector privado, entre os quais os caminhos-de-ferro. Após a aprovação da Lei dos Transportes Ferroviários em 1993, o Governo levou a cabo uma política de fragmentação, para posteriormente privatizar o sector. Os custos e ensinamentos dessa política foram apontados por sindicalistas portugueses que recentemente se deslocaram a Londres no documento que divulgaram após o seu regresso (ver «Avante!» de 26 de Fevereiro) e de que aqui publicamos excertos.

O objectivo central e primordial da Lei de 1993 foi a fragmentação da Administração dos Caminhos-de-Ferro Britânicos e a transferência de todas as suas actividades para o sector privado. Ideologicamente, o governo britânico sempre entendeu haver uma maior eficácia do sector privado em relação ao público e que a motivação produzida pelos lucros e pela competição representaria um incentivo rumo à eficácia e qualidade.

Não há dúvidas de que havia outras razões para privatizar. Na Introdução da legislação era afirmado o seguinte: «É de esperar que, com o tempo, os custos de exploração dos transportes ferroviários dentro do sector privado serão menores para o Ministério das Finanças do que seriam no caso contrário». Para um governo radicalmente empenhado em diminuir as despesas públicas, a passagem da indústria ferroviária para o sector privado trazia a vantagem de reduzir o investimento público.

Princípios para a divisão

Basicamente, as mudanças introduzidas na estrutura organizativa resumiram-se à criação de uma organização totalmente independente - a Railtrack - encarregada da infra-estrutura ferroviária, incluindo as vias e o sistema de sinalização; de três empresas de material circulante, pelas quais foi distribuído o material circulante da British Railways; de vinte e cinco empresas para a exploração dos comboios de passageiros; e de três empresas para o transporte ferroviário de mercadorias.

Criaram-se ainda treze organizações de manutenção das infra-estruturas e renovação das linhas, na base dos sectores técnicos da British Railways que estavam encarregados de tais funções. As novas organizações trabalham com base em contratos celebrados com a Railtrack.

Contudo, a fragmentação não terminou aqui. Foram vendidas as principais oficinas de reparação de material circulante da BR. Treze importantes estações foram colocadas sob administração autónoma, ao mesmo tempo que foram oferecidas ao sector privado importantes actividades comerciais da BR, incluindo o departamento de investigação, sistemas e serviços comerciais e o fornecimento de material e equipamento.

Foram vendidos ao sector privado dezoito subsectores da BR e, se as propostas do governo fossem aplicadas na totalidade, a British Railways fragmentar-se-ia em mais de cem organizações distintas.

As mudanças operadas ultrapassam o que é necessário para cumprir as directivas comunitárias, cujo requisito básico é uma contabilidade própria para a infra-estrutura e as operações ferroviárias. As directivas não requerem a criação de empresas totalmente independentes nem a fragmentação da indústria ferroviária num vasto número de organizações separadas e sua transferência para o sector privado. Contudo, várias vezes o governo britânico fez referências às directivas para justificar as mudanças efectuadas.

Os custos dos lucros privados

Com a fragmentação da estrutura ferroviária num vasto número de empresas privadas independentes, encarregadas dos distintos aspectos das operações ferroviárias, as relações de trabalho entre as empresas passaram a ser determinadas por contrato. Os numerosos e complexos documentos legais criaram obstáculos desnecessários e considerável burocracia na gestão diária do sistema ferroviário. Ainda que os contratos legais sejam claros e precisos e com uma só interpretação, a existência de organizações separadas cria barreiras - particularmente no fluxo de informação - que afectam os utilizadores dos caminhos-de-ferro.

Transporte ferroviário no Reino Unido

Custos e ensinamentos da política de privatização

Para que este sistema ferroviário fragmentado pudesse funcionar, o Governo viu-se obrigado a criar duas novas agências estatais: o Gabinete do Regulador Ferroviário e o Gabinete do Director de Taxas Ferroviárias para Passageiros.

O último presidente de British Rail, sir Bob Reid, falando sobre a fragmentação e privatização dos caminhos-de-ferro, admitiu que preferia investir o seu próprio dinheiro num matadouro ou numa plataforma petrolífera, em vez de numa qualquer parte dos caminhos-de-ferro. A privatização, disse, «seria excessivamente cara e intensamente burocrática». Um verdadeiro «pesadelo». Depois de haver admitido que a qualidade do serviço tinha começado a diminuir, acusou o governo de se imiscuir em assuntos que não entendia e exprimiu a sua preocupação de que as novas empresas comerciais do mercado ferroviário se vissem tentadas a procurar maiores lucros, e não propriamente a investir de novo na rede.

Em termos financeiros, o custo da privatização ferroviária é superior a mil milhões de libras.

Ainda de acordo com cálculos governamentais, o custo da privatização ferroviária - deixando de lado os custos da reestruturação e da redução de postos de trabalho - foi calculado em mais de 300 milhões de libras. Para além disso, a British Rail calculou que deverá investir outros 100 milhões durante os dois próximos anos, como resultado directo da privatização. Ao mesmo tempo, o subsídio ferroviário metropolitano, pago pelo governo às autoridades regionais de transporte de passageiros para que possam suportar os custos mais altos impostos pela Railtrack pelo uso e manutenção das linhas e do sistema de sinalização, custou em 1994, 200 milhões e outros 200 milhões em 1995. A isto devem juntar-se outras medidas integrantes da privatização ferroviária, incluindo a amortização de dívidas e mudanças nas disposições fiscais, que totalizam 4 mil milhões, para fazer com que a indústria fosse atractiva para os privados.

O Comité dos Transportes da Câmara dos Comuns - na qual os conservadores detinham a maioria - declarou que a privatização dos caminhos-de-ferro teria como resultado um acréscimo na despesa pública da ordem dos 500 a 700 milhões de libras ao ano, para manter o nível de serviços.

Mais despesas e pior serviço

Nas sete principais ligações fora de Londres, o financiamento das operações de serviços ferroviários corre a cargo de «autoridades de transporte de passageiros». Como resultado da criação da Railtrack e da decisão de que esta deveria cobrar tarifas comerciais pelo uso da via e do sistema de sinalização, duplicaram, em média, os pagamentos a que as autoridades de transporte de passageiros estão obrigadas. Apesar da declaração do governo de que a privatização iria reduzir gastos, o executivo viu-se obrigado, de facto, a duplicar os subsídios às autoridades de transporte de passageiros, para que possam pagar os novos encargos impostos pela Railtrack e pelas empresas arrendatárias do material circulante.

Contudo, nos últimos anos, o governo reduziu consideravelmente as transferências de verbas para os municípios, existindo boas razões para crer que também se reduzirá o montante consignado às autoridades locais responsáveis pela prestação de serviços ferroviários. Ao mesmo tempo, as autoridades locais viram-se submetidas a fortes pressões financeiras em todos os sectores das suas actividades, tais como educação, habitação e prestação de serviços sociais. É possível que as

autoridades locais decidam, elas mesmas, avaliar meticulosamente o que estão a pagar por tais serviços, na hora de decidir as verbas disponíveis para cada uma das actividades. Apesar da negação do governo, é provável que tais pressões resultem na supressão de serviços e funcionamento de linhas.

O Director de Taxas tem sob sua responsabilidade o estabelecimento de níveis mínimos de serviço que as empresas dos comboios de passageiros devem satisfazer. Na base de decisões por ele adoptadas até à data, respeitantes à primeira série de empresas postas à licitação, os requisitos impostos parecem equivaler a 80-90 por cento do actual nível mínimo de serviço.

Suspeita-se que, na realidade, o Director deu luz verde às novas empresas exploradoras privadas para que ponham em marcha um serviço inferior ao actual, porque o governo não proporcionou verbas suficientes para permitir o financiamento dos níveis actuais de serviço. A este respeito são elucidativos alguns comentários, nomeadamente de um responsável da Railtrack, que referiu que não havia nenhuma razão para manter em funcionamento as linhas rurais pertencentes à British Rail.

A «eficiência» dos privados

Como resultado da divisão entre infra-estrutura e operação de serviços e da fragmentação de todos os sectores da actividade ferroviária, as relações de trabalho entre numerosas empresas seguem canais estritamente comerciais, em que cada uma delas trata de reduzir ao mínimo os seus custos e aumentar ao máximo os seus lucros, de forma a que possam proporcionar benefícios financeiros para os accionistas e proprietários. Os lucros são da indústria ferroviária mas não voltarão a ser investidos para benefício da própria indústria.

No que respeita ao facto de que as novas empresas procuram reduzir os seus custos, ninguém pode objectar a que uma empresa trate de explorar um serviço de alta qualidade da forma mais eficiente possível, que salvaguarde o funcionamento seguro de tal serviço. Contudo, o que fica demonstrado - e com demasiada frequência - é que as empresas privadas procuram melhorar o seu rendimento financeiro, não necessa-

riamente mediante a atracção de um maior volume de negócio e, por conseguinte, de receitas, mas sobretudo através da poupança de custos, reduzindo postos de trabalho e atacando as condições de trabalho, incluindo os salários. A privatização da British Rail conduziu já à perda de 24 mil postos de trabalho.

O governo defende que a gestão privada é superior à gestão pública, sem que existam dados que possam comprovar tal afirmação. Com demasiada frequência os únicos conhecimentos técnicos que o sector privado parece possuir são a sua inclinação para fazer pagar através dos trabalhadores, os benefícios financeiros obtidos pelos proprietários e accionistas.

Um sistema ferroviário privatizado e fragmentado é menos seguro. Se bem que no Reino Unido seja exigido que cada organização tenha planos de segurança e um processo de certificação desses planos, a realidade é que a segurança não consiste na produção

de documentos, mas numa cultura que valorize essa componente e lhe dê assim absoluta prioridade, não permitindo atalhos de qualquer espécie. Se se destrói tal cultura, mediante o estabelecimento de organizações ferroviárias em competição para quem os resultados financeiros são o único objectivo com importância, a segurança ficará com certeza comprometida. São muitos aqueles que afirmam que essa é a razão pela qual são tantos os transportadores insustentáveis, e o motivo por que têm aumentado os acidentes também com autocarros de empresas privadas.

O incremento da segurança exige investimentos; entretanto, assiste-se ao desperdício de vastas somas de dinheiro público na fragmentação e privatização dos caminhos-de-ferro britânicos, ao mesmo tempo que se nega o dinheiro necessário para implementar medidas de segurança recomendadas. Em primeiro lugar está a privatização e só depois a vida dos passageiros.

Menos investimento

Uma das vantagens apontadas pelo governo conservador na defesa da reorganização da indústria ferroviária e da sua fragmentação e transferência para o sector privado foi que o sector privado encontraria mais capital para a realização de investimentos. Todavia, a realidade tem demonstrado o contrário.

A mudança estrutural e de propriedade da indústria ferroviária, juntamente com a incerteza que criou, levou a uma séria contração da indústria britânica de material circulante, o que resultou no encerramento da ABB Works, em York, como resultado da falta de encomendas.

De um valor de negócios ligeiramente superior a 400 milhões de libras, em 1991-92, os fabricantes de material circulante e de tracção descobriram que o mercado ferroviário britânico foi ao fundo por completo, sem que tenha sido feita nenhuma encomenda em 1994. A situação é muito similar nos demais sectores da actividade ferroviária.

A Associação da Indústria Ferroviária, que representa os fabricantes, calculou que a Railtrack necessitaria de investir 225 milhões de libras por ano na renovação da sinalização, incluindo a recuperação dos

atrasos nos investimentos. O número de convites para a licitação em programas importantes de sinalização por parte da British Rail e Railtrack caiu de 10, em 1990, para um, no ano de 1994, e as entregas reais por parte da indústria britânica da sinalização reduziram-se a 38 milhões durante 1995.

O mesmo está a acontecer no sector das vias.

Em 1994, o índice de substituições ferroviárias da Railtrack desceu para 0,8 por cento, com uma média para o último quinquénio de 1,1 por cento. Um índice de substituição ferroviária de 1,1 por cento supõe a duração do material por mais de 90 anos, coisa que mesmo os fabricantes dizem ser impossível. Como comparação, entre 1991 e 1993, os caminhos-de-ferro nacionais de França, Itália e Suécia substituíram, em termos médios anuais, cerca de 3,4 por cento das suas linhas.

As estatísticas apresentadas mostram que as entregas feitas à British Rail e Railtrack pela indústria dedicada à fabricação de material ferroviário sofreram uma drástica redução durante os últimos dois ou três anos, desde que se anunciou a fragmentação e privatização dos caminhos-de-ferro, sendo previsível uma descaída ainda maior no futuro imediato.

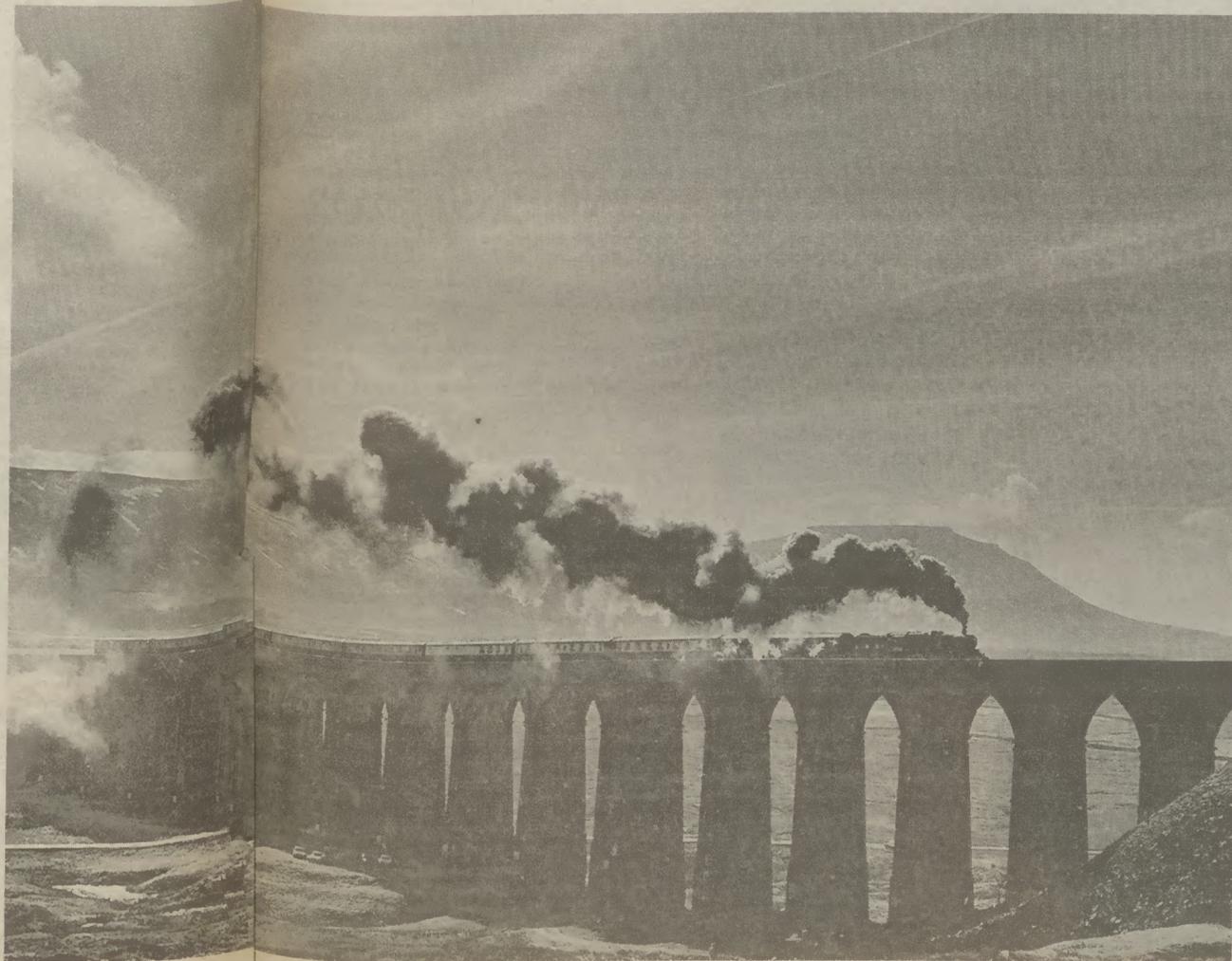
A manutenção da rede actual dos caminhos-de-ferro requer investimentos de cerca de 900 milhões de libras por ano, ao passo que, na actualidade, os investimentos representam cerca de metade desse valor.

É difícil descortinar como vai a divisão da rede ferroviária solucionar o problema da falta de investimento, factor crucial que têm de enfrentar os caminhos-de-ferro britânicos. Tão pouco existe algum indício de que a privatização vá produzir capital de investimento que não pudesse ser obtido por uma rede ferroviária de propriedade pública. De facto, o oposto parece ser verdade.

Veja-se o caso recente da privatização da Central Sul de Caminhos-de-Ferro de Londres, gerida agora por uma subsidiária da Générale des Eaux. As linhas vão receber um subsídio do governo no valor de 360 milhões de libras durante os sete anos do contrato. A empresa disse que só iria investir 10 milhões durante o período de contrato e, definitivamente, não substituiria os velhos comboios, com mais de 30 anos de utilização, apesar das fortes críticas à sua falta de segurança.

A separação entre infra-estrutura e operações não criou problemas só a nível operacional, mas também a nível estratégico, uma vez que será mais difícil o planeamento dos investimentos e em alguns casos, tal planeamento resultará praticamente impossível, já que a separação aumenta os riscos para o sector privado e reduz a probabilidade de que possa dispor-se de financiamento privado a um custo aceitável.

Nem a fragmentação nem a privatização deram ou irão dar solução ao problema central que é a falta de investimento. De facto, é provável que o problema se agrave, pois os lucros de uma rede ferroviária completa e eficiente, com tarifas que fomentem, em vez de dissuadir, o uso dos comboios, não é algo que se possa encontrar nos balanços de cada empresa individual, porque os benefícios-chave são aqueles que reflectem as vantagens sociais, ambientais e económicas proporcionadas às comunidades a quem se presta serviços.



■ Rui Paz

A «vichyzação» da Europa

e a «collaboration»

Alguns dias após o Bundesbank e Theo Waigel, mascarados de Jacques Santer, terem distribuído certificados de bom comportamento aos governos da União Europeia pela disciplina submissa com que cumprem ou fazem de conta que cumprem os chamados critérios de convergência, o espectáculo viria a ser repetido, desta vez sem máscara e com pormenores significativos como por exemplo «obtivemos tudo aquilo que exigimos» (Waigel) ou «a partir de agora acabaram-se as políticas monetárias nacionais» (Tietmeyer). O capital financeiro alemão acaba de impor a toda a Europa a sua vontade com a arrogância que lhe é característica e num desprezo total pelos povos da EU, inclusive pelo povo alemão, o qual, na sua esmagadora maioria (66%), rejeita a moeda única. Na ex-RDA, onde hoje 95% das instituições de crédito e da grande indústria estão nas mãos do capital ocidental, a percentagem de rejeição do euro atinge os 75% da população, traumatizada pelo logro da recente união monetária com o *deutsch mark*.

Numa entrevista ao canal TV, West III, Wilhelm Hankel, um dos 150 professores universitários do sector da economia e das finanças, signatários do manifesto de rejeição da moeda única, salientava que Maastricht e a união monetária são o resultado da precipitação de Helmut Kohl «na fase eufórica

mo de pendor petainista a recordar o comportamento obscuro do regime de Vichy.

O chefe do governo da Renânia do Norte-Vestefália, Johannes Rau, que irá em breve abandonar as funções que exerce há dezenas de anos naquele Estado, acaba de afirmar num programa televisivo que os políticos não têm tanto poder como as pessoas pensam, uma vez que o poder de facto está nos bancos. É pena que os sociais-democratas, depois de servirem anos a fio os interesses do grande capital, enganando os eleitores, levando-os a acreditar que são os partidos políticos que governam, só tenham estes rebates de consciência e se lembrem de falar verdade quando chega a hora de deixarem o poder. O reconhecimento da prática ilegal e inconstitucional do parlamentarismo capitalista onde segundo a constituição o exercício do poder é atribuído aos partidos políticos e aos órgãos eleitos não podia ser mais claro. Os Tony Blairs, os Schröders e outros produtos e derivados da social-democracia espalhados por essa Europa fora, cultivadores de uma imagem de políticos «James Bond», agentes 007 ao serviço do império de sua Majestade, que tudo resolvem, cegos pela teoria de que não há política nem de esquerda nem de direita mas «apenas uma política moderna», reflectam sobre a constatação de Johannes Rau e em vez de se assumirem como simpáticos e sorridentes gerentes de *marketing* da banca e dos seus accionistas, digam claramente aos eleitores que sem a abolição do poder do grande capital a democracia é uma farsa.

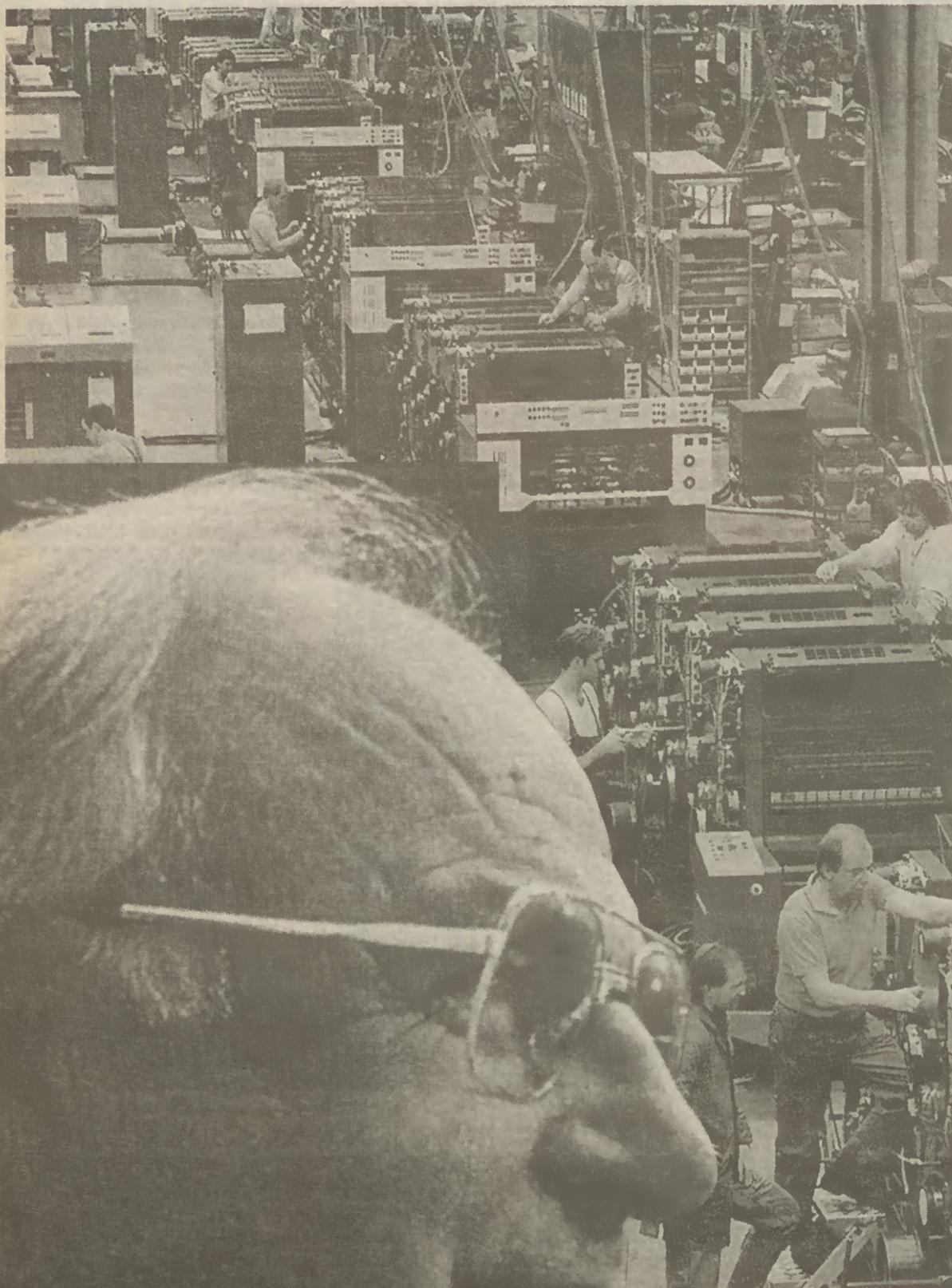
A argumentação social-democrata em favor de Maastricht e da moeda única é multifacetada. Para tentar atrelar os trabalhadores aos interesses do grande patronato, avança com afirmações de tipo chauvinista, como, por exemplo, a de que «o euro é bom para a Alemanha» (Scharping) confundindo assim o país inteiro com meia dúzia de bancos e potentados económicos. Simultaneamente, junto dos sectores politicamente mais excitantes procura dar a entender que Maastricht constitui a melhor maneira de refrear as ambições imperialistas germânicas e de se construir uma Europa social (Lafontaine), como se o domínio da Europa pelo capital alemão e pelas multinacionais não constituísse o principal objectivo daquele tratado. E à última da hora, tentando fugir às responsabilidades pelo muro de silêncio que ajudou a construir em torno das consequências da moeda única, pergunta, armada em ingénua, «por que é que não se pode discutir aquilo que é tão bom para a Alemanha e para a Europa?» (Schröder).

O capitalismo conseguiu instalar, nos últimos anos de colaboração com a social-democracia e o confessionalismo da democracia-alemã, um regime político monolítico cujo poder assenta fundamentalmente na atribuição de privilégios exagerados aos sectores que controlam a actividade e o pensamento das populações. As profissões mais altamente remuneradas são as dos presidentes da banca e das grandes empresas, governantes e deputados, directores de televisão e grandes jornais, presidentes dos sindicatos, cardeais e bispos, muitos destes últimos pagos directamente pelo Estado com o dinheiro dos contribuintes (crentes e não crentes). Particularmente importante para o regime é a corrupção dos dirigentes sindicais com salários e níveis de rendimento muito superiores aos da esmagadora maioria dos trabalhadores associados. O sindicalismo transformou-se assim num meio de se fazer carreira profissional ou política, trampolim para comissários de Maastricht (Wulf Mathiesen) enquanto os partidos políticos funcionam mais como agências de emprego para os incondicionais, em vez de se preocuparem em cumprir o mandato político que lhes é atribuído pelos leitores.

Só assim se explica que um governo democrata-cristão com o apoio da social-democracia possa impor a oitenta milhões de cidadãos, sem qualquer resistência institucional, aquilo que eles não querem, a moeda única, pronunciando e executando uma autêntica sentença de morte contra o emprego, o nível de vida e as principais conquistas sociais do século vinte.

A herança de Auschwitz e o novo terrorismo empresarial

Uma das características do capitalismo neoliberal e maastrichtiano reside na frieza com que prossegue a destruição da base material da existência de milhões de cidadãos e de lares. Este novo tipo de terrorismo anti-social, que tem levado ao suicídio de famílias inteiras e até de servidores do Estado como já



da unificação alemã». Mas o professor poderia mesmo ter acrescentado, uma vez que o chanceler e a democracia-cristã estavam convencidos ter chegado a hora de submeter definitivamente os povos europeus, com a ajuda do capitulacionismo social-democrata, inspirador de muitos governos europeus de fachada nacional mas de facto satelitizados e marcados por um colaboracionis-

social-democrata

aconteceu em Bona com vários funcionários da repartição de desemprego por não suportarem o papel que lhes é exigido pelo sistema, apresenta paralelismos evidentes com a lógica de Auschwitz ao partir do princípio de que tudo o que não tenha uma função lucrativa imediata ou constitua um factor de resistência e perturbação dos objectivos do poder económico deve ser eliminado. Os suicídios, completamente silenciados pela comunicação social «livre» e portanto sem a menor possibilidade de atuar o eco e as flores do funeral de Diana, é reveladora do desespero em que se encontram vastos sectores populacionais perante a prepotência do poder empresarial.

A grande atracção exercida por Auschwitz e por inúmeros campos de extermínio sobre o capitalismo alemão da época hitleriana e que levou o Deutsche Bank, a IG Farbe e outros potentados económicos a instalarem aí unidades de produção, residia fundamentalmente no facto de disporem de uma mão-de-obra sem horários de trabalho, sem encargos sociais, sem salários, e quando a força de trabalho já não correspondia ao desejável a solução não era a reforma, o subsídio de doença ou de desemprego mas o crematório. O capitalismo mostrou então a sua verdadeira natureza desumana e criminosa ao servir-se da perseguição étnica, política e religiosa para maximalizar a sua sede de lucro. Este aspecto costuma ser silenciado por aqueles que procuram atestados de democraticidade afixando a sua indignação pelos horrores do holocausto mas que desde há meio século ao lado de regimes sanguinários e torturadores vêm impondo o capitalismo global, combatendo e perseguindo precisamente, as forças que libertaram Auschwitz.

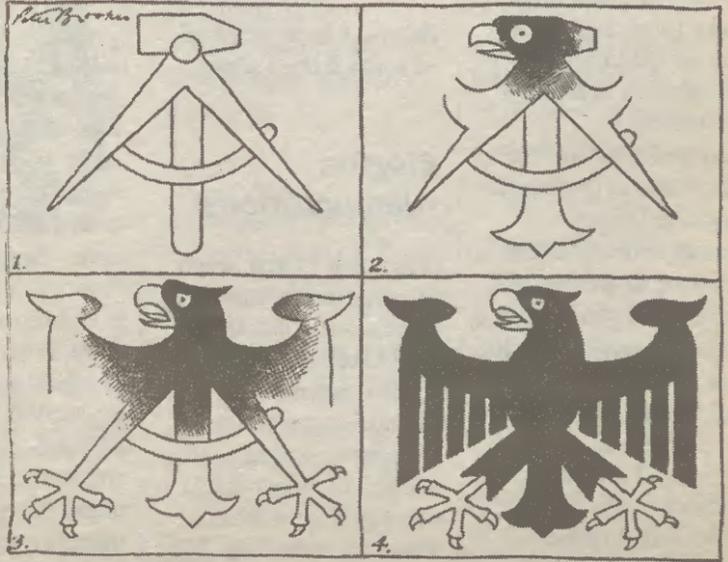
As exigências actuais do patronato alemão — redução dos salários para níveis que permitam apenas conservar a força de trabalho dos assalariados, a liquidação do valor real das reformas, dos subsídios de doença e de desemprego conferindo-lhes uma mera existência simbólica ou a inexistência entendida como um processo de escravização privando o assalariado do convívio familiar, da organização dos tempos livres, da vida cultural e colocando-o de facto vinte e quatro horas por dia ao serviço do patrão — são reveladoras da nostalgia de uma época e de um regime cujo terror oferecia vantagens ao grande capital.

Quando a democracia-cristã, após o processo de unificação, começou a culpabilizar os trabalhadores estrangeiros pelos malefícios do capitalismo (desemprego, falta de alojamento, aumento da criminalidade) e os grupos neonazis desataram, em Rostock, Solingen, Möll e outras cidades, a queimar vivas mulheres e crianças turcas e curdas, o chanceler Helmut Kohl manteve um silêncio total para não perturbar o seu eleitorado. Só quando a comunidade internacional começou a reagir e ameaçou boicotar as exportações alemãs é que se dignou apelar ao povo para se distanciar de tais actos uma vez que «prejudicavam a economia alemã no estrangeiro». E só alguns dias mais tarde, provavelmente alertado por algum conselheiro

ro mais sensível, é que passou a acrescentar «e por se tratar de actos contrários aos direitos humanos». O primado dos interesses económicos do capitalismo sobre o direito à vida dos seres humanos não podia ficar melhor documentado.

Na Alemanha de hoje, um número cada vez maior de dirigentes das grandes empresas e da administração pública é nomeado ou promovido não pela competência profissional e qualidades humanas mas pela brutalidade com que tratam os assalariados e pela frieza típica de uma certa mentalidade de carrasco com que liquidam direitos sociais adquiridos ou executam planos de lucro imediato para os grandes accionistas mas de consequências terríveis para o futuro dos cidadãos empregados e até das próprias empresas cujo imenso capital acumulado é rapidamente esbanjado em actividades especulativas e ilegais.

Está-se a instalar assim um regime de terror que poderemos designar por terrorismo empresarial, assente no princípio; ou te submetes ou retiramos-te qualquer possibilidade de subsistência. As vítimas não são só os trabalhadores de baixa remuneração, em geral mais jovens, inexperientes nas lutas laborais e cuja saúde não se encontra ainda abalada por anos e anos de cadências de trabalho exaustivo.



Na Alemanha, ao contrário do que acontece noutros países europeus, como a França, a Áustria e a Itália, não existe oficialmente um partido de extrema-direita influente uma vez que estes sectores já se encontram no poder integrados na democracia-cristã. Assim, tem sido relativamente fácil iludir a social-democracia e levá-la a votar medidas antidemocráticas e a desmontar direitos constitucionais como a inviolabilidade do domicílio e o direito de asilo, oficializar a espionagem interna dos cidadãos, limitar gravemente o direito de greve, aplicar interdições profissionais e transformar as armadas alemãs numa tropa de intervenção em qualquer parte do mundo onde o capital considere que os seus interesses se encontram ameaçados. A atractividade da Bundeswehr junto da extrema-direi-



A destruição da base material da existência dos cidadãos que se atrevam a resistir e a sua exclusão da vida social, obtida nas ditaduras de tipo clássico pela prisão política e a tortura, está a ser conseguida através de um conjunto de medidas de repressão visíveis e invisíveis com destaque para o terrorismo empresarial. Produzir desempregados e pobrezinhos, categorias que não constam das listas das organizações internacionais como atentados aos direitos humanos, não dá tanto nas vistas e ajuda a esconder os aspectos opressores do sistema, ao mesmo tempo que vai amadurecendo o terreno para uma definitiva e total entrega do poder às forças fascizantes, encarregadas de reprimir o inaceitável protesto e a revolta das populações.

ta aumenta de dia para dia, como mostram os inúmeros escândalos com neonazis cujos chefes, conhecidos criminosos condenados pelos tribunais, chegam a ser convidados para proferirem conferências na Escola Superior de Estudos Militares sobre a influência e o domínio alemães no leste europeu.

Neste contexto, os actos eleitorais e alguns aspectos da chamada concertação social são cada vez mais encarados pelo poder como um ritual destinado a legitimar a crescente prepotência de um exército de pequenos ditadores ao serviço dos accionistas e não como um meio de organizar a vida social, política e económica de acordo com a vontade dos povos que é a idícia geradora da democracia.

AGENDA

ABRANTES

● Almoço, dia 25 às 13h, com a participação de Jerónimo de Sousa.

ALBUFEIRA

● Almoço-convívio da CDU, no restaurante «A Cocheira», dia 25 às 13.

ALENQUER

● Jantar comemorativo na «Romeira», dia 24 às 20h, com a participação de Domingos Abrantes.

ALGÉS

● Sessão evocativa no Centro de Trabalho do PCP, dia 24 às 21h30.

ALMADA

● Sessão evocativa na Junta de Freguesia do Laranjeiro, dia 23 às 21h30, com a presença de Jerónimo de Sousa.

ALPIARÇA

● Almoço-convívio da CDU, dia 25.

AMADORA

● Almoço-convívio promovido por militantes do PCP da Venda Nova, dia 26 às 13h na Quinta dos Lilazes.

ARRUDA VINHOS

● Jantar no restaurante «Transmontano», dia 25 às 20h, com Adelaide Alves.

BAIRRADA

● Almoço comemorativo dos concelhos de Anadia, Mealhada e Oliveira do Bairro, no restaurante «O Zé», na Malaposta, dia 25, com a participação de Francisco Lopes.

(Inscrições: J. Paixão/Anadia, 031-504548; Isabel Vieira/Mealhada, 031-949250; Amílcar Madeira/O. Bairro, 034-721140; Aveiro/CT do PCP, 034-381506)

BARCELOS

● Almoço na Casa dos Arcos, dia 25 às 13h, com a participação de Carlos Luís Figueira.

BRAGA

● Jantar-convívio da CDU no restaurante «Luz Natural», dia 25 às 20h.

BRAGANÇA

● Almoço da Liberdade, dia 25. Às 11h: inauguração de exposição alusiva à Revolução de Abril no CT do PCP.
● Festa Jovem promovida pela JCP, na sede da JCP, Bairro da Mãe d'Água, dia 25 a partir das 16h.

CABECEIRAS BASTO

● Jantar da CDU no restaurante da «Residencial Hotelaria», em Arco de Baúlhe, dia 24 às 20h.

CALDAS DA RAINHA

● Almoço comemorativo no restaurante «O Cortiço», em Tornada, dia 25, com a presença de Aurélio Santos.
(Inscrições: tels. 23000, 23095, 23974)

CARCAVELOS

● Jantar-convívio no CT do PCP, dia 24 às 21h, com a participação de Júlio Filipe.

CHAVES

● Almoço comemorativo no restaurante «Chave de Ouro», dia 25 às 13h, antecedido de distribuição de cravos pela cidade (o encontro dos que queiram participar é às 11h, no Largo das Caldas).

ENTRONCAMENTO

● Almoço-convívio da CDU do Entroncamento e V. N. da Barquinha no restaurante «A Palmeira», dia 25 às 13, com Henrique Sousa.

ESPINHO

● Almoço na Escola Preparatória Sá Couto, dia 25 às 13h. Música e poesia.

PELA ESQUERDA É QUE LÁ VAMOS!

PCP 25 ABRIL '98

Iniciativas comemorativas promovidas pelo PCP, JCP e CDU

● Colóquio no Auditório da Coop. Nascente, dia 25 às 21h30, com a participação de Dias Lourenço.

ESPOSENDE

● Jantar no restaurante «Bem Estar», dia 24 às 20h, com a presença de José Evangelista.

FUNCHAL

● Corrida da Liberdade - uma prova de atletismo na manhã do dia 25 de Abril, com início às 10h30, promovida pelo PCP/Madeira. Convívio no CT do PCP, no final.

FUZETA

● Almoço-convívio da CDU, no restaurante «A Concha», dia 25 às 13.

GUIMARÃES

● Almoço no restaurante Jordão, dia 26 às 13h.
● Sessão-festa de inauguração do novo Centro de Trabalho do PCP, com a presença do Secretário-geral do PCP, CARLOS CARVALHAS.
Animação musical: Dino Freitas, Francisco José, Jorge Lomba.
(Inscrições: Com. Concelhia de Guimarães)

LISBOA

● Festa da Liberdade no Terraço do CT Vitória, promovida pela JCP/Org. do Ensino Superior de Lisboa, hoje a partir das 18h.

● Jantar do Sector da Saúde da ORL no Espaço Cultural Vitória, dia 24 às 20h, com a participação de CARLOS CARVALHAS.

● Jantar do Sector de Empresas no CT da Av. Duque de Loulé, dia 24 às 20h.

● Almoço do Sector de Serviços no CT da Av. Duque de Loulé, dia 25 às 13h.

LOURES

● Jantar comemorativo no restaurante «A Churrasqueira» (frente aos Bombeiros de Loures), dia 24 às 19h30, promovido pela Comissão de Freguesia de Loures do PCP.

MARINHA GRANDE

● Convívio no CT do PCP, na noite de 24 para 25, a partir das 20h. Debate com Francisco Lopes às 21h30, discoteca e convívio na Sala Abril a partir da meia-noite e 30.

MESSINES

● Almoço-convívio da CDU, no CT do PCP, dia 25 às 13.

MONCHIQUE

● Almoço-convívio da CDU, no restaurante «Grafinho», dia 25 às 13.

OLHÃO

● Almoço-convívio da CDU, no restaurante «Casa Pedro», dia 25 às 13.

OLIVEIRA AZEMEIS

● Jantar no restaurante «Judite (Cidacos)», dia 24, com a participação de Hélio Samorinha.

OVAR

● Convívio com churrasco no CT do PCP, dia 24 às 21h.

PECHÃO

● Almoço-convívio da CDU, no restaurante «Américo», dia 25 às 13.

PORTIMÃO

● Almoço-convívio da CDU, no restaurante «O Migas», dia 25 às 13.

PORTO

● Jantar da Liberdade no Centro de Trabalho da Boavista, dia 24 às 19h30.

PORTO SALVO

● Convívio no antigo Centro de Trabalho do PCP em Porto Salvo, dia 24 a partir das 22h.

S. DOMINGOS RANA

● Jantar da Juventude no Espaço Jovem do CT de Tires, dia 24 às 20h30, com a presença de Manuel Pedro.

SESIMBRA

● Jantar come-

morativo no Infantário Santa Joana, dia 24 às 20h30.

SETÚBAL

● Encontro de Democratas - Jantar-convívio do 25 de Abril no restaurante «O Quintal», dia 24 de Abril às 20h.

SEVER DO VOUGA

● Jantar restaurante «Gruta do Vouga», dia 25 às 20h, com Hélio Samorinha.

VIANA DO CASTELO

● Almoço distrital da CDU comemorativo do 25 de Abril no restaurante «Camelo», em Sta. Marta de Portuzelo, dia 25 às 13h, com a participação de Vítor Dias e Branca Carvalho, do CC do PCP.

V. NOVA FAMALICÃO

● Jantar no restaurante «Garfolas», dia 25 às 20, com a presença de António Lopes.

V. R. Sto. ANTÓNIO

● Almoço-convívio da CDU, no restaurante «Os Arcos», dia 25 às 13.

● Festa-convívio da JCP 25 de Abril ao rubro, no CT do PCP, dia 24 a partir das 22h.

VILA VERDE

● Convívio da CDU, dia 26 a partir das 15h30, na Esc. Secundária de Prado.



PORTUGAL 2000

DEBATES PARA UMA POLÍTICA DE ESQUERDA



Terça-feira, 28, às 17h30, no Alfa Lisboa Hotel (Sala Cristal)

Acto de apresentação pública de

PORTUGAL 2000 - DEBATES PARA UMA POLÍTICA DE ESQUERDA

com intervenção de Carlos Carvalhas

Plenários e outras reuniões das organizações do PCP

6ª Assembleia da Célula do PCP na Marconi

Dia 25 de Abril - a partir das 10h - Lisboa / CT Vitória

Amadora Plenário dos trabalhadores comunistas da CM da Amadora: hoje, quinta-feira, 23, às 17h30, no CT da Amadora.

Plenário de militantes da Brandoa: dia 30 às 20h30, no Centro de Trabalho da Brandoa.

Cartaxo Reunião de quadros do PCP: hoje, quinta-feira, às 21h30, no CT, com a participação de Jorge Cordeiro.

Sintra Reunião da Com. Concelhia, sobre a situação política e tarefas correntes, com a participação de António Andrez: hoje, dia 23, às 19h30, no CT do Cacém.
Plenário de militantes da freguesia de Terrugem: dia 23 às 21h30, no CT de S. João das lampas., com a participação de Jaime da Mata.

Lisboa Plenário de Bancários Reformados: dia 30 de Abril, às 14h30, no CT Vitória.



Curso de formação ideológica da Organização do Ensino Superior do Porto

Dias 26 de Abril e 3 de Maio

TELEVISÃO

Quinta, 23

- RTP 1
08.00 Infantil
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.15 Consultório
15.05 Maria do Bairro
15.35 A Banqueira do Povo
16.45 Concerto das Nações Unidas
19.00 País País
19.45 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.00 As Lições do Tonecas
21.35 Terra Mãe
22.30 Maria Elisa
00.20 24 Horas
01.10 Especial Musical

- RTP 2
15.00 Informação Gestual
15.40 Falatório
16.45 Bonanza
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Caderno Diário
18.40 Hugo
19.25 Basquetebol (Final da Taça dos Campões Europeus)
21.05 Cidade Louca
21.40 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 O Misterioso
Mr. Mackintosh
(de John Huston, Gr.Br./1973, com Paul Newman, Dominique Sanda, James Mason, Harry Andrews, Nigel Patrick. Espionagem)
00.25 Falatório
01.25 Magacine

- SIC
08.10 Buêrére
10.00 Receitas do Dia
10.10 Fátima Lopes
11.45 Baila Comigo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide

Sexta, 24

- RTP 1
08.00 Infantil
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.15 Consultório
15.10 Maria do Bairro
16.10 A Banqueira do Povo
17.15 No Tempo em que Você Nasceu
19.00 País País
19.45 País Regiões
20.00 Telejornal
20.41 Cais do Oriente
21.00 Terra Mãe
22.40 Programa a Designar
23.40 24 Horas
00.35 Rumpelstiltskin
(de Mark Jones, EUA/1996, com Kim Johnston Ulrich, Tommy Blaze. Terror)
02.20 Máquinas

- RTP 2
15.00 Informação Gestual
15.40 Falatório
16.45 Bonanza
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Caderno Diário
18.40 Hugo
19.25 Basquetebol (Final da Taça dos Campões Europeus)
21.05 Cidade Louca
21.40 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 O Misterioso
Mr. Mackintosh
(de John Huston, Gr.Br./1973, com Paul Newman, Dominique Sanda, James Mason, Harry Andrews, Nigel Patrick. Espionagem)
00.25 Falatório
01.25 Magacine

- SIC
08.10 Buêrére
10.00 Receitas do Dia
10.10 Fátima Lopes
11.45 Baila Comigo

Sábado, 25

- RTP 1
08.00 Infantil / Juvenil
11.30 Comemorações do 25 de Abril
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Os Simpsons
14.00 Automobilismo
- GP de S. Marino
15.00 Made in Portugal
16.15 Kung Fu
17.15 No Intervalo
17.50 Casa Cheia
18.30 Riscos
19.25 Domingo Desportivo
20.00 Telejornal
20.50 Cais do Oriente
21.00 Mais Alvega
21.45 Reis do Estúdio
23.30 Domingo Desportivo
00.45 24 Horas
01.25 Nos Limites do Terror

- RTP 2
09.00 Música Maestro - Gala James Levine
10.00 25 de Abril - Desfile Militar
11.15 Infantil / Juvenil
13.00 Programa a Designar
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.30 Onda Curta
(V de Vitória, V For Victory, de Norman McLaren; Noite e Nevoeiro, Nuit et Brouillard, de Alain Resnais; Vizinhos, Neighbours, de Norman McLaren. Ver Destaque)
19.15 2001
19.45 Programa a Designar
21.10 Jogo do Alfabeto
22.00 Jornal 2
22.35 O Lugar da História - O Congresso de Aveiro
23.35 Trágico Destino
(de Volker Schlöndorff, Alem./Fr./Grécia/1991, com Sam Shepard, Julie Delpy, Barbara Sukowa. Ver Destaque)
01.25 Sexo na China

Domingo, 26

- RTP 1
08.00 Infantil / Juvenil
12.30 Jornal da Tarde
13.00 Automobilismo
- GP de S. Marino
15.00 Made in Portugal
16.15 Kung Fu
17.15 No Intervalo
17.50 Casa Cheia
18.30 Riscos
19.25 Domingo Desportivo
20.00 Telejornal
20.50 Cais do Oriente
21.00 Mais Alvega
21.45 Reis do Estúdio
23.30 Domingo Desportivo
00.45 24 Horas
01.25 Nos Limites do Terror

- RTP 2
09.00 Caminhos
09.30 Maratona de Londres
10.30 Missa
11.40 Novos Horizontes
12.00 70 x 7
12.30 Sinais do Tempo
13.05 O Povo das Ilhas
13.30 Jornal d'África
14.00 Bento de Jesus Caraça (Documentário)
15.00 Desporto 2
18.10 Uma Outra Ordem
(nenhuma informação suplementar fornecida pela RTP)
19.15 Bombordo
20.45 Artes e Letras - Gerard, o Fotógrafo
20.40 Orgulho e Preconceito
22.00 Jornal 2
22.35 Horizontes da Memória
23.05 Bailado: «O Bolshoi em Las Vegas»
00.35 Vidas do Século - «O Último Czar»

- SIC
08.30 Buêrére
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.50 S.O.S.

Segunda, 27

- RTP 1
08.00 Infantil
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.15 Consultório
15.25 A Banqueira do Povo
17.45 Maria do Bairro
17.55 Grande Noite
19.00 País País
19.45 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
20.55 Futebol: Académica Coimbra-Sporting

Terça, 28

- RTP 1
08.00 Infantil
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.15 Consultório
15.25 A Banqueira do Povo
16.30 Made in Portugal
17.45 Maria do Bairro
17.25 Made in Portugal
19.00 País País
19.45 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.00 Solteiros

Quarta, 29

- RTP 1
08.00 Infantil
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.15 Consultório
15.25 A Banqueira do Povo
16.30 Reis do Estúdio
17.45 Maria do Bairro
19.00 País País
19.35 Tempo de Antena da CGTP-IN
19.45 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente



Fernando Lopes e Manuel Costa e Silva são os autores de «Gerard, o fotógrafo» - um documentário sobre Gérard Castello Lopes, um dos grandes fotógrafos portugueses. Domingo, às 19 e 45 na RTP2

- 23.00 Terra Mãe
24.00 24 Horas
00.50 Horizontes da Memória

- RTP 2
15.00 Informação Gestual
15.40 Falatório
16.45 Amigos para Sempre
17.30 Açores, Espaço Vital
18.00 Informação Religiosa
18.30 Universidade Aberta
19.10 O Jardim da Celeste
19.40 Hugo
20.15 Confissões de Adolescente
20.40 Remate
21.05 3ª Calhau a Contar do Sol
21.40 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Jogo Falado
24.00 Começar de Novo
(de Steven Paul, EUA/1980, com Elliott Gould, Susannah York, Stuart Paul, Michelle Pfeiffer. Comédia Romântica)
01.35 Duckman, o Trapalhão

- SIC
08.10 Buêrére
10.00 Receitas do Dia
10.10 Fátima Lopes
12.10 Baila Comigo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Vidas Cruzadas
15.50 Buêrére
17.00 Fátima Lopes
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Anjo Mau
22.00 Roda de Milhões
24.00 Especial Crianças de África
02.00 Último Jornal
02.45 Vibrações

- TVI
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 As Pupilas do Senhor Reitor
15.10 Lágrimas de Mulher
16.00 Caprichos
17.00 O Jogo da Vida
17.45 S.O.S. Urgências
18.40 Malta Curtida
19.00 Quem Tudo Quer...
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Terra: Conflito Final
23.00 Projecto X
(de Jonathan Kaplan, EUA/1987, com Matthew Broderick, Helen Hunt, Bill Sadler, Johnny Ray McGhee, Jonathan Stark. Ver Destaque)
01.20 Seinfeld
01.45 Ponto Final

- 21.35 Terra Mãe
22.30 No Intervalo
23.00 Millennium
24.00 24 Horas
00.50 Magacine

- RTP 2
15.00 Informação Gestual
15.40 Falatório
16.45 Amigos para Sempre
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Caderno Diário
19.10 O Jardim da Celeste
19.40 Hugo
20.15 Confissões de Adolescente
21.00 3ª Calhau a Contar do Sol
21.40 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Viúva... Mas Não Muito
(de Jonathan Deeme, EUA/1988, com Michelle Pfeiffer, Matthew Modine, Dean Stockwell, Alec Baldwin. Ver Destaque)
00.50 Falatório
01.30 Desejos Proibidos

- SIC
08.10 Buêrére
10.10 Receitas do Dia
10.10 Fátima Lopes
12.10 Baila Comigo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.50 Vidas Cruzadas
15.50 Buêrére
17.00 Fátima Lopes
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.50 Médico de Família
21.50 Anjo Mau
23.15 Homem Demolidor
(de Marco Brambilla, EUA/1993, com Sylvester Stallone, Wesley Snipes, Sandra Bullock, Nigel Hawthorne. Comédia / Acção)
01.30 Último Jornal
01.55 O Czar Boris
03.15 Vibrações

- TVI
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 Lágrimas de Mulher
15.05 Caprichos
16.35 O Jogo da Vida
17.20 S.O.S. Urgências
18.10 Edição Especial
19.05 Savannah
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Profiler
23.00 PSI Factor
24.00 Seinfeld
00.30 Ponto Final

- 21.35 Terra Mãe
22.30 Enviado Especial
23.30 Mentes Perigosas
(de John S. Smith, EUA/1995, com Michelle Pfeiffer, George Dzundza, Wade Dominguez. Drama)
01.30 24 Horas

- RTP 2
15.00 Informação Gestual
15.40 Falatório
16.45 Amigos para Sempre
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Caderno Diário
19.10 O Jardim da Celeste
19.40 Hugo
20.15 Confissões de Adolescente
20.35 Musical
21.05 Os Simpsons
21.40 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Os Fabulosos Irmãos Baker
(de Steve Kloves, EUA/1989, com Jeff Bridges, Beau Bridges, Michelle Pfeiffer, Elie Raab. Ver Destaque)
00.45 Falatório
01.45 Musical: «The White Room»

- SIC
08.10 Buêrére
10.00 Receitas do Dia
10.10 Fátima Lopes
12.10 Baila Comigo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Vidas Cruzadas
15.45 Buêrére
17.00 Fátima Lopes
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.50 Malucos do Riso
21.20 Anjo Mau
22.30 Programa do Além
23.35 A Grande Viagem
00.30 Último Jornal
00.55 Conversas Secretas

- TVI
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 Lágrimas de Mulher
15.05 Caprichos
16.35 O Jogo da Vida
17.20 S.O.S. Urgências
18.00 Edição Especial
18.50 Savannah
19.45 Futebol - Final da Taça de Itália
22.00 Directo XXI
22.30 A Escolha do Amor
(de Joel Schumacher, EUA/1991, com Julia Roberts, Campbell Scott, Vicent D'Onofrio, Colleen Dewhurst. Melodrama)
00.50 Seinfeld
01.20 Lanterna Mágica
02.00 Fora de Jogo

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



Presume-se que o «Congresso de Aveiro», anunciado para sábado, às 22 e 30 na RTP 2, seja o Congresso da Oposição Democrática de 1973: a RTP não lhe acrescenta nem uma linha informativa...

- 14.50 Vidas Cruzadas
15.50 Buêrére
17.00 Fátima Lopes
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.55 Anjo Mau
22.00 Ai os Homens
23.15 Esta Semana
00.20 Último Jornal
00.45 Flash
02.00 Vibrações

- TVI
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 As Pupilas do Senhor Reitor
15.10 Lágrimas de Mulher
16.00 Caprichos
17.00 O Jogo da Vida
17.45 S.O.S. Urgências
18.40 Malta Curtida
19.00 Quem Tudo Quer...
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Terra: Conflito Final
23.00 Projecto X
(de Jonathan Kaplan, EUA/1987, com Matthew Broderick, Helen Hunt, Bill Sadler, Johnny Ray McGhee, Jonathan Stark. Ver Destaque)
01.20 Seinfeld
01.45 Ponto Final

- 13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.50 Vidas Cruzadas
15.50 Buêrére
17.00 Fátima Lopes
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.55 Bom Baía
21.20 Anjo Mau
22.20 Ponto de Encontro
23.30 Donos da Bola
02.00 Último Jornal
02.40 Vibrações

- TVI
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 As Pupilas do Senhor Reitor
15.10 Lágrimas de Mulher
16.00 Caprichos
17.00 O Jogo da Vida
17.45 S.O.S. Urgências
18.40 Malta Curtida
19.00 Quem Tudo Quer...
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Recomeçar
23.00 A Esquadra de Brooklyn
24.00 Conduta Indecente
(de William Bindley, EUA/1994, com Bonnie Bedelia, Billy Wirth, Lisa Blount, Will Patton. Drama)
02.00 Seinfeld
02.40 Fora de Jogo



Bento de Jesus Caraça é evocado esta semana também na RTP 2 (domingo, às 14 horas)

- SIC
08.00 Buêrére
11.30 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.45 Imagens Reais
14.10 Norte e Sul
16.00 Xena, a Princesa Guerreira
17.00 Walker
18.00 Em Terra Selvagem
(de Steven Seagal, EUA/1974, com Steven Seagal, Michael Caine, Joan Chen. Aventuras / Acção)
20.00 Jornal da Noite
20.45 Mundo VIP
21.25 Corpo Dourado
22.25 Big Show Sic
01.30 Último Jornal
01.55 O Triunfo do Homem Chamado Cavalo
(de John Hough, Méx./EUA/1983, com Richard Harris, Michael Beck, Ana De Sade. «Western»)

- TVI
10.00 Animação
12.40 Gémeas
13.30 Contra-Ataque
15.00 Feed Back
15.55 Os Julgamentos de Rosie O'Neill
16.50 Danielle Steel
Vida Roumada (I)
18.30 FX: Efeitos Mortais
19.30 Futebol (Liga Espanhola)
21.30 Directo XXI
22.30 Depois de Jimmy
(de Glenn Jordan, EUA/1996, com Meredith Baxter, Bruce Davison, Peter Facinelli, Eva Marie Saint. Drama)
01.00 Cat Squad I, Grupo Antiterrorista
(de William Friedkin, EUA/1987, com Joe Cortese, Jack Youngblood. Acção)

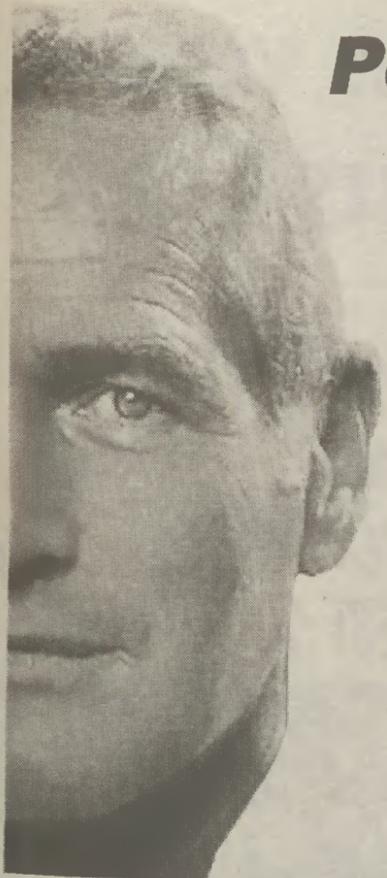
- 14.15 Príncipe de Bel Air
15.30 Viper
16.40 Stargate
17.50 Oscar
(de John Landis, EUA/1991, com Sylvester Stallone, Ornella Muti, Don Ameche, Peter Rigert, Vincent Spano, Marisa Tomei. Comédia)
20.00 Jornal da Noite
20.45 Camilo na Prisão
21.15 Corpo Dourado
22.15 Chuva de Estrelas (Final Europeia)
23.45 Espírito do Sol
(de Michael Cimino, EUA/1996, com Woody Harrelson, John Seda, Anne Bancroft. Aventuras)
02.00 Último Jornal
02.25 Gémeas

- TVI
10.00 Animação
10.30 Novos Ventos
11.10 Missa
13.00 Portugal Português
14.00 Cousteau - As Novas Descobertas
15.00 O Céu Como Horizonte
15.50 Adultos à Força
16.40 Danielle Steel - Vidas Roubadas (II)
18.30 Nightman
19.30 Futebol (Liga Espanhola)
21.30 Directo XXI
22.30 Causa Justa
23.30 Futebol (Campeonato Italiano)

Major Alvega tem o (novo) mérito de ter levado um programa da RTP 1 ao 17.º lugar do «share» - 19 lugares à frente de Big Show Sic...



Por isto e por aquilo...



Esta semana, ainda dois filmes do ciclo dedicado a Paul Newman

Projecto X

(Quinta, 23.00, TVI)

«Capturado na selva africana, um chimpanzé torna-se objecto de uma experiência sobre psicologia animal numa universidade americana. Virgil e outros chimpanzés são enviados para um centro de pesquisas da Força Aérea para servirem de cobaias em testes de aviação, onde são submetidos a radiações mortais. Entretanto, Virgil encontra nesta base um amigo na pessoa de Jimmy Garret que, jun-



Os irmãos Bridges (Beau e Jeff) com Michelle Pfeiffer a interferir pelo meio, em «Os Fabulosos Irmãos Baker», de Steve Kloves

Onda Curta: V de Vitória; Noite e Nevoeiro; Vizinhos

(Sábado, 20.50, RTP2)

A principal peça de resistência deste fim de tarde na rubrica *Onda Curta da RTP 2* é o documentário *Noite e Nevoeiro*, obra-prima absoluta do género realizada pelo grande cineasta francês **Alain Resnais** sobre o tema dos campos de concentração nazis. Nesta viagem ao fundo da noite e do horror, **Resnais** apela à nossa sensibilidade no sentido de que a marcha do tempo não amorteça a nossa capacidade de memória. A enquadrar este filme importante, poderão ver-se duas curtas-metragens de animação realizadas pelo famoso especialista canadiano **Norman McLaren**. A primeira é um filme de publicidade acerca da guerra, com desenhos realizados directamente sobre a película, e a segunda, datada de 52, utiliza actores em representação de dois personagens que lutam pela posse de uma flor e foi premiada com um Oscar da Academia.

Trágico Destino

(Sábado, 23.25, RTP2)

Como bem observa **Roger Ebert**, este filme de **Volker Schönörf** começa num ambiente de mistério, e intriga-nos; continua a desenvolver-se segundo um fio condutor inteligente, e absorve-nos; mas acaba num banal melodrama, e desilude-nos. Adaptado do romance *Homo Faber*, de **Max Frish**, *Trágico Destino* faz-nos acompanhar a trajectória de um engenheiro americano, afastado de tudo e de todos, que um acaso faz com que venha a recordar os seus tempos de estudante na Europa, antes da II Grande Guerra, através de uma história que o leva

da região de Washington, até que um deles resolve dar um pouco mais de «vida» aos seus números musicais e as coisas tornam-se complicadas, quer nas suas relações profissionais quer nas suas relações familiares. Ora acontece que, vendendo-se a actuação de **Michelle Pfeiffer** no papel de *Susie Diamond*, talvez seja mais fácil perceber porquê... *Os Fabulosos Irmãos Baker* é um filme interessante, embora não completamente conseguido, mas cujo desenho cenográfico, a par da construção de algumas das cenas fundamentais, foram extremamente cuidados pelo realizador **Steve Kloves**, nesta sua estreia no cinema. Um filme que parte da história real das vidas de dois irmãos pianistas, no meio dos quais se intromete, para seu azar e nosso proveito, uma sensual cantora que canta de forma impressionante coisas como *My Funny Valentine*, *The Look of Love* ou, sobretudo, *Makin' Whoopee*...



Melanie Griffith e Paul Newman, em «Vidas Simples», de Robert Benton



Michelle Pfeiffer e Dean Stockwell, em «Viúva... Mas Não Muito», de Jonathan Deeme

CABO & SATÉLITE



O filme que faltava

Se o leitor viu recentemente o ciclo que a RTP 2 dedicou aos irmãos Coen, reparou com certeza que nele faltava uma das suas primeiras obras, ou seja, aquela que em 1984 constituiu a terceira incursão dos cineastas no cinema profissional. Referimo-nos a «Sangue por Sangue» (*Blood Simple*) que agora temos a oportunidade de ver no canal Hollywood e cuja história, terrível e de uma violência sem limites, nos fala das intenções do dono de um clube no Texas em «despachar» a sua mulher e respectivo amante contratando um tipo asqueroso para levar a cabo a tarefa. A cena correspondente à foto é exemplar do que acontece ao tal capanga, num momento de cinema assustador mas memorável. Só visto! (*Hollywood, Sexta, das 16.30 às 18.30*)



dirigida por Bernard Haitink. Um espectáculo grandioso, a não perder ou a gravar. (*Muzzik, Sexta, das 17.00 às 19.15*)

Duas finais desportivas

Esta semana, há também dois acontecimentos desportivos que vale a pena seguir, embora seja previsível que um deles seja transmitido também por um canal português, na circunstância a TVI. Começando pelo último destes acontecimentos, claro que os amantes de futebol não podem perder a Final da Taça do Rei (Espanha) que se disputa na próxima Quarta-feira 29 pelas 20 horas e é transmitida em directo pelo canal Eurosport. Os finalistas são o Barcelona e o



tamente com uma jovem psicóloga educadora de chimpanzés, vai lutar para salvar estes animais.» Contado, assim, como o faz a TVI na sua informação à imprensa, até parece que estamos perante uma tragédia. Entretanto, pelo contrário, tudo o que nesta história poderia levar a supô-lo acaba por ser desmentido na forma de uma comédia que, embora de contornos previsíveis, não deixa de provocar gargalhadas em certos momentos.

Vidas Simples

(Sexta, 22.50, RTP2)

Um homem de 60 anos de idade, *Sully* (**Paul Newman**), que passou toda a sua vida bebendo cerveja e tentando fugir às responsabilidades, vive hospedado numa pequena cidade do interior em casa de uma professora, em relação à qual mantém uma grande amizade enquanto não esconde a paixão pela jovem mulher do seu patrão (**Melanie Griffith**). Mas eis que o filho de *Sully* e o neto regressam à cidade, levando o nosso «herói» a ter de procurar, finalmente, modificar-se... Daqui nascem situações que **Robert Benton**, o realizador e argumentista do filme, transforma numa deliciosa comédia, admiravelmente escrita e, em geral, muito bem interpretada, particularmente por **Paul Newman** - neste que é o último filme do ciclo que lhe é dedicado pela RTP 2.

ao encontro de uma jovem muito bela, com a qual se envolve amorosamente sem saber que se trata da sua própria filha. Com momentos de grande cinema (os *flash-backs* a sépia) alternando com um confrangedor estaticismo da encenação, o problema maior do filme parece ser o facto de o realizador privilegiar o que as personagens dizem umas às outras e não o que realmente as faz relacionarem-se entre si - um problema de escrita cinematográfica que costuma atacar muito boa gente...

Viúva... Mas Não Muito

(Terça, 22.50, RTP2)

Com uma história desenrolando-se nos meios da *Mafia* - uma jovem viúva tenta escapar aos tentáculos da organização após o assassinato do marido -, este filme é bem divertido e as interpretações de **Michelle Pfeiffer** e **Dean Stockwell** bem «gozadas». O realizador **Jonathan Demme** está, como sempre, à vontade nestes ambientes. Enfim, um bom divertimento.

Os Fabulosos Irmãos Baker

(Quarta, 22.50, RTP2)

Dois irmãos fazem a sua vida profissional como pianistas de bar ou salão dos melhores hotéis



Uma obra-prima de Mozart

Se já conhece o filme dos Coen e está mais virado para a música, a nossa recomendação é também válida: entre as várias preciosidades que o *Muzzik* nos oferece esta semana, conta-se, por exemplo, a transmissão integral da ópera «A Flauta Mágica» de Mozart, numa recita que tem nos principais papeis as vozes prestigiadas de **Dame Felicity Lott**, **Willard White** e **Benjamin Luxon**, entre outros, sendo a Orquestra Filarmónica de Londres

Maiorca. Mas já hoje à noite tem lugar o jogo decisivo do chamado Final Four da Liga Europeia de Basquetebol Masculino (que substituiu a Taça dos Campeões Europeus) e que, hoje em dia, é a principal competição de clubes no nosso continente nesta modalidade. Tudo se passa em Barcelona e o Eurosport estará lá em directo. (*Eurosport, Quinta, das 20.00 às 21.30; Quarta, das 20.00 às 22.00*)



bolas fora

«Por dinheiro, há quem faça tudo.»

(Eduardo Barroso - Diário de Notícias - DNA, 18.04.98)

«Nada será como dantes», dizia anteontem à noite **Paulo Portas**, mais ou menos por estas palavras, no horário nobre dos telejornais da RTP e da SIC. Com isto respondendo, em meio de uma contida sofreguidão mas não conseguindo esconder o ridículo da pompa, ao convite que o professor **Marcelo** lhe dirigira de Távira. E fazia-o em directo, a partir do Largo do Caldas, contando à partida com a convicção total dos dois canais e ocupando sete minutos seguidos (!) do tempo e da disponibilidade dos portugueses.

Vendo bem, o que o sinuoso politiquero se apressava a fazer, para que se não dissesse que estava a perder o comboio da mediatização, era «cavalgar» as propostas

te das suas próprias propostas para o progresso do país e para o bem-estar dos cidadãos.

Que tudo isto seja feito com a objectiva colaboração e convivência dos meios de comunicação de massas - ampliando e reforçando a insinuação subliminar na consciência das pessoas - eis o factor determinante de uma situação «nova» que, desde há anos, vem sendo preparada com o advento, por exemplo, dos canais de televisão privados e com a objectiva imitação dos processos destes por parte do operador do serviço público. No campo do «divertimento», para captar, e no campo da «informação», para manipular.

Foi a isto que se assistiu, mais uma vez, no fim de semana passado, com a cobertura televisiva do congresso do PSD. Poderia aqui falar-vos, por exemplo, do muito que é traço-eira a língua portuguesa, ao citar-vos a primeira frase da excitada **Judite de Sousa** quando se dirigia aos espectadores, recompensada pela atenção destes («Acaba de começar o Congresso!»...); poderia referir a quantidade de câmaras ou os tamanhos

das gruas cujos movimentos a RTP e a SIC exibiam na captação quase *hollywoodesca* dos planos gerais, médios e próximos que nos devolviam este novo episódio do «espectáculo da política»; poderia também sublinhar (já sem qualquer aspecto de novidade) a pacóvia excitação com que alguns repórteres brindavam as entradas em cena dos habituais *compères*, desta vez vindos directamente de Georgetown e da Figueira da Foz para animar o *show*; poderia até lamentar a presunção de comentadores, analistas e editores de política que subestimam o inegável risco de se confundir com pate-

tas ao procurarem substituir-se, nas suas análises, àquilo que há muito estava jogado e decidido ou ao tentarem antecipar o destino das próprias personagens em presença!

Mas não! Permitam-me, apenas, que vos alerte e chame a atenção para um outro aspecto sintomático, aparentemente lateral: a desfatez com que, por exemplo, a SIC ia sistematicamente interrompendo na sexta-feira os «**Donos da Bola**» para - assegurada que estava à partida (pagando-lhes!) a impunidade do seu abusivo comportamento em relação aos comentadores residentes - adequar a evolução ou a duração do programa à cobertura de Távira! Além da já consabida falta de respeito pelo espectador, juntava-se agora a implacável sobrançeria perante os seus «convidados». Bonito, sem dúvida!

Terminemos, entretanto, com um reptos essencial. Depois do que se viu e ouviu no passado

fim-de-semana nas nossas televisões - a pressurosa cobertura informativa dada à **alternância** (instrumental) da direita -, ficamos todos à espera de ver como será o tratamento televisivo dos vários canais nacionais quando, dentro em breve, for proposta ao país uma verdadeira **alternativa** (política) de esquerda.

Para que tudo isto não continue cada vez mais na mesma.

Outra vez a voz da história

Estava em Paris quando, há semanas, teve lugar uma manifestação vigorosa contra as alianças de alguns barões da direita, no âmbito das eleições regionais,

com os homens de Le Pen. A esquerda encheu as ruas. A esquerda plural, identificada ou não com a actual maioria. Partidos, sindicatos, organizações anti-racistas, cívicas, sociais e culturais. A seu lado, cientes dos perigos que crescem, milhares e milhares de pessoas que têm dado o seu apoio a formações conservadoras mas não esquecem o período da Ocupação, o nazismo, o espectro da iniquidade.

O rompimento do chamado **Pacto Republicano**, por parte de uns quantos políticos ávidos de poder e desprovidos de escrúpulos, revestiu-se, (quase) ninguém o negará, de uma gravidade sem precedentes. Condenado embora pelos principais dirigentes da UDF e do RPR, não pode conceber-se à margem de uma lógica de capitulação, perda de referências, aproximações e convergências de classe no combate a valores sem os quais a ordem democrática se depauperava. Este triunfo da amnésia e da felonía, da hostilidade como método, do totalitarismo em embrião, vinha sendo esboçado pelo menos desde o tempo em que gente como Charles Pasqua (para recordar uma personagem execranda que teve diversos acólitos e percursoros) adoptava, no Executivo de França, práticas de xenofobia, discriminação e repressão, desprezo pelos direitos fundamentais, desrespeito pela Constituição e pelas leis. Existiu, sem dúvida, um caminho de contínuas cumplicidades a anteceder o momento traumático acabado de viver.

O oxigénio da direita e dos grupos económicos a que dá expressão é, bem se sabe, o domínio do aparelho de Estado. Afastada deste, mesmo parcial ou apenas fisicamente, passa os dias entre estertores e dilacera-

rada por Lionel Jospin, ou não foi sobretudo ela, que saiu contundida do acidente - foram os equilíbrios e as linhas de garantia do regime moldado no pós-guerra, uma

ANTISEMITE - ANTI JEKKE
ANTI COMMUNISTE
LEPEN C'EST 100% DE HAINE



concepção de democracia afinal emasculável pela acção dos seus inimigos de sempre.

Compreende-se que a resposta a um fenómeno assim se não esgote no protesto e na indignação de quem inunda a cidade de justos clamores. Nem na dinâmica legislativa que, em tempo próprio, pode ser assumida pela Assembleia Nacional, visando decerto a erradicação das perversões que transformam o sentido do voto dos franceses no seu oposto.

É, acima de tudo, imperioso empre-

ANACRÓNICAS

■ Manuel de Melo

mações, mudar a vida, resolver velhos e novos problemas - o desemprego, a pobreza, a assistência na doença, as fissuras no modelo de segurança social, a crise da Escola, da Agricultura, da Indústria, da Habitação, os impactos negativos do euro e da edificação da União Europeia. Como, não obstante os défices, os erros e as insuficiências, se vem procurando fazer. Num diálogo interpartidário, designadamente entre socialistas e comunistas, que reconhece autonomias e diferenças, tende a substituir o sectarismo pela reflexão e decisão conjuntas, estimula o debate, a crítica mútua, a prioridade do projecto governativo em contextos de rigor e eficácia.

Vale a pena recordar factos como estes e tentar análises que complementem ou se defrontem com a que aqui esboço na hora do lançamento de uma AD sob a égide de Marcelo Rebelo de Sousa e Paulo Portas. Por que é idêntico o quadro da realidade? O facto é que, independentemente das dissimilitudes, sobram sinais de degradação institucional, desencanto e indiferença a generalizar-se, situações de desespero e cansaço à mercê de caudilhos e logros. O Ministério de António Guterres, privilegiando em regra uma orientação que o não distingue do neoliberalismo mais dessorado, ostraciza o PCP, agrava o quotidiano dos portugueses, aumenta o número dos desafortunados e demitidos da esperança, renuncia a uma intervenção que altere a sociedade, sem prejuízo do progresso e da modernização, em favor daqueles que o capitalismo penaliza. Desse modo, se não reconsiderar opções e procedimentos, contribuirá para o abater de defesas indispensáveis. Seja qual for o seu tagarelar de circunstância. Daí que, não subestimando a agregação do PP pelo PSD, nem a sobrevalorizando, se imponha ouvir outra vez a voz da História e assumir as lutas que urgem.



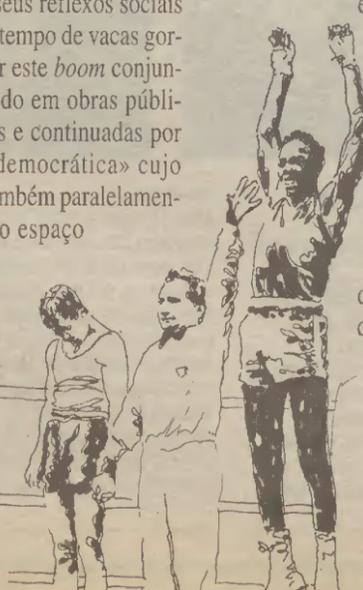
ções, pesadelos e fobias, numa sofreguidão de regresso que a conduz a todas as ignomínias. Ululam as clientelas, multiplicam-se as intrigas e pressões sobre uma comunicação social docilizada, acentuam-se o populismo, os golpes de bastidores, as estratégias de ludíbrio. E mal surge a oportunidade de reentrar nos gabinetes do mando nenhum discurso de princípios sobrevive! Por isso, afrontando a vontade popular apurada nas urnas, valendo-se de um sistema eleitoral absurdo, o tal punhado de mandarinetes da direita com tradições parlamentares mergulhou na lama do **Front National**. Não foi a coligação lide-

táticas que o reforçado líder do PSD fizera dias antes - este, por sua vez, na cola de uma «abertura» que lhe fora por aquele proporcionada tempos atrás. Favor com favor se paga.

Ora nenhuma destas manobras poderá constituir motivo de admiração. Do que o grande capital e a classe dominante vão tratando é de começar desde já a preparar o terreno para se servirem da instrumentalização partidária de uma dita «alternativa democrática» - tendo por base partidos e forças do centro-direita e de uma reciclada extrema-direita com assento parlamentar - para tentar suceder, se for julgado absolutamente necessário, ao consulado do PS, quando o papel desempenhado por este (ao abrigo de uma sigla e de uma imagem) puder ser desempenhado por outros. Tendo em conta o previsível agravamento da situação económica e dos seus reflexos sociais quando se acabar este «tempo de vacas gordas» - quando se acabar este *boom* conjuntural sobretudo traduzido em obras públicas, preparadas por uns e continuadas por outros. «Alternativa democrática» cujo objectivo essencial é, também paralelamente, ir tomando conta do espaço disponível na comunicação social para impedir o desmascaramento destes «negócios» e para impedir que outras forças políticas exerçam os seus legítimos direitos de apresentar à opinião pública o deba-

TVISTO

■ Francisco Costa



TEATRO

Teatro para Crianças

Integrado no Festival dos 100 Dias é estreada no próximo sábado, 25 de Abril, às 15.30,

no Centro de Pedagogia e Animação do Centro Cultural de Belém a peça «Bom Dia Benjamim», com encenação de António Feio. Trata-se de um espectáculo de teatro musical destinado a crianças dos 3 aos 9 anos baseado num disco/livro do mesmo título. A autoria é colectiva e é assinada por José Peixoto, Paulo Curado, Cristina Sampaio, Nuno Artur Silva, Luís Miguel Viterbo e Rui Cardoso Martins com guião destes três últimos. Os arranjos e a direcção musical são de José Mário Branco. Ainda em Abril, os restantes espectáculos (que se prolongarão até 17 de Maio) realizam-se em 26, às 11.30, e 28, 29 e 30, às 11 horas.

As Lições, de novo no Porto



Prossegue até 17 de Maio a sua apresentação no Porto, no Teatro Nacional S. João, o drama cómico «As Lições» baseado em «A Lição» de Eugène Ionesco. Com cenografia de Giorgio Barberio Corsetti, figurinos de Vim Burnham, música original de Vítor Rua e coreografia de Né Barros, a tradução é de Ernesto Sampaio para uma encenação de Ricardo Pais, estando a interpretação a cargo de João

Reis, Micaela Cardoso, Emília Silvestre e Paulo Castro. 3ª a sábado, às 21.30, e domingos, às 16 horas.

Teatro em Movimento

Chama-se assim o grupo teatral que, com sede no Estúdio António Pedro em Bragança, se não limita a estar quieto e resolve itinerar por várias cidades do país em colaboração com diversas autarquias e outras instituições como o Instituto Português da Juventude. Tendo no repertório peças como «A Teia», «As Sete Muralhas de Bronze e o Rei Impaciente» ou «História de Uma Árvore», o grupo Teatro em Movimento estará por exemplo em Beja onde dará espectáculos entre os dias 27 e 30 do corrente.

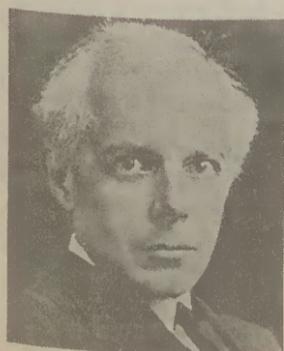


MÚSICA

Concertos em Sintra e em Lisboa

Realiza-se no próximo domingo 26, pelas 18.30, no Museu de Arte Moderna de Sintra um concerto com a participação do Quarteto Metropolis, com Mark Gunderman (violino), Rosalind Coward (violino), Karl Tomlin (viola) e Jonathan Tortolano (violoncelo). No repertório do concerto (genericamente intitulado «Blues e Bartók»), destacam-se obras de Ben Johnston, Willie Dixon, Duke Ellington, Led Zeppelin, Robert Johnson, Carl Perkins e Bela Bartók.

Também no domingo, mas às 17 horas, na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, realiza-se um concerto pela Orquestra Sinfónica Portuguesa sob a direcção de Álvaro Casuso com a participação de Pedro Burmester (Piano). Serão interpretadas as seguintes obras: «Keep Going» de Sérgio Azevedo, Concerto n.º 3 para Piano e Orquestra de Beethoven e Sinfonia n.º 9 de Chostakovitch.



Bela Bartók (1881-1945)

EFEMÉRIDES



Por todo o lado, 25 de Abril

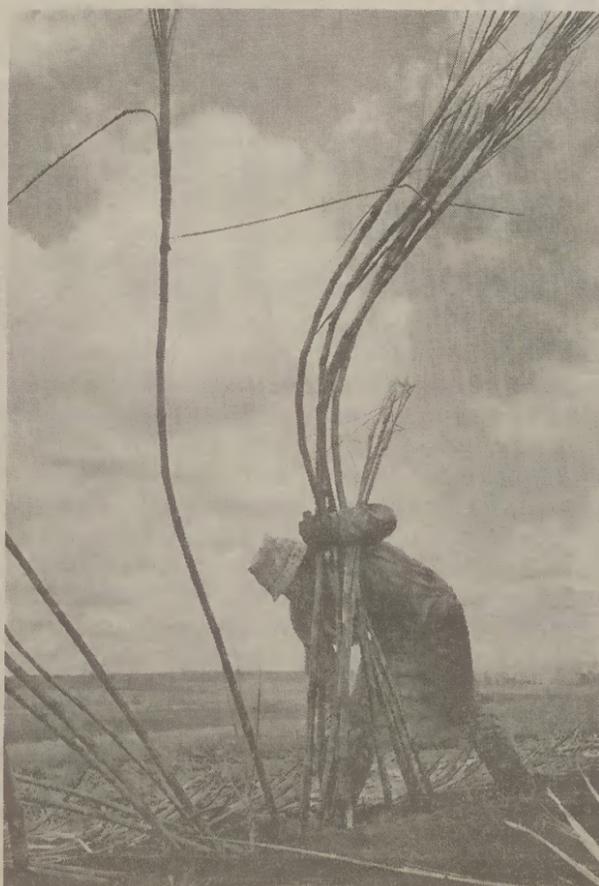
Por todo o País, como é habitual há mais de duas décadas, decorrem manifestações de todo o tipo para festejar a data gloriosa do 25 de Abril. Aqui, em «Escapate», escolhemos apenas algumas das que, no campo cultural, dão uma pálida ideia da diversificação das propostas. Para começar, claro que não poderia passar em claro a estreia absoluta no Teatro Nacional de S. Carlos (no próximo sábado, pelas 16 horas, com récitas já marcadas para dias 28 e 30, às 20 horas) da ópera «Os Dias Levantados», com música de António Pinho Vargas para um libreto de Manuel Gusmão e que tem os acontecimentos daqueles dias de Abril como pano de fundo. Encomendada pela Expo'98 para o Festival dos 100 Dias, a ópera tem encenação e desenho de luzes de Lukas Hemleb, cenografia de Souto Moura e figurinos de La Coste-Messelière, estando a interpretação a cargo de Ana Paula Russo, Elvira Ferreira, Ana Ester Neves, Manuel Brás da Costa, Carlos Guilherme, José Vaz de Carvalho, Miguelângelo Cavalcanti e Luís Rodrigues. O Coro do Teatro Nacional de S. Carlos e a Orquestra Sinfónica Portuguesa serão dirigidos por João Paulo Santos.

Pelo seu lado, na margem sul do Tejo, no concelho de Almada, a Câmara Municipal desta cidade organiza na véspera do 25 de Abril, à noite, na Praça S. João Baptista, um espectáculo intitulado «Abril é Sempre Novo, Maio é Sempre do Povo». Às 22.30, Sérgio Godinho apresentará o seu espectáculo, às 24 horas será lançado Fogo de Artifício e à 00.30 é a vez de actuar o grupo Santos e Pecadores.

Por último, em Loures, no Centro Cultural da Malaposta continua patente ao público, até à próxima segunda-feira, a exposição «Artistas de Abril», constituída por obras de José Santa-Bárbara, Luís Ralha, Vespeira, Rogério Ribeiro, João Vieira e Maria Keil. Horário: segunda a sexta, das 9.30 às 12.30 e das 14.30 às 18.00; sábados e domingos, das 14.30 às 18.00.



EXPOSIÇÕES



«Terra», de Sebastião Salgado, no Funchal e em Mora

Coincidindo com a passagem do 25 de Abril, a colectânea de fotografias «Terra» de Sebastião Salgado estará patente ao público em duas exposições. Inaugurada ontem, 21, a exposição que se insere também na Jornada Europeia de Solidariedade com a Luta dos Sem Terra e, ainda, na comemoração do 2º aniversário do massacre de Eldorado do Carajás, é realizada numa organização da CDU da Madeira. Já depois de amanhã e com duração prevista até 17 de Maio, a exposição é também inaugurada na Galeria da Casa da Cultura de Mora.

LIVROS



Fabulário

Mais uma vez a prosa de Mário de Carvalho na Caminho, a segunda edição do livro Fabulário, integrada na colecção Campo da Palavra. Quem o não leu antes tem agora oportunidade de se encontrar com estes curtos textos que escapam à classificação literária mais comum. Sem a estrutura dos contos - mas Kafka não os escreveu assim? -, são no entanto pequenas histórias a que não falta sentido e, sobretudo o humor a que Mário de Carvalho habituou os seus leitores. Um humor algumas vezes acerado, outras benévolo, mas sempre inteligente. Publicado pela primeira vez em 1984, de novo o escritor propõe à leitura ou à revisitação. Como que sideradas num tempo mágico, estas prosas resistem ao passar dos anos e continuam a oferecer-se à reflexão e ao sorriso.

Daniel Sampaio
Vivemos Livres Numa Prisão

Vivemos Livres Numa Prisão

Há autores assim que, ao avançarem na edição de um livro, podem já estar certos de um público que os aguarda com a impaciência de quem deseja abrir um novo, como se de uma continuação se tratasse. Daniel Sampaio é destes autores, com um numeroso público que se conta não apenas entre os «especialistas» das áreas da educação e da saúde mas entre toda a gente que é sensível a esta temática. Escrito com a colaboração de Dulce Bouça e Pedro Strecht, Vivemos Livres Numa Prisão é de facto uma «continuação», uma obra que pretende dar «nova contribuição para a abordagem de alguns dos problemas mais candentes da sociedade contemporânea», como se esclarece na apresentação do livro, uma obra que aprofunda a problemática da adolescência na escola e que, em segunda parte, aborda a questão tão actual da Anorexia Nervosa, «nomeadamente o diagnóstico, as causas, a avaliação e o tratamento e a prevenção desta doença». Mais uma edição da Caminho, na colecção Nosso Mundo.

ÚLTIMAS

A TALHE DE FOICE

Corridinho

O Congresso do PSD realizado o passado fim-de-semana em Tavira não desiluiu as expectativas. Mães uma vez, o magno encontro dos pêpêdês foi uma pista onde dançaram as ambições do momento.

O próprio líder estabeleceu as regras do jogo – a aprovação da sua estratégia e a sua recondução na liderança com a «inequívoca maioria de dois terços». Era um «tudo ou nada» de grande jogador e uma parada particularmente alta, dada a controvérsia que desencadeou a sua nova estratégia – o comprometimento de uma aliança com o defenestrado PP para uma próxima reconstituição da «AD», que Deus tem.

Postas as coisas nestes termos, os rivais de cabeceira do actual líder mostraram-se algo inseguros. Pedro Santana Lopes só no segundo dia abriu bico e Durão Barroso, quando saiu de um avião para se encaminhar para o congresso, parecia ainda não saber que, horas depois e logo no primeiro dia dos trabalhos, havia de se apresentar como oponente do líder que horas antes – e à saída do mesmo avião – apoiara sem equívoco. Mas como o equívoco é a argamassa que une esta gente, lá apareceu de repente o Barroso a trepidar o congresso com uma intervenção a reivindicar princípios, a rezar a Cavaco Silva e a ladainhar uma missa fúnebre pela pretensão do actual líder em exumar a aliança de direita numa reconstruída «AD».

As palmas subiram de tom e Marcelo também, o que deixou tudo na mesma. Tão na mesma que, no dia seguinte, Pedro Santana Lopes, face ao líder, apenas se atreveu a um «nim» (espécie opinativa cujo hermafroditismo contém, simultaneamente, o «sim» e o «não»). Tudo, é claro, embrulhado em repolhuda coloquialidade, que o homem tem uma reputação a defender.

Perante isto, Durão Barroso deixou repentinamente de defender princípios e pôs-se à inteira disposição dos fins pretendidos pelo líder. Uma disponibilidade que deixa o líder sozinho e sob ameaça de cobrança posterior, caso as coisas dêem para o torto.

Enfim, o costume entre estes companheiros.

E lá teve Marcelo a sua maioria de dois terços (tão expressiva que conseguiu um voto a mais), tornando-se o original líder da unanimidade numa ideia com que a maioria discorda.

De qualquer modo acabou tudo em abraços e ala que se faz tarde.

Não sem antes ouvirem o reconfirmado líder. Subindo ao palanque a cavalo na sua maioria de dois terços, Marcelo traçou de si o perfil de um general à frente de um exército possuído da mesma ideia fixa: o assalto ao poder. Obviamente, obteve os aplausos ensurdecadores dos congressistas, que tinham assim acabado de ouvir a única coisa que realmente lhes interessa.

Acusando o PS de ter o «governo mais à direita que houve em Portugal desde o 25 de Abril», Marcelo saracoteou-se a preceito para lhe dar uma réplica de «esquerda», enunciando várias malfetorias governamentais e esquecendo-se que, todas elas, foram lançadas pelos governos do PSD, limitando-se o PS a prometer que as aprofundará – aliás, com igual empenho e afã.

Quanto a «alternativas», as tais que renascerão da «AD» para «salvar o País» (ah, desgraçada pátria, que nunca te faltam «salvadores» para te afundar...), ninguém ouviu dizer quais são, mas toda a gente ficou a saber a que se resumem: ao regresso do PSD ao poder, desta vez com o bodo na mão de Marcelo Rebelo de Sousa.

Para quem, talvez por influência da localização Algarvia deste congresso, a coisa parece que agora vai de corrida.

Mas o mais certo é sair corridinho.

■ Henrique Custódio

O último adeus a Virgínia Moura

Foi na terça-feira a enterrar Virgínia Moura, destacada militante do PCP, falecida, no passado domingo, no Porto. No seu funeral, ao qual aderiram milhares de pessoas, integrou-se Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, que interveio para lembrar «o empenhamento de uma vida inteira na luta por um mundo melhor, as suas firmes convicções de comunista, a sua inteireza, o carinho e a fraternidade da sua relação com os outros».

Recordando a figura exemplar de Virgínia Moura, Carlos Carvalhas disse que a sua vida, daquela que foi a primeira mulher formada em engenharia civil no nosso país, «confunde-se com a longa e corajosa luta do nosso povo contra a ditadura fascista, pela liberdade e pela democracia».

«A Virgínia Moura, com o seu companheiro de uma vida António Lobão Vital, foram extraordinários artífices de pequenas e grandes lutas pela liberdade, pacientes construtores da unidade antifascista, assumindo exemplarmente um quotidiano confronto, sem concessões, com um regime opressor e ditatorial. Foram reconhecidamente dois dos mais destacados rostos legais do PCP. Constituíram uma referência política e moral fundamental para gerações de jovens, de trabalhadores e destacados intelectuais».

«Ela esteve sempre lá, onde se tratava de disputar palmo a palmo um pequeno espaço de liberdade que o fascismo negava».

«Presa dezasseis vezes, nove vezes processada e três vezes condenada, agredida inúmeras vezes pela polícia política durante actos públicos de afirmação democrática, a vida de Virgínia Moura foi um constante confronto com o fascismo. Esteve nos combates do MUNAF, do MUD e do Movimento Nacional Democrático; nas batalhas políticas em torno das «presidenciais» com as candidaturas de Norton de Matos, de Ruy Luís Gomes, de Humberto Delgado; nos congressos da oposição democrática e nas campanhas políticas de massas desenvolvidas em torno das farsas eleitorais para a chamada Assembleia Nacional, em 1969 e 1973; nas pequenas e grandes lutas pela paz, pela solidariedade com os presos políticos e contra a repressão, pela melhoria das condições de vida do povo, pela libertação dos povos colonizados, pela igualdade e afirmação dos direitos das mulheres e da sua participação na vida política, pela criação das condições que conduziram ao derrubamento do fascismo e à Revolução de Abril, de que foi igualmente participante e obreira entusiástica e empenhada. E recordamos aqui a sua alegria, nas primeiras horas da libertação a seguir ao 25 de Abril, como também a sua presença e contribuição apaixonada nos combates pela

defesa e construção da democracia, procurando sempre intervir até ao último sopro de vida, como deu ainda recentemente testemunho pela sua participação activa na luta contra o aborto clandestino, pela despenalização da interrupção voluntária da gravidez».

«Por tudo isto e pelo seu modo espontâneo de se dar aos outros, o seu modo de compreender os outros, a sua modéstia feita de humanidade, de sabedoria e convicções, a sua afa-



O funeral de Virgínia Moura constituiu uma grande manifestação de pesar

bilidade que nela tão bem se harmonizava com a rijeza do granito do Porto, Virgínia, a «Senhora Engenheira» como por tantos era carinhosamente tratada, foi uma figura querida, uma filha do povo que, por onde passava, deixava um rasto de acenos, de abraços, de palavras fraternas de um sem-número de amigos. Reconhecimento e carinho que tantos mais uma vez lhe demonstraram há dias quando da sua presença em Aveiro nas comemorações do 25º aniversário do 3º Congresso da Oposição Democrática».

«Virgínia Moura era assim – de rosto voltado para o futuro. Não faltava quando era preciso, estava sempre lá».

«Comunista, revolucionária, cidadã esclarecida do nosso tempo que identificou a sua vida com a luta do povo e com as grandes causas da democracia, legou-nos o exemplo de quem soube permanecer fiel aos ideais da sua juventude e de quem soube identificar a sua vida com as grandes causas da emancipação social e política dos trabalhadores e da construção de uma democracia avançada».

«Creio interpretar o sentimento e a convicção dos que a conheceram e com ela lutaram ao dizer que, no momento de uma separação física que as leis da vida impõem, o testemunho e o exemplo de Virgí-

nia Moura permanecerão na nossa memória e a inspirar a nossa acção».

Na ocasião usou ainda da palavra Raul Castro, dirigente da Intervenção Democrática.

Uma vida de luta

Virgínia Moura nasceu em 19 de Julho de 1915 em S. Martinho do Conde, Guimarães. Data de 1933 a sua ligação ao PCP, tendo nesse ano participado na organização da secção portuguesa do Socorro Vermelho (Organização de Socorro aos Presos Políticos Portugueses e Espanhóis).

Primeira mulher portuguesa a obter o título de engenheira civil, foi-lhe negado o acesso à Função Pública, pois a ficha policial já então a assinalava



da, no Palácio de Cristal, uma expressiva homenagem, tendo sido então publicado, pelas edições «Avante!», o livro «Virgínia Moura, mulher de Abril - Álbum de memórias».

A derradeira homenagem

Numa última homenagem a Virgínia Moura, milhares e milhares de comunistas e outros democratas passaram pela Salão Nobre da Junta de Freguesia do Bonfim, onde o seu corpo esteve em câmara ardente.

No funeral que partiu terça-feira de manhã para o cemitério do Prado do Repouso, inte-

graram-se, para além do secretário-geral do PCP, muitos outros camaradas, entre os quais vários membros do Comité Central e dos seus organismos executivos, de direcções regionais, designadamente do Porto e de outros distritos do Norte, uma delegação da JCP, Narciso Miranda e outros dirigentes do PS, representantes da ID, do MDP, do PEV, da Política XXI, da UDP, do MDM e do MURPI, bem como delegações da USP/CGTP e diversos sindicatos, de associações cívicas e populares».

O Presidente da República fez-se representar pelo Governador Civil do Porto (Carlos Barral, em seu nome pessoal representou também Mário Soares). Destacadas figuras da região e inúmeras personalidades nacionais estiveram também entre os milhares de pessoas que se associaram à última homenagem a Virgínia Moura.

Foram recebidas mensagens de condolências de diversas organizações regionais e concelhias do PCP e das câmaras municipais de Évora e Gondomar.

Virgínia Moura foi distinguida com a Ordem da Liberdade e recebeu a Medalha de Honra da Câmara Municipal do Porto e do Movimento Democrático de Mulheres.

Por ocasião do seu octogésimo aniversário, foi-lhe presta-

